Ana Luiza Marcondes Garcia

Dinamismo e Mimese na Linguagem

Este exemplar é a redação final da tese defendida por Ana Luiza Marcondes Garcia e aprovada pela Comissão Julgadora em 06/06/94.

PROF. DR. Rodolfo Ilari

Universidade Estadual de Campinas
1994

Ana Luiza Marcondes Garcia

DINAMISMO E MIMESE NA LINGUAGEM

Tese apresentada à comissão examinadora da Universidade Estadual de Campinas como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Ciências, sob a orientação do Prof. Dr. Rodolfo Ilari.

ED 1943

Unicamp
Campinas, São Paulo
1994

Comissão Julgadora

Para Thomaz, meu filho

Agradecimentos

Á CAPES, à FAPESP e ao CEPE da PUC-SP, que financiaram partes desta pesquisa.

Á Universidade Central de Barcelona, na figura do Professor Carlos Martin Vide.

Ao Professor Laymert Garcia dos Santos, que me abriu o caminho. Ao Professor Kanavillil Rajagopalan, que me encorajou a trilhá-lo; ao Professor Luiz Henrique Lopes dos Santos, que me acompanhou passo a passo e, finalmente, ao Professor Rodolfo Ilari, que selou tudo isso.

Á minha família e a todos os meus amigos que, de uma forma ou de outra, participaram deste trabalho.

Resumo

Partindo da busca daquilo que aqui se chama de "dinamismo da linguagem" - fenômeno que se deixaria entrever pela cadência e pela sonoridade das palavras, assim como por um certo estilo do discurso que parece reproduzir o ritmo da própria duração temporal - este trabalho acaba por desembocar na discussão do conceito de arbitrariedade do signo linguístico. Trata-se de uma pesquisa eminentemente teórica que, a partir da análise do princípio saussureano da arbitrariedade e do movimento histórico de deslocamento deste conceito, detecta a necessidade de distinguir, no conteúdo do termo "arbitrariedade", dois sentidos que ali convivem: o de "naturalmente imotivado" e o de "instituído". Tais reflexões permitem o exame dos usos que os vários autores fizeram do conceito e dos questionamentos que foram feitos ao princípio.

Para além de conceber a língua como fundamentalmente arbitrária ou como fundamentalmente motivada, este trabalho propõe uma terceira via, mediante o conceito de remotivação. Delimita-se assim um campo de discussão que permite acolher questões tais como a natureza das onomatopéias, o simbolismo sonoro, o gesto articulatório, a origem da linguagem e, principalmente, permite redefinir o conceito de representação de maneira a que se reconheça a necessidade de considerar uma relação dinâmica entre a linguagem e a realidade, uma tensão entre esses dois pólos. Pelo exame de analogias com outros domínios significativos, como a escrita e o gesto, a linguagem revela-se, enfim, como uma estrutura fundada nas relações de semelhança e, portanto, como dinâmica.

ÍNDICE

CAPITULO 1: LINGUAGEM E DINAMISMO 1

1.1. - Introdução 1
1.2. - O dinamismo de Henri Bergson 10
1.3. - A metáfora do movimento 18
1.4. - Linguagem, realidade e arbitrariedade do signo 24

CAPITULO 2: SOBRE A ARBITRARIEDADE DO SIGNO LINGUÍSTICO 31

2.1. - Os sentidos do termo arbitrário 31
2.2 - As opiniões sobre o princípio da arbitrariedade 49
2.2.1 - Questionamentos ao arbitrário 50
2.2.2. - Reafirmações do arbitrário 65
2.2.3 - Contra o arbitrário 85
2.3. - Desmotivação e remotivação 97
2.4. - A onomatopéia ampliada 102

CAPITULO 3: LINGUAGEM E MIMESE 119

3.1. - A tensão entre linguagem e realidade 119
3.2. - Origem da linguagem e mimese 128
3.3. - Cassirer e a metáfora radical 134
3.4. - Benjamin e a linguagem como arquivo de semelhanças 140
3.5. - Conclusões gerais 149

BIBLIOGRAFIA 156

A deusa do conhecimento não sorri
àqueles que negligenciam os antigos

Bhartrhari
apud Todorov, 1972.

CAPITULO 1: LINGUAGEM E DINAMISMO

1.1. - Introdução

As considerações que se seguem devem ser entendidas não exatamente como a defesa de uma tese formal, definida e acabada sobre um tema determinado, mas sim como um ensaio reflexivo que, como o próprio nome indica, é antes uma tentativa de discorrer ou especular um tanto quanto exploratoriamente sobre um terreno também incerto, sem prescindir de uma boa dose de imaginação que todo trabalho desta natureza comporta. Assim sendo, o que se pede ao leitor é que ele, pelo menos inicialmente, considere cada questão na sua singularidade, sem pensá-la num contexto previamente definido e que os termos e expressões sejam preliminarmente compreendidos no seu sentido mais comum.

A questão que deu origem a este trabalho surgiu como resultado de uma tentativa deliberada de buscar diferentes perspectivas de estudo e parâmetros diversos dos da Lingüística Tradicional - ciência que até então tinha me fornecido as bases para pensar a linguagem - com o objetivo de captar alguma coisa de dinâmico que há no interior da linguagem. Talvez o melhor sinônimo para o que eu pretenda dizer com "dinâmico" fosse a palavra "vivo", no sentido de "palpitante", "em permanente movimento". O termo "dinamismo lingüístico" também poderia ser substituído por "produtivo" ou "criativo", termos que, se tomados na sua acepção, digamos, corrente, também se aplicariam ao que busco, mas que adquiriram um sentido muito particular na terminologia linguística a partir de Chomsky (1957), designando a capacidade criadora que todo falante tem de aplicar regras para produzir frases. Não era exatamente a capacidade matemática de aplicar

regras que eu buscava, mas algo mais característico da própria linguagem, algo na sua maneira de ser que a torna capaz de refletir, manifestar e expressar o movimento, fluxo contínuo da vida.

A linguagem é, a meu ver, uma espécie de obra de arte produzida por todos os homens. Sem dúvida, a mais antiga, porque encerra toda a sabedoria da raça humana. Por outro lado, ela é também eternamente inacabada, pois está sendo, a todo momento, atualizada pelos homens. Ao mesmo tempo, é ela própria que os formula também (Flusser, 1963). "Linguagem" aqui significa não todo e qualquer sistema comunicativo, mas, exatamente, as línguas humanas articuladas. O conceito de linguagem que aqui utilizo, entretanto, deve ser entendido no sentido mais amplo possível, incluindo todos os aspectos estudados pelas ciências especializadas. Sabe-se que é um conceito vasto, mas a intenção é, exatamente, não torná-lo artificial nem forçado, como costumam ser os conceitos mais estreitos de linguagem. Neste sentido amplo, portanto, a linguagem pode ser considerada como um fenômeno dinâmico.

Além disso, enquanto forma de expressão humana, ela tem que ser apta a expressar o dinamismo, que não só caracteriza o homem como a própria realidade em que ele está imerso e sobre a qual fala. Dito de outra forma, somente algo que se preste a ser suficientemente maleável, fluido e movente pode exprimir o fluxo contínuo, o escoamento ininterrupto do ser e da vida.

Consideremos por um instante dois aspectos distintos da questão. De um lado, a idéia de que a linguagem evolui, muda constantemente; nunca é, a rigor, a mesma, através dos tempos. E de outro, a idéia de que ela tem que expressar uma realidade onde os seres e as coisas também se movem; não são estáticos mas cambiantes. Qualquer que seja a perspectiva da qual olhemos, o dinamismo é intrínseco à linguagem. Minha suposição é a de que esse permanente movimento, no qual a linguagem está imersa e que tem por tarefa revelar, deve estar, de

alguma forma, marcado, inscrito nela própria. Á força de expressar o dinamismo, a linguagem deve tê-lo assimilado; ou mesmo - não é absurdo considerar - ter sido engendrada sob essa égide. Estamos assim em face de um fenômeno de mão dupla.

Se isso é verdade, a questão é: onde a linguagem guarda estas marcas? Qual ou quais são estas inscrições? Dentre os vários recursos linguísticos expressivos, qual é mais apto para manifestar o dinamismo? Em outras palavras, como a linguagem expressa o movimento?

Antes de tentar encontrar respostas para estas indagações é útil examinarmos um outro lado da questão: há autores que considerariam esta pergunta improcedente. Como foi exatamente com a intenção de investigar no sentido contrário ao que eles pensam que encaminhei este trabalho, acredito que considerar e avaliar a outra maneira de ver as coisas só vai aclarar ainda mais, para o leitor, o meu ponto de vista.

Há autores que parecem considerar a linguagem como "insuficiente" (Coseriu, 1962). Não é raro ouvirmos dizer que as palavras são uma espécie de obstáculo intransponível a ser vencido na tentativa de expressar o que se pensa, sente, vê, ou percebe. Assim, muitos são os escritores ou teóricos que, ao falar da linguagem, se põem a criticá-la pelos mais variados motivos. Há os que a consideram incapaz de exprimir o pensamento com exatidão, outros se queixam da tirania das palavras (Jameson, 1972); há os que a acusam de reducionista e houve até quem a considerasse fascista. Nessa maneira de ver, isso se deveria à natureza cristalizadora das palavras, ao poder lógico e esquemático da gramática, à rigidez do sistema de classificações, próprios da linguagem. Se pudéssemos considerar, por exemplo, uma dicotomia entre razão e emoção, parece que a linguagem é frequentemente considerada como fruto exclusivo da primeira, como se ela não fosse também resultado da necessidade humana de expressar emoções. Assim a

linguagem é frequentemente apresentada como ferramenta única da inteligência e da razão. É curioso notar como essas críticas apóiam-se, na base, na idéia de que a linguagem é essencialmente imóvel, estática. Tal linguagem teria o poder de esquematizar e delimitar tanto a realidade, como a experiência e o próprio pensamento, exatamente porque, enquanto fenômeno estático, não possuiria a capacidade de abarcar e expressar a fluidez das coisas.

A meu ver, essa insuficiência atribuída à linguagem não é inerente a ela própria, mas à maneira como se considera a questão. Antes, entretanto, de entrarmos nesse mérito, examinemos as coisas com base no senso comum. Como é possível considerar que a linguagem é insuficiente porque estática se é com ela que se faz, por exemplo, a poesia e toda literatura, expressão dos mais variados e dinâmicos estados de alma e de emoções? Talvez alguns dissessem que há que se considerar a existência de diferentes "linguagens". Para os que assim pensam, tal como é possível fazer uma distinção entre o sentido literal e o sentido metafórico das palavras e das frases, haveria também que diferenciar a linguagem literária da ordinária que, por sua vez, não poderia ser confundida com a linguagem científica e assim por diante. Mas, isso seria conceber a linguagem de maneira absolutamente cindida. De fato, para Arrojo & Rajagopalan (1989), por exemplo, a noção de "literalidade" é bastante questionável. Não parece, portanto, ser possível considerar que estas distinções sejam claras e precisas.

Mas, para atingir o ponto que nos interessa, quando se afirma a imperfeição da linguagem, não se estaria fazendo uma confusão entre a língua abstrata e o falar concreto? Para dizer de outro modo, não se estaria desconsiderando o fato de que a linguagem, organizada na gramática e no dicionário, é simplesmente instrumento do falar, seu marco histórico de possibilidades, que o falar supera constantemente? (Coseriu, 1962). Para conduzir a questão a este campo, entretanto, é necessário que passemos agora a considerá-la a partir de uma certa clas-

se de conhecimento - que é fundante da Linguística como ciência - e que vai ser constantemente utilizada como referência para avançar a discussão.

É impossível falar nestas distinções sem que considerar a famosa dicotomia saussureana relativa à língua e à fala (Saussure, 1916). É bem conhecida a posição de Saussure a esse respeito. A fala é um ato, uma manifestação da língua que, por sua vez, é um sistema virtual que só se atualiza na e pela fala. Caberia à Linguística dedicar-se exclusivamente à língua. Esta maneira de ver as coisas foi objeto de muitas críticas e teve, até certo ponto, consequências limitadoras para a Linguística. Esta distinção entre atividade e produto, por exemplo, aparece com particular frequência nas primeiras críticas ao estruturalismo saussureano feitas pelos defensores da Análise do Discurso (Pêcheux, 1969). Especificamente, interessa-me retomar aqui as observações críticas à teoria saussureana feita pelo seu tradutor em língua espanhola, Amado Alonso (1896-1952).

No prefácio da edição espanhola do "Curso de Linguística Geral", Alonso (1945) submete a uma revisão duas tradicionais antinomias saussureanas, reconhecendo, num primeiro momento, o deslindamento rigoroso e sistemático de dois pares de conceitos: língua/fala e sincronia/diacronia. Entretanto, observa o autor, "*uma das características da mentalidade de Saussure é que cada distinção e cada delimitação de fatos está já como que encarnada em suas exigências metodológicas, de modo que suas doutrinas nasceram mais das necessidades técnicas de investigação do que da contemplação filosófica do objeto*" (Alonso, 1945:11). A crítica de Alonso visa principalmente o fato de que Saussure, fiel a uma ideologia positivista, estaria impedido de ver na linguagem o funcionamento de "forças livres do espírito", tais como afetividade, humor e jogos de fantasia. Se assim não fosse, ele veria a língua e a fala como aspectos discerníveis da linguagem e não como termos de uma antinomia irredutível. Além disso, nesse caso, só a primeira oferecia terreno firme para praticar a investigação, segundo princípios

e métodos também firmes. A fala, ao contrário, heterogênea em si, porque individual - e ativa - foi excluída como objeto de estudo.

Lembrarei somente que tentativas de contemplar este aspecto que, segundo Amado Alonso, Saussure exclui do estudo da linguagem, também foram feitas. Em torno do primeiro decênio de 1900, não foram poucos os autores que se dedicaram a estudar o "espírito da língua". Charles Bally (1865-1947), um dos organizadores do "Curso de Linguística Geral", procurou captar os "humores subjetivos" da palavra, através de uma disciplina que chamou de "Estilística", embora seu objeto de investigação tenha sido sempre a linguagem corrente. Enquanto Saussure se dedicou ao estudo do aspecto lógico do sistema, Bally submete à indagação sistemática o aspecto afetivo (Isella, 1970). Para Bally, todos os fenômenos da vida são caracterizados pela presença constante dos elementos afetivos e voluntários de nossa natureza; assim também a língua está impregnada destes elementos e embora a inteligência desempenhe um papel importantíssimo, a língua não é uma construção puramente intelectual. Nessa mesma época, vem à luz o trabalho de Karl Vossler (1872-1949) que procura penetrar a gênese do fato expressivo. Inaugura-se assim a corrente idealista nos estudos da linguagem diretamente filiada ao pensamento filosófico de Benedetto Croce (1866-1952), mais particularmente à sua identificação entre intuição e expressão que, como veremos mais adiante, é uma questão central neste trabalho. Este último, por sua vez, tem suas raízes mais profundas em Vico (1668-1744) e sua origem teórica mais recente na célebre caracterização de Humboldt (1767-1835) de linguagem como "energéia", ou seja, como atividade criadora do espírito. Todos estes autores pareciam se sentir insatisfeitos com a mera compreensão do elemento intelectual na linguagem e se esforçaram para chegar à fonte espiritual de onde saiu a palavra, estudando o aspecto afetivo da linguagem (para maiores esclarecimentos sobre filologia idealista , ver Christmann, 1985; Coseriu, 1962; Alonso, 1932; Isella, 1970).

Como se vê, no campo dos estudos da linguagem, houve também quem realizasse uma busca semelhante a que procuro realizar aqui.

O leitor pode estar se perguntando, entretanto, se é lícito invocar correntes, autores e vertentes de estudo que se filiam a disciplinas alheias à Linguística, tal como a Estilística ou a Teoria Literária. Mas eu o remeto para a mesma questão que foi colocada alguns parágrafos acima: até que ponto são claras e precisas tais distinções e divisões de searas? Além disso, é surpreendente notar como algumas teorias hoje esquecidas coincidem com tendências da Linguística moderna. Esse é, a meu ver, o caso da vertente idealista nos estudos da linguagem. Veja-se, por exemplo, o aparecimento recente de trabalhos de Linguística que começam a dar sinais de que não se pode mais menosprezar o papel das emoções na análise da língua. Para Anna Wierzbicka (1990), por exemplo, "*a emotividade não é um aspecto marginal e negligenciável da linguagem (como faz crer a maioria dos trabalhos linguísticos). Ela é parte da essência da língua. Já é tempo de que os linguistas reconheçam esse fato e tirem dele as necessárias consequências*" (Wierzbicka, 1990:168-169). Ao comentar um trabalho sobre a presença da emotividade na estrutura da língua, a autora o saúda como "*um antídoto renovador e bem-vindo contra a perspectiva lógica, matemática e da inteligência artificial sobre a comunicação humana, que ainda prevalece numa parte considerável da linguística moderna*" (Wierbicka, 1990:161).

De qualquer forma, o que fica claro é que, para obter respostas às indagações sobre o dinamismo da linguagem, é imprescindível que a distinção sistema/uso jamais seja encarada como uma antinomia irredutível, que oponha aspectos independentes do mesmo fenômeno. Não se quer negar com isso a importância metodológica da delimitação de aspectos específcos quando se quer estudar um fenômeno tão amplo e abrangente como a linguagem. Mas há que se considerar também que tais utilizações não têm nada a ver com a compreensão da própria

natureza da linguagem: trata-se de uma útil abstração científica. Além disso, é perfeitamente correto que Saussure, enquanto precursor e empenhado como estava em construir uma ciência da linguagem, se impusesse exigências metodológicas severas que lhe permitissem atuar sobre um terreno firme. Mas este não é o caso deste trabalho. Ao contrário, deliberadamente escolheu-se um objeto fugidio: a variedade, a mudança e a fluidez do que se está chamando de aspecto dinâmico da linguagem, cuja caracterização, aliás, não está dada, mas irá sendo delineada aos poucos, no decorrer da discussão. Isto não impede, entretanto, que se tome Saussure como referência, como interlocutor-símbolo da Linguística, para fazer dele o contra-ponto das presentes reflexões.

E por que escolher Saussure, diriam alguns, e não a produção mais recente da Linguística? De fato, grande parte dos trabalhos linguísticos, hoje em dia, não faz mais uma "linguística da língua", mas voltou-se para aspectos da fala, da "produção do discurso". Sem dúvida isso trouxe uma renovação aos estudos linguísticos, determinada principalmente pelas pesquisas em Pragmática e Análise do Discurso que conseguiram captar a linguagem de um ponto de vista mais dinâmico: o significado de uma palavra está no uso que os falantes fazem dela. Mas o que me parece é que, embora seja difícil fazer generalizações em Linguística dada a ausência de um paradigma reinante, com o aparecimento de tais teorias, a ampla utilização de conceitos tais como "contexto", "enunciação" e "sujeito" jogou, por assim dizer, o dinamismo, para <u>fora</u> da linguagem, para uma instância que lhe é, de alguma forma, externa. Nesse sentido, não me seriam muito úteis, na medida em que busco marcas, na <u>própria</u> linguagem, do uso dinâmico que os falantes fazem dela. Dito de outro modo, uma coisa é examinar o dinamismo do ponto de vista das relações da linguagem com suas condições de produção, outra é analisar aquilo que propicia à própria matéria linguística expressar o dinamismo.

O problema que se coloca, portanto, é o seguinte: que método poderia oferecer suporte teórico para a investigação? Meu objetivo era, de certa forma, reconquistar uma certa "ingenuidade" em face da linguagem para obter uma revelação da sua peculiaridade. Optei por uma solução heterodoxa: realizei uma escolha de autores guiada unicamente pelo interesse e curiosidade que um ponto de vista verdadeiramente intrigante pudesse me despertar. Não defini um critério prévio, claramente delineado, para a seleção de autores, nem tampouco penetrei a fundo na obra de cada um deles - embora não me faltasse vontade. Um texto sempre trazia uma passagem ou alguma referência bibliográfica que me remetia a outros e assim por diante; um autor abria a possibilidade de novos temas e questões e eu me deixava guiar por este interesse. Frequentemente tive a grata surpresa de descobrir o mesmo autor ou questão, que tinham dado início a um desenrolar de leituras, citados ou mencionados por outros, muitos textos "adiante". Isso ocorreu muitas vezes e garantia, muito particularmente, uma "coerência" interna que buscava: eu estava na pista certa; essas aparentes coincidências eram a prova disso. Assim, os autores e obras que serão aqui utilizados devem ser vistos como referências teóricas que mais me serviram como pano de fundo para desenrolar um ensaio do que propriamente como modelos teóricos que adoto de forma acabada. A tentativa será, portanto, a de reunir, num texto único, maneiras de ver e pontos de vista que me parecem compatíveis.

Essa maneira de trabalhar também fez com que, cada vez mais, eu retrocedesse em busca das fontes primárias, de autores antigos, de maneiras de ver hoje esquecidas. Talvez por isso este trabalho venha a ressuscitar velhos temas, reacender antigas polêmicas que não parecem estar muito em voga hoje em dia. A novidade que ele possa ter, no entanto, consiste precisamente em dizê-los de novo no contexto teórico atual.

Isto posto, cabe agora apresentar o autor que foi, até certo ponto, responsável tanto pela definição do objeto como pelos procedimentos de investigação utilizados. Trata-se de Henri Bergson (1859 - 1941), o filósofo da duração.

1.2. - O dinamismo de Henri Bergson.

"A essência da filosofia é o espírito da simplicidade. Quer encaremos o espírito filosófico nele mesmo ou em suas obras, quer comparemos a filosofia à ciência ou uma filosofia às demais filosofias, sempre verificaremos que a complicação é superficial, a construção um acessório, a síntese uma aparência: filosofar é um ato simples"

Essa é a epígrafe que abre a coletânea dos textos de Bergson traduzidos para o português. A leitura de um dos primeiros impressionou-me profundamente. "Introdução à Metafísica" (1903) surpreende pela originalidade de pensamento do autor e pela forma certeira como ele põe o dedo na ferida das chamadas "ciências clássicas". Partindo da idéia de que o espírito humano tem uma irresistível tendência para considerar mais clara a idéia que lhe é frequentemente mais útil, o autor faz um convite - esse sim irresistível - para que rejeitemos de início a maneira pela qual nosso pensamento está habituado a trabalhar num problema especulativo: submetendo-o à inteligência para proceder, em seguida, à análise. Filosofar consiste em inverter a marcha habitual do pensamento. Segundo Bergson, nossa inteligência busca a fixidez, deixando escapar o que é a verdadeira essência do que se procura: a mobilidade, a pura duração que está no interior de todas as coisas. Para atingí-la, então, é necessário dar lugar primeiramente, não à inteligência, que opera sobre o imóvel, mas à intuição, única que pode captar o movi-

mento. A análise opera sobre o imóvel e a intuição sobre a duração. O método da metafísica é a intuição.

Embora não pareça à primeira vista, não há nada de misterioso na intuição: qualquer um que tenha praticado a composição literária sabe o que é o esforço da intuição. Mas a intuição da duração, quando a expomos aos raios do entendimento, assume rapidamente a forma de conceitos fixos, distintos e imóveis. Só se obtém uma intuição da realidade, portanto, quando ganhamos sua confiança por uma longa camaradagem com suas manifestações superficiais. Então, da intuição pode-se passar à análise.

E o que é intuição? Intuição é consciência imediata, fruto da pura percepção e não do trabalho da memória. É uma forma de contato sem mediações entre sujeito e objeto, visão que mal se distingue do objeto visto, conhecimento que chega à coincidência. Como é possível deixá-la agir? O autor nos adverte que o caminho da intuição é sempre penoso e requer muita atenção. Trilhá-lo é lidar muitas vezes com a obscuridade, com a incerteza, com a falta de clareza; mas para atingi-lo é preciso que nos coloquemos no interior das coisas e nos deixemos levar por elas, nos movamos juntamente com elas para captar-lhes esse movimento. Não se pense, entretanto, que com isso se encoraja qualquer forma de relaxamento do espírito. Ao contrário, recomenda-se uma certa maneira difícil de pensar. Deixar que a intuição funcione como método de investigação não significa agir por instinto ou sentimento, mas por um esforço de reflexão.

Foi com esta predisposição que iniciei a leitura de outro texto de Bergson. É preciso que se diga que, àquela altura, a força do pensamento do autor já havia agido sobre mim de maneira definitiva: se é que é possível assim considerar, eu própria "havia me tornado" bergsoniana. Nesse sentido, talvez seja possível dizer que, em relação a este trabalho, Bergson não só determinou em grande parte a

definição do objeto e os procedimentos, como também influenciou a minha própria maneira de refletir.

Em "O pensamento e o movente" (1934), o autor quer mostrar como o Tempo real escapa às teorias matemáticas. A linha matemática com que se simboliza o tempo, por exemplo, é imóvel e o tempo é, em essência, mobilidade. A linha é o que o movimento do tempo produz e não o tempo em si mesmo. O real, portanto, não são os estados sucessivos que produzem a linha, mas o próprio fluxo. A duração do tempo mesmo, que a ciência elimina, é, entretanto, sentida e vivida por nós. Mas nossa inteligência busca a fixidez, desvia o olhar da transição para poder analisar. Somente se nos instalarmos no interior do fenômeno mesmo e nos deixarmos mover juntamente com ele será possível obter uma intuição da pura duração.

A beleza da reflexão e da linguagem do autor é um convite para realizar exatamente o que ele recomenda: dar um mergulho no movimento de suas palavras. Li o texto sem me deter para fazer anotações, assinalando somente as passagens em que o autor se referia especificamente à linguagem, que me intrigavam particularmente. Havia sempre uma urgência em ler o que vinha em seguida, em não deter o curso das idéias. Houve momentos de extrema clareza e compreensão, em contraste com outros de obscuridade. Entretanto, a estes últimos, seguia-se, invariavelmente, uma observação do autor que parecia prever as minhas dificuldades e conclamar-me a prosseguir, apesar delas. Ler Bergson foi muitas vezes como olhar num espelho; ele previu sempre o movimento do meu espírito.

A uma certa altura, percebi que poderia aproveitar exatamente a experiência de linguagem que eu estava tendo, para perceber como as palavras dele, Bergson, operavam sobre mim, ou seja, tentar captar como era o movimento que ele imprimia à linguagem ; não era isso exatamente o que eu buscava? Talvez então Bergson e o seu método que preconizava a intuição como forma de atingir a essência das

coisas pudesse me oferecer um caminho. O que eu buscava era exatamente vislumbrar o dinamismo do fenômeno que perseguia: a linguagem. E ali se me apresentava a oportunidade de fazê-lo sobre sua própria linguagem. Entretanto, um sério descompasso também se instalava: na visão do próprio autor, essa seria uma tarefa impossível, já que para ele a essência da linguagem é exatamente o contrário, ou seja, a imobilidade.

A surpresa e a decepção foram grandes. Como era possível que exatamente Bergson estivesse entre os autores que "acusam" a linguagem? Mas suas palavras tiveram, sobre mim, um efeito também inesperado: instigaram-me a prosseguir, mesmo lidando com a incerteza e com a falta de clareza, exatamente como ele havia me alertado que ocorreria. Mas, vejamos quais são seus argumentos. O que Bergson faz é uma crítica geral à linguagem no que diz respeito ao objeto filosófico. Sua intenção é mostrar como a linguagem que o filósofo vai usar para descrever a fluidez do objeto que procura captar é insuficiente.

Para o autor, a verdadeira metafísica é aquela que recusa a tradução e procura o original. Assim sendo, o que tem realmente valor é aquilo que é vivido, experienciado, ou seja, as sensações, as emoções, as expressões sensíveis, enfim. Ora, o vivido, na sua singularidade é irrepresentável. Toda descrição deste vivido - que naturalmente será feita via linguagem - será sempre um falseamento da experiência sensível já que as palavras se constituem num obstáculo, porque são fixas e imutáveis. Em suas próprias palavras: "*Todas as maneiras de falar, pensar, de perceber, implicam, com efeito, que a imobilidade e a imutabilidade são de direito, que o movimento e a mudança vem-se acrescentar, como acidentes, às coisas que por elas mesmas não se movem e nelas mesmas não mudam (...). Esta é a lógica imanente às nossas línguas, e formulada de uma vez por todas por Aristóteles: a essência da inteligência é julgar, e o julgamento (juízo) se opera através da atribuição de um predicado a um sujeito. O sujeito, uma vez apenas*

nomeado, é definido como invariável; a variação consistirá na diversidade de estados que afirmaremos dele, passo a passo" (Bergson, 1934:144).

Parecia assim que eu buscava o movimento exatamente onde ele se cristaliza, exatamente na linguagem que é o instrumento que a inteligência usa para fixar definitivamente a duração, essência das coisas. Mas por que o homem busca a fixidez? O próprio autor responde: "*Procedendo assim pela aposição de um predicado a um sujeito, do estável ao estável, seguimos a inclinação de nossa inteligência, conformamo-nos às exigências de nossa linguagem, e, para dizer tudo, obedecemos à natureza. Porque a natureza predestinou o homem para a vida social, para o trabalho em comum; e este trabalho só será possível se colocarmos de um lado a estabilidade absolutamente definitiva do sujeito, de outro, as estabilidades provisoriamente definitivas das qualidades e dos estados, que se tornarão, então, atributos*" (Bergson, 1934: 145). Sobre a palavra, Bergson diz: "*A palavra será, pois, a mesma, como dizíamos, quando a ação sugerida for a mesma, e nosso espírito atribuirá a coisas diversas a mesma propriedade, representa-las-á da mesma maneira, enfim, agrupa-las-á sob a mesma idéia, todas as vezes em que a sugestão da mesma vantagem, da mesma ação a executar, suscitar a mesma palavra*" (Bergson, 1934: 151).

Ora, parecia-me ser possível apresentar pelo menos dois contra-argumentos a Bergson. O primeiro, de natureza mais teórica, já foi levantado anteriormente: a língua, sua gramática, as palavras fora do uso não podem ser confundidas com o falar concreto que põe em funcionamento, em ação, em movimento toda a estrututura abstrata. Parecia-me que, nestas passagens, Bergson referia-se ora à sintaxe especificamente, ora às palavras inativas, fora de uso. Mas a sensação de haver percebido um descompasso entre o que eu havia experimentado a partir da linguagem de Bergson e a maneira como ele próprio a considerava é que fornecia o meu verdadeiro contra-argumento a Bergson: como é possível que o papel da

linguagem seja o de fixar o movimento, e portanto impedir que nosso espírito atinja o interior das coisas, se foi única e exclusivamente pela linguagem que eu pude perceber o movimento no pensamento de Bergson? Há alguma coisa nela que me sugeriu o movimento. Como considerá-la estática, fixa? O autor me fala pela linguagem e é perfeitamente possível acompanhar seu movimento. Talvez alguns dissessem que o que se move, na verdade, é o pensamento do autor e não sua linguagem; mas como o desenrolar do seu pensamento é captado senão pelo próprio desenrolar das palavras e das frases? Parece que há alguma coisa que vaza pela linguagem, vaza por exemplo, quando no texto, o uso de determinada palavra ou construção provoca um efeito de sentido que praticamente permite que eu "veja" o autor ou o movimento de seu espírito. Vaza também, eu diria, pelo que o próprio Bergson, mais adiante, chama de ritmo.

Ao falar sobre a arte da leitura, o autor nos diz que ler é apropriar-se da inspiração de quem escreve, é acompanhar o ritmo do texto. "*Antes da inteleção propriamente dita há a percepção da estrutura e do movimento: há, na página que se lê, a pontuação e o ritmo. Marcá-los corretamente, levar em conta as relações temporais entre as diversas frases do parágrafo e os diversos membros da frase, seguir sem interrupção o crescendo do sentimento e do pensamento até o ponto musicalmente notado como culminante, nisto, antes de mais nada, consiste a arte da dicção (...) há uma certa analogia entre a arte da leitura, tal como acabamos de defini-la, e a intuição que recomendamos ao filósofo*" (Bergson, 1934:155). Esta maneira de conceber a leitura, e portanto a linguagem em movimento, não me parecia mais tão imóvel quanto acreditei ter compreendido anteriormente. Ao contrário, parecia-me que não mais seria a linguagem que impediria o espírito de entrar em contato com as coisas. Através do desenrolar das palavras, do seu movimento, portanto, é que seria possível desvendar o que verdadeiramente se

esconde atrás do significado literal de cada frase, assim como a intuição desvenda o que se busca.

Além disso, é importante observar, a essa altura, o autor não parece mais estar se referindo especificamente à linguagem filosófica. Ao contrário, ele próprio faz alusão à coincidência do trabalho do filósofo e do romancista que também quer expressar a fluidez que caracteriza a variedade dos estados de alma. O movimento na linguagem seria dado, então, não pelo que se diz, mas pelo ritmo com que se diz. A meu ver, é inegável que a palavra é fixidez assim como cada fotograma de um filme; mas há o fio da projeção que permeia as imagens fixas e lhes dá movimento. Dizer que a linguagem é imobilidade porque a palavra fixa os conceitos para sempre é o mesmo que considerar que assistir a um filme equivaleria a examinar, um a um, todos os fotogramas da fita de projeção. Inútil tentar penetrar o significado na estrutura das palavras e das frases paradas. A língua vibra no encadeamento delas, no seu desenrolar; e é exatamente esse desenrolar que me interessa descobrir como se dá.

Mais uma vez é o próprio Bergson que me fornece uma pista sobre esse processo a partir da leitura de uma passagem que praticamente me permite "ver" como a linguagem se move: "*A experiência interna em estado puro, dando-nos uma substância cuja essência é durar e, consequentemente, prolongar sem cessar no presente um passado indestrutível, nos dispensaria ou mesmo nos interdiria de procurar onde a lembrança é guardada. Ela se conserva por si mesma, como o admitimos quando pronunciamos uma palavra, por exemplo. Para pronunciá-la, é preciso, com efeito, que nos lembremos da primeira metade ao pronunciar a segunda. Ninguém pensará, por isto, que a primeira metade tenha sido depositada numa gaveta cerebral ou outra qualquer, para que a consciência aí venha a procurá-la no instante seguinte. Mas se isto é verdade para a primeira metade de nossa palavra, sê-lo-á também para a palavra precedente, que a ela se liga pelo som e*

pelo sentido; será a mesma coisa para o começo da frase, e para a frase anterior, e para todo o discurso que poderíamos tornar muito longo, indefinidamente longo se quiséssemos. Ora, toda nossa vida, desde o primeiro despertar de nossa consciência, é qualquer coisa como esse discurso indefinidamente prolongado. Sua duração é substancial, é indizível enquanto duração pura" (Bergson, 1934:148). Ler esta passagem produziu, então, em mim uma sensação que se parecia com um círculo que se fecha. Havia algo aí que fazia muito sentido. Um discurso indefinidamente prolongado... Uma palavra que se liga a outra pelo som e pelo sentido... Como dizer o que vi? Sua substância é indizível... Eu vi e já não sei mais se vi. Parece impossível dizer como a linguagem diz o movimento. Mas é isso exatamente que eu queria dizer! Então, mais uma vez ainda, escuto Bergson dizer: eis aí talvez o verdadeiro problema filosófico que é justamente aquele que nos parece intransponível.

A natureza, diz o autor, desvia o espírito do espírito e empurra-o na direção da matéria. É mesmo inevitável; já sinto meu espírito buscando parâmetros para analisar minha percepção. O que foi que vi? Vi um movimento. Em que sentido ele se move? Não é só para frente; é para frente e para trás, mas sempre avançando; é uma tensão que ocorre no interior da linguagem, talvez entre a primeira parte da palavra e a segunda, entre a palavra precedente e a seguinte e assim por diante. De fato para Bergson, se, por um esforço de intuição, nos instalarmos dentro do movimento para sentir a duração, veremos que a intuição sobre o tempo nos mostra uma tensão bem determinada. Embora não me fosse possível ainda determinar exatamente de que natureza ou, mais precisamente, entre quais elementos pude vislumbrar uma tensão na linguagem, retive a idéia, ou melhor, a impressão. Mais adiante veremos como o conceito de tensão vai desempenhar importante papel no desenvolvimento do trabalho.

Como captar, então, o dinamismo da linguagem? O que é exatamente que desejo observar? A estas alturas, eu mesma passo a desconfiar da minha percepção. Inclino-me a abandonar esse caminho. Mas, de certa forma, eu já havia experimentado uma intuição de linguagem. Para Bergson, da intuição pode-se passar à análise e é exatamente o que procuro fazer. Escuto-o dizer que, em filosofia, a questão não está tanto em encontrar o problema nem resolvê-lo, mas colocá-lo, pois um problema especulativo estará resolvido no momento em que for bem enunciado. Volto atrás, então, e decido permanecer neste caminho. A idéia de tensão não me abandona, assim como a sensação de continuidade, de fluxo ininterrupto, de ecos de sentido, produzida pela idéia de uma palavra ligada a outra pelo som e pelo sentido, indefinidamente... Mas como é possível que a linguagem sugira essa impressão?

1.3. - A metáfora do movimento

Uma possível resposta obtive em parte da leitura de um trabalho intitulado "Bergson: intuição e método filosófico" de Franklin Leopoldo e Silva (1991), tradutor e exegeta de Bergson. Este autor dedica boa parte de seu trabalho a analisar e, principalmente, detalhar o que considera fundamental no método bergsoniano: a superação de um impasse que se estabelece entre a intuição do objeto metafísico que o filósofo capta - que é essencialmente movente - e a expressão dessa intuição. Necessariamente a expressão da intuição que o filósofo experimenta vai se dar através da linguagem, sendo mediada, portanto, pelo simbolismo que lhe é próprio. Ora, a metafísica é a ciência que pretende dispensar o símbolo para atingir um conhecimento direto através da intuição. Surge assim o impasse. Faz-se

necessário, portanto, examinar a natureza do simbolismo da linguagem para avaliar o teor expressivo do discurso filosófico.

Para Bergson, o simbolismo da linguagem se funda na arbitrariedade. "*Cada palavra de nossa língua é efetivamente convencional, mas a linguagem não é uma convenção, e é tão natural ao homem falar quanto andar*" (Bergson,). Ou seja, sendo a linguagem natural, o simbolismo é governado pelas necessidades práticas de comunicação e cooperação que caracterizam a inteligência humana. Neste sentido, os signos são motivados por tais necessidades. Por outro lado, já que para a maior parte das palavras não é possível descobrir uma relação natural com aquilo que simboliza, cada palavra é convencional. Haveria, na verdade, um duplo simbolismo: toda linguagem é simbólica pelo próprio caráter convencional das palavras; além disso, as próprias idéias já são, para Bergson, pensamento figurado. Em outras palavras, "*...é a inteligência a função estruturadora dos signos e é ela que delimita o campo onde se articularão significado e significante. É no interior deste campo já simbólico que se vão constituir as relações simbólicas, por assim dizer, de segunda ordem, ligando a realidade da inteligência aos signos da inteligência que a exprimem*" (Silva, 1991:12).

Para Bergson, a inteligência, que é o instrumento natural de interpretação do mundo, busca a fixidez, desvia o olhar da transição, articula-se espacialmente, percebendo, por exemplo, uma sucessão contínua e ininterrupta como justaposições estanques no tempo. A linguagem, enquanto produto da inteligência, padece da mesma confusão. Os signos e a articulação entre eles são motivados pela natureza espacial que a inteligência confere às palavras e ao discurso.

Ora, o fluxo da duração, que o filósofo procura expressar, é essencialmente temporal, é puro fluir e a linguagem é apta somente para expressar conteúdos de índole espacial na medida em que é simbólica. "*A designação é simbólica não apenas por agrupar coisas ou feixes de percepção sob uma única palavra, mas*

também por figurar espacialmente (descontínua e articuladamente) algo que em si é continuidade e fluência" (Silva, 1991:10). A linguagem, portanto, desfigura o objeto filosófico porque o traduz num discurso formalizado. Não há identidade entre conteúdo e expressão da duração; discurso e temporalidade são, rigorosamente, incompatíveis já que o meio de expressão é de natureza diversa do conteúdo a ser expresso. Daí a crítica bergsoniana à linguagem da filosofia que estaria impossibilitada de expressar a temporalidade.

Mas estaria, então, o filósofo condenado ao silêncio? Não, segundo Franklin Silva, Bergson vê possibilidade de superar esse impasse desde que a expressão do conteúdo da duração surja de uma tensão deliberadamente estabelecida no interior da linguagem. Para tanto é preciso abandonar definitivamente a pretensão a uma adequação exata entre representação e realidade, pois a linguagem é, em si, apenas um instrumento opaco e convencional. Supor as coisas de outro modo é admitir uma transfiguração da linguagem em si mesma, e isso, no limite, é supor que seria possível estabelecer uma relação de alguma forma afirmativa entre realidade e linguagem e, para Bergson, esta relação é fundamentalmente negativa.

Como o filósofo pode obter esta tensão na linguagem? A tendência cristalizadora da linguagem pode ser superada pelo uso de procedimentos que sugiram a impressão de linguagem em movimento. Para isso é preciso que a inteligência se torne consciente de uma espécie de "franja" intuitiva que a rodeia para, de certa forma, utilizar a linguagem contra ela mesma. Basicamente seriam dois os procedimentos que permitem isso.

Em primeiro lugar, o filósofo deve recorrer ao uso de imagens com o intuito de estabelecer um movimento metafórico na linguagem, de forma que a imagem não cristalize um significado, mas sugira uma visão. É exatamente a finalidade imobilizadora da atividade simbólica que deve ser evitada, e, paradoxalmente, é a própria capacidade de simbolizar que vai permitir a superação da cristalização

simbólica, através do uso de uma linguagem imagética que se traduz na metáfora. Entretanto, o que pode levar a linguagem a expressar a duração não é o uso de uma metáfora que, uma vez percebida, corre o risco de ser tomada não como representação da coisa, mas como a própria coisa; o que garante que isso não ocorra é o uso de várias imagens que indiquem, pela confluência significativa do conteúdo de todas, um ponto de convergência comum que possa sugerir uma visão. Só assim seria possível transmitir a fluidez e o movimento da realidade.

Haveria ainda uma outra forma de superação que busca na linguagem a coincidência com o movimento da duração. É preciso que o discurso produza uma impressão de passagem através da reprodução do ritmo do pensamento, que salta de imagem em imagem. A palavra não reproduz o movimento, mas o estilo pode sugerir mobilidade, de forma que o discurso seja uma metáfora do movimento. Para tanto é preciso que o discurso não solidifique a impressão; ele deve passar e desaparecer para que coincida com o ritmo da duração. Este é o efeito, portanto, que o discurso filosófico deve buscar: não a permanência e a solidez, não aquilo que se retém, mas aquilo que sintamos passar. Neste sentido, o trabalho do filósofo é muito próximo ao do escritor que, pelo uso de uma linguagem imagética e pela exploração do ritmo, procura se aproximar da intuição que pretende transmitir.

A resposta, portanto, à questão que foi inicialmente levantada neste trabalho - como é possível que o papel da linguagem seja o de fixar o movimento, se foi única e exclusivamente pela linguagem de Bergson que eu pude perceber o que é a duração? - seria a seguinte: uma tensão estabelecida no interior da própria linguagem, pelo uso de uma linguagem imagética, assim como um certo estilo, um certo ritmo que se imprime ao discurso na tentativa de reproduzir o ritmo da própria duração, eram os responsáveis pela minha percepção.

Mas eu ainda não estava totalmente satisfeita em relação à minha questão inicial. Mesmo tendo em mente que não há homogeneidade completa entre lin-

guagem e duração, e que a única saída é tentar escapar das consequências desta heterogeneidade através de um determinado uso da linguagem que a leve apenas a indicar a intuição, permanecia ainda a questão: o que há, em sua natureza mesma, que permite esse uso? Para Franklin Silva, é a própria capacidade simbolizadora da linguagem - a mesma que deve ser evitada porque cristalizante - que vai permitir a superação, pelo uso de uma linguagem imagética. Ora, como o próprio autor indica, isto é, de fato, um paradoxo.

No que diz respeito ao uso de metáforas é possível aceitar a idéia de que o enunciado metafórico possibilita novas formas para a percepção humana, modos originais de organizar o mundo, incorporando a imaginação na construção do saber (Oliveira, 1991). De fato, para Black (1981), a metáfora é intrinsecamente um recurso cognitivo de descoberta. Neste sentido, é possível concordar com Franklin Silva para quem a metáfora traz em si ainda a marca da originalidade da criação da qual o discurso filosófico pode se valer para sugerir a intuição da duração.

Mas em que consiste precisamente este "estilo" do autor? Como é possível, pela linguagem, reproduzir o ritmo da duração? É natural pensarmos, num primeiro momento, na pontuação, na marcação rítmica dos termos das frases, dos períodos e dos parágrafos que se sucedem. Este é um tipo de ritmo que se pode imprimir a um texto; mas é um ritmo, por assim dizer, fixado, marcado, mais estático do que dinâmico. O ritmo pode ser também cadência melódica; cadência produzida por sons harmônicos que se repetem, que ecoam. Há uma música na linguagem. O próprio Bergson fala em "ponto musicalmente notado como culminante". Também é possível explorar significativamente a tensão sonora e rítmica da melodia das palavras.

"Uma palavra que se liga a outra pelo som e pelo sentido..." "Um discurso indefinidamente prolongado..." A meu ver, é como se as palavras fossem propositalmente escolhidas para durar, isto é, para manter sua própria temporalidade gra-

ças às repetidas sensações auditivas que provocam. É perfeitamente possível encontrar, por trás da grafia, a entonação, a escansão, a voz humana, durando. A concretude das palavras não parece ser materialidade indistinta; o conteúdo semântico pode, em alguns casos, ser até ignorado em favor da substância fônica que coincide com o caráter durativo. Não consiste nisso a verdadeira arte da composição poética também?

Se assim é, não se pode dizer que a linguagem está irremediavelmente impossibilitada de expressar a duração. Se até por detrás da imobilidade da escrita é possível reencontrar a sonoridade que ecoa e dura produzindo uma impressão dinâmica, então não se pode concordar com Bergson no que diz respeito à natureza estática da linguagem.

Por trás destas objeções delineam-se questões teóricas que não podem ser facilmente respondidas. Minha indagação original parecia haver conduzido a caminhos bastante amplos. Em relação, por exemplo, à exploração da materialidade fônica das palavras, a questão que se levanta é: o som das palavras não é, na verdade, indiferente? Não são os significantes escolhidos aleatoriamente, fruto de um convencionalismo? Que efeitos se pode obter de coisas que são, supostamente, arbitrárias?

O que ficava claro é que para saber em que medida a linguagem poderia transmitir a idéia da duração, tal como Bergson a concebe, era imprescindível esbarrar em questões tais como a da própria concepção de signo linguístico, da relação entre significado e significante e, por extensão, da relação entre linguagem e realidade e o conceito de representação. Em outras palavras, o que ficava claro é que estas questões estavam indissoluvelmente ligadas entre si e que somente o seu esclarecimento poderia trazer alguma luz à questão do dinamismo da linguagem. São estas as questões, portanto, que serão esquematicamente pen-

sadas na próxima seção, não com o intuito de esgotá-las, mas de propor uma forma de considerá-las que aponte para a questão crucial a ser desvendada.

1.4. - Linguagem, realidade e arbitrariedade do signo

Ao fazer a exegese do texto bergsoniano, Franklin Silva afirma que a importância do uso da metáfora, por exemplo, no método filosófico de Bergson reside precisamente na perspectiva de ver na metáfora a possibilidade de aproximação, de direção, de forma de ir ao encontro da intuição da duração que o filósofo experimenta. Como já se disse anteriormente, é necessário abandonar a pretensão de uma adequação exata entre representação da realidade e realidade. Essa é, a meu ver, a questão crucial que o autor pinça em Bergson e que esbarra num ponto também crucial para o desenvolvimento deste trabalho: o conceito de representação.

Antes de nos determos nesta questão, entretanto, é interessante notar como este mesmo ponto é crucial para um outro autor que, curiosamente, também se ocupou das reflexões de Henri Bergson sobre a linguagem. Oswald Ducrot (1984), preocupado em descobrir até que ponto a linguagem, enquanto forma de expressão do pensamento, permite que se exprima o que se deseja exprimir, detém-se mais uma vez na questão do "dizer", analisando as diferentes concepções de "indizível" em vários autores que, de alguma forma, se declaram pouco à vontade na linguagem. No que diz respeito às objeções de Bergson quanto à linguagem, Ducrot confessa ser bastante difícil contestar que o vivido seja fundamentalmente indizível, mas contrapõe: se a fala é então incapaz de dizer a impressão que a coisa nos causa, será ela mais capaz de dizer a própria coisa? "*Se o vivido fica para cá do dizer, o real fica irremediavelmente para lá dele*". (Ducrot, 1984:464). Porque

então não imaginar que a linguagem vulgar possua, não um valor de desvendamento, mas algo mais modesto, que implica apenas indicação? Não "representar", "figurar", "imitar", mas "fazer pensar em", "fazer sinal para". Neste segundo sentido, seria finalmente possível dizer que a fala se constitui em dizer, ao mesmo tempo, o vivido e a coisa. Esse caráter indicial poderia contornar o obstáculo das palavras e libertar a linguagem por fim da impossível tarefa de espelhar o real.

Se compararmos as conclusões de Franklin Silva e Ducrot veremos que, embora a natureza e o fôlego dos dois trabalhos difira bastante, e embora eles tenham se proposto tarefas distintas - o primeiro corrobora Bergson enquanto o segundo o critica - parecem dizer o mesmo, mas com direções argumentativas opostas. Para ambos a solução do problema estaria no abandono da ilusão de que a linguagem é representação e na assunção de que ela é apenas indicação.

Que Bergson seja prisioneiro de uma visão clássica de representação é inevitável. Mas, embora de forma mais sutil, Ducrot também parece não querer romper com essa visão: revela uma concepção de linguagem enquanto indicação da realidade como uma espécie de "prima pobre" da linguagem-representação. Ducrot fala mesmo em atribuir "um valor mais modesto" à linguagem. É como se, impossibilitada de representar, só restasse à linguagem simplesmente indicar, e isto é bem menos do que se esperava dela. O problema aí, a meu ver, é que, mesmo quando se acomoda a questão com a solução-indicação, não se abandona uma concepção clássica de representação que necessita, na verdade, ser revista.

Creio que, a esse respeito, é extremamente valioso retomar as reflexões de Michel Lahud (1977) acerca do conceito clássico de representação. Neste trabalho, o autor procura analisar as várias soluções que diferentes teorias de linguagem propuseram para resolver dois mistérios: o da significação - como é possível que o significado surja da união de dois elementos tão heterogêneos? - e o da

comunicação - o que garante que os locutores estabeleçam essa correlação de modo mais ou menos idêntico? Segundo o autor, trata-se daquele tipo de questão curiosa que parece resistir à passagem do tempo, de tal forma se repete ao longo dos anos.

Para examinar a forma pela qual elas são consideradas na teoria saussureana - que nos interessa mais de perto - o autor tenta acompanhar o movimento interno do "Curso de Linguística Geral" no estabelecimento da natureza do signo. Esse movimento, no entanto, adverte Lahud, é obscurecido pela própria forma como os editores registraram a teoria. Além disso, enquanto precursor, o pensamento saussureano oscila entre a força da tradição e a criação original; e é exatamente com a tradicional concepção ideacional de signo - que o considera como uma relação de representação entre dois elementos heterogêneos de natureza psíquica: imagem acústica e conceito - que Saussure não rompe, conforme mostra Lahud. Termos heterogêneos e independentes entre si: só concebendo significado e significante dessa forma é possível entender porque a relação entre eles é arbitrária.

Lahud passa então a demonstrar detalhadamente como o "mistério da significação" em Saussure não é resolvido, mas evadido, na medida em que, ao introduzir as noções de sistema e valor, o signo não aparece mais como unidade de duas faces, e sim como unidade relacional ou diferencial. Não há uma organização não-linguística prévia à organização da linguagem; o sistema constitui suas próprias unidades. A realidade linguística - e não unidades isoladas - passa a ser, portanto, esse sistema. "*O conceito de valor faz do vínculo entre sons e conceitos o resultado de uma operação constitutiva cujo sujeito é o próprio sistema no qual os signos estão inseridos*" (Lahud, 1977:34). Ora, atribuir ao sistema esse papel constitutivo do vínculo só "resolve" o mistério da significação na medida em que o desloca para outra disciplina, a Sociologia, já que a organização do sistema linguístico é um fato social. O problema não é, na verdade, resolvido, mas evadido.

Chomsky também se vê às voltas com um mistério que é, na verdade, engendrado pela própria concepção de linguagem e de signo que serve de suporte a seu modelo. Também ele não consegue romper com a concepção dualista de signo, já que para ele, conhecer uma língua é dominar um sistema de regras que relacionam som e sentido. Mas Chomsky não busca apenas uma solução que explique o problema "técnico" da representação, mas identifica esses mecanismos a estruturas cognitivas inatas. Logo, é a hipótese inatista que na verdade dá fundamento para explicar o relacionamento som e sentido. Em outras palavras, por se apoiar numa concepão dualista, Chomsky também se defronta com os dois mistérios e "soluciona-os" remetendo à Psicologia Cognitiva ou Biologia.

Ambos, portanto, ocupam posições epistemológicas equivalentes: os mistérios não são explicados mas evadidos, transladados para outra instância. Ambos se encontram presos a uma mesma concepção de signo e de significação que remonta a uma tradição semiológica clássica.

Essa incapacidade de resolução, adverte Lahud, não deve ser atribuída ao modelo, mas antes aos próprios termos em que o problema é colocado; são impasses próprios da metáfora particular que cada modelo utiliza. Somente a recusa de tais termos pode conduzir à dissolução dos mistérios; neste caso, duas recusas: a de uma concepção representacional da linguagem e a de uma teoria de signo como associação som/sentido.

A advertência de Lahud leva imediatamente à questão: o que significa realizar tais recusas? Assim como num exercício mental, comecemos a imaginar o que seria trabalhar com estas recusas. As duas estão indissoluvelmente ligadas, mas examinemo-las uma a uma.

Dizer que a linguagem representa o mundo é admitir que ela, de certa forma, está atrelada a ele; que não podemos usá-la para dizer qualquer coisa, mas somente aquilo que no mundo se nos apresenta. Por outro lado, considerar que ela

só tenha por tarefa indicá-lo é investi-la de uma autonomia, de um descompromisso com a realidade que é impossível de admitir. Ora, acredito ser possível arriscar uma terceira hipótese mais dinâmica, baseada no conceito de tensão.

Para Bergson, o que gera o movimento é a tensão entre polos; assim, por exemplo, o tempo presente é fruto da tensão entre passado e futuro. Assim também a linguagem, a meu ver, se constitui e subsiste na tensão entre o atrelamento e o descompromisso com a realidade, não só porque tem diferentes e inúmeros modos de apreendê-la como também porque pode, até mesmo, criá-la. E o faz, às vezes, de uma maneira previsível; outras, de forma nova, originária e inesperada. Em outras palavras, ora representa, ora indica, ou representa indicando e indica representando. Essa é uma possibilidade com a qual gostaria de trabalhar daqui em diante no que diz respeito à natureza da relação entre linguagem e realidade e que será devidamente esmiuçada no terceiro capítulo.

Ora, não nos esqueçamos que a questão da relação entre a linguagem e a realidade está imbricada com a questão da concepção de signo linguístico: conceber o signo como a associação de dois elementos heterogêneos é, forçosamente, admitir a arbitrariedade e esta, por sua vez, pressupõe necessariamente uma concepção clássica de representação, onde existem claramente dois polos - a realidade e a linguagem - que só podem se juntar graças a um mecanismo arbitrário. O que me parece faltar nesse raciocínio é exatamente tensão, movimento, vaivém entre dualidades aparentemente irredutíveis. Logo, não seria possível também pressupor uma relação de tensão entre significado e significante?

Mas quando assim considerada em relação ao signo, essa possibilidade tem como decorrência o fato de que tenhamos que admitir que o signo não é totalmente arbitrário, já que os dois elementos que o compõem - significado e significante - entrariam, por vezes, numa relação de tensão, o que contraria o princípio primordial da arbitrariedade cujo fundamento é a ausência de uma relação natural que

seja relevante para a significação. Convenhamos, essa não é uma possibilidade tão simples de considerar, principalmente em Linguística, a ciência que repousa sobre o dogma da arbitrariedade do signo.

Mas, ao mesmo tempo, para realizar a recusa de Lahud, ela é inevitável, exatamente porque "*só concebendo o signo à maneira dos gramáticos clássicos, a saber, como entidade composta de dois termos heterogêneos e independentes entre si, é que se pode dizer que a relação entre esses termos é 'arbitrária'*" (Lahud, 1977:32). Ora, quando se supõe uma tensão entre significado e significante, ambos participam dessa relação, um dependendo do outro e então não se pode falar em ausência de uma relação que seja essencial para o resultado final: a significação.

Deixemos, por um momento, a questão nesse ponto para tentar um outro caminho, ou melhor, retomar um ponto mencionado algumas páginas atrás. Voltemos a Bergson e sua crítica à linguagem. Segundo Franklin Silva, para Bergson, a linguagem jamais poderia transfigurar-se em si mesma de modo a tornar-se transmissora do caráter movente da realidade exatamente porque supor esta possibilidade é supor também uma relação de alguma maneira afirmativa, positiva entre a linguagem e o real e, para Bergson, essa relação é fundamentalmente negativa. Ora, quando se considera a suposição de que a linguagem traz, em si mesma, marcas que permitem a sua transfiguração para expressar o dinamismo - hipótese com a qual estou trabalhando - necessariamente se admite também uma relação de alguma forma positiva entre realidade e linguagem.

E o que significa exatamente supor uma relação positiva entre linguagem e realidade? Significa supor um vínculo estreito entre coisas e seres e as palavras que os designam. Essa suposição, por sua vez, poderia nos conduzir a considerações ainda mais remotas, relativas, por exemplo, à origem da linguagem, onde parece ser inevitável supor uma relação fortemente motivada entre linguagem e mundo.

Ao se falar em origem da linguagem, esbarramos sempre numa espécie de tabu teórico. Que origem? A real ou a imaginada? Impossível reconstituir. As elocubrações teóricas em torno da questão chegaram a alcançar tal dimensão, no século passado, que a Sociedade Linguística Francesa, oficialmente, baniu o tema de suas discussões. Como se resolveu este impasse? Estabelecendo-se uma diferença clara entre gênese e funcionamento; não importa como se deu a origem, mas sim como funciona o sistema. Com isso, nasce outra dicotomia radical. Não haveria uma possibilidade de "negociação"? Não se trata aqui de retomar o tema de uma forma inconsequente, mas de entender original não em sentido meramente temporal, ou seja, como primitivo; mas como primário, essencial, definidor, fundante.

Quando se considera, por um lado, a questão deste prisma e, por outro, se supõe uma relação absolutamente negativa entre linguagem e realidade, é inevitável perguntar-se: como é possível admitir que tenha ocorrido uma passagem de maneira tão completa e radical? Teria a linguagem passado por um processo progressivo de "arbitrarização" que varreu todo e qualquer traço da origem? Como se vê, aqui também trabalhar com a idéia de tensão entre gênese e sistema poderia trazer alguma luz sobre questões que, a meu ver, estão estreitamente relacionadas e são, muitas vezes, consideradas independentemente.

É, portanto, em torno destas reflexões teóricas que este trabalho se desenvolve. É claro que é necessário realizar escolhas para conduzir a discussão e o tema que se colocou naturalmente como central foi o da arbitrariedade do signo linguístico. Em outras palavras, aprofundar a questão da natureza da relação entre significado e significante é, a meu ver, relevante para esclarecer em que medida a linguagem pode expressar o movimento. No capítulo que se segue, portanto, vamos examinar o princípio da arbitrariedade do signo mais de perto.

CAPITULO 2: SOBRE A ARBITRARIEDADE DO SIGNO LINGUÍSTICO

2.1. - Os sentidos do termo arbitrário

O tema da arbitrariedade do signo linguístico é vastíssimo e está interligado à própria constituição da Linguística como ciência. Não é por acaso que Saussure afirma que o princípio da arbitrariedade do signo "*domina toda a linguística da língua e tem consequências inúmeras*" (Saussure, 1916:82). Também para Benveniste, essa "*verdade evidente, não ainda explícita, mas incontestada na realidade (...) tem um tal aleance que uma reflexão que verse sobre qualquer parte da Linguística a encontra necessariamente*" (Benveniste, 1939:53). Por outro lado, é quase impossível discutir esse preceito sem levar em conta a reflexão sobre a linguagem que se realizou desde que o homem começou a interessar-se pelo tema da relação entre as palavras e as coisas.

A primeira questão a ser enfrentada, entretanto, é de natureza terminológica. O termo "arbitrário" comporta tal variedade de concepções que a tarefa que se coloca como primeira é a de tratar explicitamente da diversidade de noções que se ocultam por trás dele. Como o termo foi bastante utilizado por diferentes autores, cada um deles parece usá-lo de uma maneira particular: dependendo do contexto, o termo poderia ser substituído por "convencional" e/ou "aleatório", "imotivado", "intencional", "proposital", "não-icônico" ou "não-natural". É necessário, portanto, entender precisamente o que cada autor pretende dizer quando afirma que a linguagem, ou o signo, ou a relação significado/significante é ou não é arbitrária. Sem dúvida, o primeiro passo desta tarefa seria tentar perceber o uso

que Saussure faz do termo no "Curso". Afinal, o nome de Saussurre está de tal forma vinculado à questão do arbitrário que é comum ouvir-se falar "do princípio saussureano da arbitrariedade do signo". Entretanto, na medida em que a discussão do dogma da arbitrariedade parece ser tão antiga quanto a própria discussão sobre a linguagem, talvez fosse útil refletirmos antes sobre os primórdios desta discussão.

O tema da conexão entre som e sentido representa, desde a antiguidade, um problema onipresente para a ciência da linguagem. Remonta à teoria dos estóicos, de quem, ao que tudo indica, Saussure retoma tanto a concepção como a terminologia para realizar sua interpretação do signo linguístico como unidade indissolúvel de dois constituintes: o significante e o significado. Esta conexão é a mesma que estava no cerne da discussão do "Crátilo" de Platão, onde se confrontam duas teses acerca da natureza das palavras. As teses são apresentadas ao longo de um diálogo entre Sócrates e Hermógenes em torno da seguinte questão: as palavras têm uma justeza natural, por natureza ("physis"), ou significam por convenção ("thesis")?

Em um artigo que se detém particularmente nesse diálogo, Isidoro Blikstein (1981) afirma que o "Crátilo" tem a fama de ser um pouco obscuro e isto se deve à própria estrutura e ao desfecho do diálogo. Sócrates, que funciona como mediador, ora dá razão a um debatedor, ora a outro e a conclusão não é fechada. Para melhor compreender o sentido do texto, Blikstein realiza uma análise cujas conclusões são interessantes para o ponto de vista que este trabalho vai adotar.

No "Crátilo", Sócrates examina e avalia as duas teses antagônicas. Depois de haver ouvido os debatedores, afirma não ter sido convencido de que a justeza dos nomes seja um acordo, uma convenção, já que algumas palavras parecem ter uma exatidão natural. Para comprová-lo, Sócrates apresenta uma série de etimologias que, pelas semelhanças formais, evidenciam a pretensa relação entre

a palavra e sua significação. Trata-se daquilo que Blikstein chama de "divertimentos etimológicos", já que, em algumas das análises, Platão parece mais estar brincando com as palavras. Em seguida, entretanto, Sócrates observa que, embora seja seu desejo que os nomes correspondam às coisas, não é bem isto que ocorre sempre, porque também devemos recorrer à convenção e ao uso para designar as coisas. Os sons - Platão refere-se, na verdade, às "grammata", ou seja, letras - não teriam expressividade intrínseca alguma, mas, pelo uso, poderiam tornar-se expressivos. Este é, de forma bastante resumida, o eixo em torno do qual se dá a discussão.

No que diz respeito aos tais "divertimentos etimológicos" do "Crátilo", Blikstein observa que eles seriam extremamente interessantes à Linguística e à Semiologia, pois ilustram bem a dialética entre motivação e arbitrariedade do signo, por meio de um dos mais fecundos fenômenos da linguagem: a etimologia popular. O leitor atento não deixará de ver, nas observações de Blikstein, uma certa coincidência com a posição defendida anteriormente neste trabalho: quem fala em "dialética" está falando em tensão entre pólos.

Mas como se daria esta dialética? "*Servindo de veículo de idéias, a palavra provoca atrações paronímicas por meio de jogos de assimilação e consonância dos significantes, acarretando, então, a remotivação do signo*" (Blikstein, 1981:33). Como se verá mais adiante, a idéia de remotivação (Fónagy, 1972) será fundamental para este trabalho.

Ao final do debate, Sócrates não chega a uma conclusão nítida e mais uma vez parece realizar um divertimento etimológico com a ambiguidade semântica da expressão "nomothétes" (legislador), a quem caberia a criação dos nomes: a primeira parte da palavra - "nómos" (lei, convenção) - pode também estar associada a "ónoma" (nome), o que permitiria a interpretação da expressão como "o artesão"

ou o "forjador de nomes". Ficamos sem saber se se trata de um artesão de nomes com significação justa e exata, ou se um fixador de convenções.

Para Blikstein, o texto platônico sobre o problema da natureza das palavras se presta a mais de uma interpretação. Isso, no entanto, não é um problema mas, exatamente, uma virtude, na medida em que essa ambiguidade acaba por acentuar ainda mais "*o vaivém dialético entre o natural e o convencional, entre a motivação e a arbitrariedade*" (Blikstein, 1981:35).

Esse mesmo vaivém parece se repetir na maneira como os vários autores, ao longo dos anos, apresentam a questão do arbitrário na língua. O termo "arbitrário", como já se disse anteriormente, traz embutida em si uma variedade de concepções. Neste sentido é esclarecedor fazer um rastreamento, ainda que rápido, da origem e da história do próprio conceito.

Em "A arbitrariedade do signo: sobre a história tardia de um conceito aristotélico", Eugenio Coseriu (1977) procura discutir o problema das fontes que Saussure poderia haver utilizado para postular o princípio da arbitrariedade, assim como suas relações com a tradição. Neste trabalho, o autor chega a concluir que, embora predomine, na Linguística atual, a convicção de que foi Saussure quem formulou expressamente a teoria da arbitrariedade do signo, "*de fato, todos os elementos da sua teoria da arbitrariedade já aparecem na análise da linguagem empreendida por autores que o precederam*" (Coseriu, 1977:62). Se Saussure teve ou não acesso a esses autores é uma questão que só poderia ser esclarecida se tivéssemos a possibilidade da conhecer sua biblioteca pessoal ou anotações que revelassem o interesse de suas leituras. Mas como isso é impossível, esse será outro ponto que também continuará obscuro, contribuindo ainda mais para aumentar os mistérios que cercam o trabalho do autor.

Mas, é importante que se diga, o próprio Saussure nunca advogou a paternidade do princípio. Ao contrário, em uma das raras referências que aparecem no

"Curso", cita expressamente Whitney: "*Whitney insistiu, com razão, no caráter arbitrário dos signos; com isso ele colocou a linguística em seu verdadeiro eixo. Mas ele não foi até o fim e não viu que tal caráter arbitrário separa radicalmente a língua de todas as outras instituições*" (Saussure, 1916:90). E mais: "*O princípio da arbitrariedade do signo não é contestado por ninguém; às vezes, porém, é mais fácil descobrir uma verdade do que assinalar o lugar que lhe cabe*" (Saussure, 1916:82). Admite claramente, portanto, tratar-se de uma opinião já assentada. Por outra parte, o que fica claro é que o mérito de Saussure foi, precisamente, o de ter atribuído excepcional importância ao princípio. Logo, quando se leva em conta especificamente essa relevância, é perfeitamente lícito falar-se de um "princípio saussureano da arbitrariedade do signo".

Segundo Coseriu, se considerarmos os autores anteriores a Whitney nos quais aparecem os termos "arbitrário" e "arbitrariedade", o princípio já teria a respeitável idade de dois mil e trezentos anos. Entretanto, adverte o autor, o termo não significa a mesma coisa em todos os autores; além disso, pode-se defender a tese da arbitrariedade sem se utilizar explicitamente o termo. De qualquer maneira, o que é possível concluir é que o princípio da arbitrariedade não é uma noção moderna, mas uma opinião moderna.

Do nosso ponto de vista, o que interessa salientar particularmente é o rastreamento que Coseriu realiza do surgimento do conceito, que parece ter sua origem em Aristóteles. De fato, Coseriu considera que os termos "arbitrário", "arbitrariedade" correspondem historicamente à expressão aristotélica "*kata syntheken*", representando a tradução indireta e tardia dessa expressão. No contexto em que aparece no texto aristotélico, a expressão poderia ter o seguinte sentido: "O nome é som com significado em razão do que já está estabelecido", ou ainda: "O nome é som que significa enquanto estabelecido (instituído) como tal". Modernamente poder-se-ia inclusive interpretar a expressão como "historicamente estabelecido".

Além disso, a determinação aristotélica do signo linguístico apresenta uma oposição: "não *physei*, mas *kata syntheken*", que significa, por um lado, em sentido negativo, que o signo linguístico não é efeito natural de uma causa (como os gritos dos homens e animais); e, por outro lado, em sentido positivo, que os signos linguísticos funcionam como historicamente instituídos. Este é o sentido do texto aristotélico.

Ao longo do tempo, o termo sofreu modificações. Há um momento em que o termo aparece interpretado pela expressão "secundum placitum" ou "ad placitum", que pode ser entendida como "inventado ou imposto intencionalmente", o que já é uma modificação da concepção aristotélica. Mais tarde aparece uma reinterpretação que vai somente no sentido negativo da oposição original aristotélica, isto é, em direção à falta de motivação "natural", e então "arbitrário" é usado quase que exclusivamente por "não motivado por natureza". O que se comprova, basicamente, são vacilações entre a determinação positiva (historicamente instituído) e a determinação negativa (imotivado por natureza).

Confirmam essas vacilações trabalhos mais recentes como o de Taylor (1990), que considera sempre ter havido, na historiografia linguística, muita discussão sobre a atribuição de arbitrariedade ao signo linguístico. Entretanto muito pouco - para não dizer quase nada - foi dito sobre a caracterização do signo como um produto da livre vontade do indivíduo. Uma investigação mais detalhada, por exemplo, no "Crátilo" de Platão, no "Essay" de Locke, no "Essai" de Condillac e no "Cours" de Saussure revela que "*a interação entre essas duas atribuições é frequentemente crucial para distinguir e explicar as diferenças entre as diferentes teorias do signo linguístico*" (Taylor, 1990:79). Somente uma investigação deste tipo pode pontuar, como o faz Taylor muito rapidamente neste artigo, o fato até certo ponto irônico de que exatamente aquilo que Locke vê como uma das fontes de imperfeição da linguagem - ser composta de signos arbitrários e voluntários -

é, para Saussure, a chave de sua perfeição. A arbitrariedade para Locke ameaça a intersubjetividade da linguagem; para Saussure é o que torna a intersubjetividade possível. Condillac parece concordar com Locke, mas propõe, como saída às preocupações de Locke relativas à imperfeição da linguagem, a idéia de um signo como produto da vontade humana "sob a orientação de analogias naturais". A arbitrariedade real seria assim "*excluída por Condillac de qualquer papel no processo da filogênese linguística*" (Taylor, 1990:87). Através de uma estratégia exatamente oposta, Saussure limita o papel da vontade humana, postulando uma estrutura linguística perfeitamente arbitrária. Sua originalidade, portanto, teria sido a de inverter a prioridade entre arbitrariedade e vontade na caracterização do signo linguístico.

De volta à definição aristotélica, o que nos interessa pontuar é o fato de que as determinações positiva e negativa do signo não se implicam necessariamente, ou seja, não é absolutamente necessário que um signo seja imotivado por natureza para que se institua historicamente como tal. Voltaremos a detalhar este ponto oportunamente; no momento, as conclusões destes trabalhos que observamos são valiosas para que possamos, agora, nos debruçar sobre o "Curso" de Saussure e verificar, de fato, em que sentido - ou sentidos - o termo "arbitrário" aparece ali. Antes, porém, cabe realizar algumas observações sobre a própria constituição da obra.

Como se sabe, o "Curso" resulta dos cursos que Saussure ministrou entre 1907 e 1911 e da coleta, depuração e ordenamento dos escritos deixados pelo mestre - por algum tempo inacessíveis - assim como dos apontamentos recolhidos por seus alunos durante as aulas. O livro só será publicado depois da morte de Saussure por Charles Bally e Albert Séchehaye, seus discípulos. Elaborar uma versão unitária a partir de diferentes fontes não é tarefa simples; também não é fácil reunir, num único texto, idéias produzidas em vários momentos de reflexão

de Saussure: corre-se sempre o risco de que o que ali aparece pode não corresponder exatamente ao que o autor pretendia, podendo mesmo, em alguns casos, constituir-se numa violação ao pensamento saussureano. Para Calvet (1975), por exemplo, o pensamento de Saussure, tal como aparece nas fontes manuscritas originais, é frequentemente interpretado e até forçado. É isto que ocorre, segundo Calvet, com o capítulo "Natureza do signo linguístico", onde os editores não parecem ter sido fiéis ao material original de que dispunham. Assim é que mistura-se ao longo de todo o capítulo dois pares de conceitos: conceito/imagem acústica e significado/significante. É preciso, portanto, ter sempre em mente tal ressalva quando nos debruçamos sobre o "Curso" e redimirmos o próprio Saussure de eventuais confusões desta natureza.

No capítulo dedicado especificamente à explicação do "primeiro princípio primordial do signo", Saussure afirma: "*O laço que une o significante ao significado é arbitrário, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário*" (Saussure, 1916:81). O autor invoca as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes para provar que não há nenhuma relação que ligue uma sequência de sons à idéia que ela representa, sendo esta relação, portanto, arbitrária. E explica: "*A palavra arbitrário requer também uma observação. Não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á ,mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez esteja ele estabelecido num grupo linguístico); queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade*" (Saussure, 1916:83). O sentido aqui é claro: "arbitrário" significa "imotivado", embora já se faça uma referência ao fato de que o signo é imposto ao indivíduo.

Dois parágrafos acima, entretanto, o autor havia feito uma "observação de passagem": alertava para o fato de que, ainda que a Semiologia viesse a acolher como objeto de estudo os signos inteiramente "naturais" - como a pantomima, por exemplo - não deveria perder de vista que seu principal objetivo é o "conjunto de sistemas baseados na arbitrariedade do signo". E imediatamente em seguida: "*Com efeito, todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo, ou o que vem a dar na mesma, numa convenção*" (Saussure, 1916:82). "Arbitrário" aqui já aparece com o sentido de "convencional".

Já se vê, portanto, que no capítulo destinado à própria definição do termo, Saussure parece tomar "imotivado" e "convencional" como expressões, se não sinônimas, pelo menos equivalentes. Essas duas acepções são, de fato, as que vão ocorrer ao longo do "Curso" todo, ora aparecendo sozinhas, ora combinadas. Parece-me que o sentido que não se pode dizer que ocorre no "Curso" - como já o havia apontado Taylor (1990) - é o de "intencional", na medida em que o autor parece sempre atenuar o papel do indivíduo na língua, enfatizando, em várias passagens, a impossibilidade de o falante modificar e agir sobre o sistema. Além das passagens anteriores que afirmam isso, veja-se: "*Se, com relação à idéia que representa, o significante aparece como escolhido livremente, em compensação, com relação à comunidade linguística que o emprega, não é livre: é imposto*" (Saussure, 1982:85); ou ainda: "*A língua, de todas as instituições sociais, é a que menos oferece oportunidades às iniciativas*" (Saussure, 1916:88).

O texto saussureano, portanto, parece seguir muito de perto a determinação aristotélica do signo, sem romper com a tradição de uso do termo "arbitrário". Mas o que caracteriza a teoria saussureana é o fato de que ela foi também absolutamente original em alguns aspectos e me parece que foi exatamente por causa da necessidade de introduzir conceitos originais - como, por exemplo, os de sistema e valor - que Saussure teve que atribuir uma importância excepcional ao princípio

da arbitrariedade, enfatizando em demasia, a meu ver, um aspecto, uma das notas que compõem o conceito como um todo. A contribuição essencial de Saussure não seria a da descoberta do arbitrário do signo, mas exatamente o fato de vinculá-lo à teoria do valor (Dosse, 1991).

Antes de explicitarmos este ponto, entretanto, é necessário fazer um ajuste terminológico que defina os vocábulos com os quais vai-se trabalhar daqui em diante. Os termos comumente utililizados para designar o conceito de arbitrariedade são "convencional" e "imotivado". Embora não sejam sinônimos, ambos convivem no conceito saussureano de arbitrariedade. Principalmente o último, no entanto, poderia trazer conotações indesejáveis, se não for devidamente elucidado: quem fala em "motivo" pode estar querendo dizer "razão", "causa"; mas também "motor", "aquilo que move", "fim com que fazemos alguma coisa" (Ferreira, 1975), introduzindo com isso a categoria da intenção que não nos interessa por em jogo - o que, como tudo indica, não interessava a Saussure também. Assim, por exemplo, quando se diz que uma palavra é motivada, tanto pode estar se querendo dizer que ela mantém uma relação natural com aquilo que designa, como entender que o ato da designação é intencional. Utilizarei, então, a expressão "motivada naturalmente" para designar a relação que caracteriza, por exemplo, a onomatopéia tradicional, como "tic-tac", onde a escolha do nome foi determinada por características naturais e intrínsecas daquilo que se deseja nomear. Fica portanto excluída a conotação "intencional" do termo "motivado". O termo "convencional", por sua vez, supõe a idéia de um "acordo" que obscurece um pouco a oposição entre "natural" e "inventado" ou "imposto" que nos interessa examinar. Dessa forma, vamos utilizar "instituído" para designar o caráter historicamente estabelecido das palavras.

Delimitados os dois sentidos básicos do termo "arbitrário" - "não-motivado naturalmente" e "instituído" - é forçoso admitir que são duas acepções bastante

diferentes para que possam ser considerados como equivalentes, chegando mesmo a causar estranheza o fato de que sejam designadas pelo mesmo termo. Por princípio, as formas de expressão podem ser, ao mesmo tempo, naturalmente motivadas e instituídas. Se aplicarmos tal raciocínio ao caso da linguagem, é possível afirmar que se a designação linguística pode ser qualquer uma, em princípio, nada se oporia a que coincidisse com uma designação naturalmente motivada. Prova disso são as onomatopéias que mantém uma relação naturalmente motivada com o que designam, mas são instituídas de maneira diversa de uma língua para outra. Em princípio, portanto, ser ou não motivada naturalmente não é condição necessária para que a língua funcione como instituição.

Saussure considera que não há nada que impeça, por princípio, que outras formas de expressão funcionem, ao mesmo tempo, como naturais e instituídas. Isso é o que ocorreria, segundo o autor, no caso da pantomima ou da moda. No último caso, por exemplo, não se poderia ir além de certos limites das condições ditadas pelo corpo humano (cf. pag. 90). Mas, "*a língua, ao contrário, não está limitada por nada na escolha de seus meios, pois não se concebe o que nos impediria de associar uma idéia qualquer com uma sequência qualquer de sons*" (Saussure, 1916: 90). É por isso que ela, mais do que qualquer outro sistema baseado na arbitrariedade do signo, "*realiza o ideal do procedimento semiológico, erigindo-se como padrão de toda Semiologia*" (cf. pag. 82).

Como explicar, então, o caso das onomatopéias, perguntaríamos a Saussure? Esse é um dos exemplos que se explicam pelo que ele chama de "arbitrário relativo". De fato, há, para Saussure, uma limitação do arbitrário. "*Com efeito, todo sistema da língua repousa no princípio irracional da arbitrariedade do signo que, aplicado sem restrições, conduziria à complicação suprema; o espírito, porém, logra introduzir um princípio de ordem e de regularidade em certas partes da massa dos signos, e esse é o papel do relativamente motivado. Se o mecanismo da*

língua fosse inteiramente racional, poderíamos estudá-lo em si mesmo; mas como não passa de uma correção parcial de um sistema naturalmente caótico, adota-se o ponto de vista imposto pela natureza mesma da língua, estudando esse mecanismo como uma limitação do arbitrário" (Saussure, 1982:154). Seriam, então, relativamente motivadas palavras derivadas e compostas tais como "dezenove" ou "pereira", porque evocam os termos dos quais se compõem. As línguas em que a motivação atinge o grau máximo seriam mais "lexicológicas", e aquelas em que se reduz ao mínimo, mais "gramaticais".

Por princípio, as onomatopéias poderiam ser consideradas como uma exceção ao princípio da arbitrariedade, mas, para Saussure, elas além de serem em número reduzido e de pouca importância na língua, são também, em certa medida, arbitrárias, pois não passam de imitação aproximativa e convencional de certos ruídos.

Ora, nota-se, então, como os casos que Saussure apresenta como exceções ao princípio da arbitrariedade ou são descartados por ele mesmo - como é o caso das onomatopéias - ou não são verdadeiramente casos de motivação natural - como "pereira" - que não passam de fenômenos relativos à derivação gramatical da língua, ou seja, concernentes ao próprio sistema. É, portanto, no mínimo curiosa a posição de Saussure a esse respeito. A meu ver, ele é suficientemente cuidadoso para apontar uma limitação ao seu princípio fundamental, mas tanto os exemplos que utiliza como a discussão que realiza não põem verdadeiramente em questão a imotivação dos signos (e nem seu caráter institucional). É exatamente nesta brecha aberta pelo que Saussure chama de "limitação do arbitrário" que este trabalho vai se movimentar.

Há autores que, na interpretação do texto saussureano, consideram ainda um uso do termo "arbitrário" que diz respeito à maneira como Saussure concebe o significante. Coseriu (1977), por exemplo, afirma que o termo "arbitrário" tanto

pode ser aplicado à relação entre o significante/significado e ao próprio signo, como pode referir-se somente ao significante. Isso é o que estaria claro na seguinte passagem: *"Assim, a idéia de "mar" não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons 'm, a, r' que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência,não importa qual"* (Saussure, 1916:81). O significante aparece como absolutamente indiferente: tanto faz que seja este como aquele.

Não me parece, entretanto, ser possível considerar que este seja um aspecto diferente a se considerar no uso do termo. Saussure parece ser bastante claro: o significante é arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade (cf. pag. 83). A arbitrariedade recai, portanto, sobre esse laço. O que fica claro é que o "arbitrário" - tanto em Sassure, quanto neste trabalho - deve ser entendido sempre como uma relação entre dois termos e não como uma propriedade que se possa afirmar em termos absolutos de um só elemento. Se fôssemos considerar isoladamente a arbitrariedade do significante, deveríamos também, por coerência, considerar a arbitrariedade do significado. Isso é o que faz Culler (1979): desde que a relação entre significado e significante é arbitrária, não há também nenhuma razão necessária para um conceito, em vez de outro, estar ligado a determinado significante; não há, portanto, nenhuma propriedade caracterizadora que o conceito deva reter a fim de ser considerado como o significado daquele significante. Como não existem significantes universais fixos ou conceitos universais fixos, podemos dizer que o signficante é arbitrário, assim como o significado.

Entretanto, mesmo sem considerar que haja um uso particular do termo aplicado ao significante, é esta aplicação que nos interessa examinar mais de perto. No capítulo sobre valor do significante, Saussure afirma: *"É impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua. Ele não é, para ela, mais que uma*

coisa secundária, matéria que põe em jogo. Todos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhes serve de suporte" (Saussure, 1916:137). O que importa na palavra, portanto, não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir uma palavra de todas as outras. Para Saussure, portanto, "arbitrário" e "diferencial" são duas qualidades correlativas (cf. pag 137).

Ora, não poderia ser de outra maneira. A tese da arbitrariedade está indissoluvelmente ligada não só à idéia de língua enquanto sistema, mas também à idéia de oposição e valor. Se assim não fosse, ou seja, se cada signo fosse uma "imitação" de seu objeto, seria explicável por si mesmo, independentemente dos outros, e não teria relação necessária com o resto da língua (Ducrot & Todorov, 1972). Já que o que vai garantir o significado é a oposição que se estabelece no interior do sistema, não há necessidade de que o significante em si tenha alguma característica que o identifique ou que se assemelhe ao designado. Dito de outra forma, é o próprio sistema que garante a significação e não algo que faça parte da natureza intrínseca do significante. É nesse sentido que se disse anteriormente que o grande mérito de Saussure foi o de ter vinculado o princípio da arbitrariedade à teoria de valor, realizando uma espécie de solidificação, de endurecimento da idéia de sistema à qual, inclusive, dá alcance máximo reduzindo o campo de estudos ao sistema sincrônico (Dosse, 1991).

Mas a que conduz toda esta discussão? Se fôssemos fazer um balanço dos sentidos que o termo "arbitrário" assume no "Curso", ficaríamos ainda com apenas dois: de um lado,"instituído", que pode ser entendido como sinônimo de "estabelecido", "convencional" ou "imposto"; e, de outro lado,"não-motivado naturalmente", no sentido de que a escolha do significante não apresenta um motivo, uma razão que tenha sido determinada por características naturais daquilo que se deseja nomear.

No que diz respeito ao primeiro sentido - instituído - ele será, aqui neste trabalho, isolado e preservado. É difícil encontrar alguém que não concorde com o fato de que a linguagem seja uma instituição. Nesse sentido, dizer que a linguagem é arbitrária é inegável e constitui, na realidade, a força do princípio saussureano da arbitrariedade. Mas muitas páginas se escreveram para tentar esclarecer a questão da (i)motivação natural do signo e a questão, me parece, ainda não está resolvida.

Tanto isso é verdade que, a meu ver, esta pode ser também a interpretação da definição aristotélica do signo. Voltemos por um momento a ela. Se atentarmos para o sentido real da afirmação de Aristóteles, seria possível considerar que não é por acaso que a determinação positiva é a que afirma a natureza da linguagem enquanto instituição e não ao contrário, ou seja, parece que se enfatiza o fato de que o que faz do nome um nome é que ele seja instituído como tal, e se relativiza o fato de que ele não seja natural.

Ainda no que tange a tal afirmação, Luiz Henrique Lopes dos Santos (1993) também parece sugerir o mesmo: o aspecto logicamente importante na observação de Aristóteles de que o nome significa por convenção é o de que a condição de desempenho de seu papel de símbolo é que se institua entre ele e o nomeado uma relação de simbolização. "*Mais do que a existência de um acordo entre os usuários da linguagem ou a arbitrariedade do nome, a observação salienta o fato lógico fundamental de que a instituição de uma relação de simbolização entre nome e nomeado, por qualquer via que seja, é condição necessária e suficiente para que o nome simbolize o nomeado. Essa relação pode ser instituída por um ato inteiramente arbitrário, por um ato eventualmente motivado por semelhanças percebidas entre nome e nomeado, ou pode resultar naturalmente das relações de simbolização que vinculam partes do nome à realidade (como é o caso de*

'navio-pirata'). No entanto, uma vez instituída a nomeação, essas semelhanças e relações deixam de ser logicamente relevantes." (Lopes dos Santos, 1993:23).

Note-se bem, entretanto, que a questão é assim considerada para quem está interessado no ponto de vista lógico, ou seja, da verdade, do uso da linguagem para dizer os fatos. Quando considerada do ponto de vista da natureza da linguagem mesma, no entanto, creio ser possível aceitar só parcialmente a afirmação, ou seja, manter a idéia de que tal instituição é condição necessária, mas discordar de que ela seja sempre condição suficiente. Ou seja, a possibilidade que vamos examinar, ao contrário do que sugere Aristóteles, é a de que aquilo que motivou a simbolização pode continuar sendo relevante para o desempenho do papel semântico do significante. Em outras palavras, tentaremos provar que a instituição nem sempre é condição suficiente para a linguagem.

No momento não estamos ainda em condições de explicar mais claramente este ponto, mas voltaremos a ele oportunamente. Por enquanto, o tópico que mais interessa destacar da afirmação acima é o que admite que a relação de instituição pode se dar através de três possibilidades: primeira, por um ato inteiramente arbitrário; segunda, por um ato eventualmente motivado por semelhanças percebidas entre nome e nomeado; terceira, é aquela que resulta naturalmente das relações de simbolização que vinculam partes do nome à realidade (como é o caso de "navio-pirata").

Fazendo um paralelo entre essas considerações e Saussure, é possível dizer que a primeira possibilidade é, por excelência, a solução saussureana; a terceira, é o seu "arbitrário relativo"; quanto à segunda, só podemos dizer que ela ou não é considerada no "Curso", ou é considerada insuficientemente, já que aí talvez se encaixariam aqueles casos de onomatopéias que logo são descartados por Saussure. O que ocorre é que se trabalha com um conceito simplista de onomatopéia e este é outro ponto que será esclarecido mais adiante.

A posição que este trabalho vai defender é que Saussure enfatiza em demasia a questão da falta de motivação natural dos signos. As razões para tanto não serão aqui objeto de minucioso exame além do que já se sugeriu: tal ênfase acabou por emprestar maior relevância às idéias de sistema e valor na sua teoria. É por isso que a arbitrariedade, ao contrário do que ocorre com todos os demais autores que também a consideraram, assume excepcional importância em seu trabalho, a ponto de se falar no "princípio saussureano da arbitrariedade". É importante dizer que minha intenção ao realizar tais observações não é a de negar Saussure, nem tampouco a genialidade de sua teoria, mas recolocar uma discussão acerca da arbitrariedade lingüística no que diz respeito à absoluta ausência de motivação natural das palavras. A meu ver, a posição saussureana a esse repeito é exagerada e talvez possa ser comprendida como uma necessidade excessiva de coerência teórica que, com certeza, é compreensível dada a natureza inovadora da teoria.

E o que signfica, exatamente, atenuar a concepção saussureana de arbitrariedade do signo? Significa defender a idéia de que existem qualidades naturais e intrínsecas do significante que concorrem também para a significação. Consideremos, por um instante, a seguinte pergunta: seria um determinado significante mais capaz de exprimir ou representar determinado significado que outro? Saussure, com certeza, responderia que não: o que tornaria o significante capaz de exprimir um significado seria somente o fato de que mantivesse relações formais de oposição no interior do sistema; dito de maneira mais simples, seria o fato de pertencer a um sistema. A meu ver, as relações que se estabelecem no sistema não são só formais. Há qualidades próprias do significante, sejam elas lingüísticas, naturais ou culturais, independentes de sua instituição como significante, que são expressivas e contribuem para a significação, ainda que só o sejam quando homologadas pela instituição.

De certa forma, o fenômeno para o qual eu chamo a atenção é exatamente o inverso daquele que Saussure apontou: na linguagem opera também uma força que não é a da diferença, mas a da semelhança; uma "segunda maneira de ser da linguagem" que se revela num jogo de harmônicos vibrantes que transparecem não só na linguagem poética. Só assim, aliás, é possível conceber a linguagem como um sistema dinâmico, permanentemente sob a tensão que advém de elementos que se atraem e se repelem pela oposição e pela semelhança. Não se trata de negar a diferença, mas somente de ter olhos (e ouvidos) para a semelhança. Ocorre que essa não salta aos olhos, é fugaz, quase não se deixa captar, mas foi entrevista por alguns estudiosos, poetas, escritores ou simples falantes. No capítulo que se segue, veremos alguns exemplos concretos, mas acerca disto o poeta Otávio Paz deixou algumas páginas bem explícitas.

Em um artigo intitulado "O enigma das línguas" (1984), Otávio Paz faz referência ao linguista Benjamin Lee Whorf, cuja obra, aliás, parece lhe ser bastante familiar. Ele observa que existe um aspecto da teoria de Whorf que os linguistas parecem evitar com um certo pudor: é a noção de simbolismo fonético, ou seja, a relação inerente (sob ou sobre a relação arbitrária estabelecida em qualquer linguagem) entre os sons e os significados. Segundo Otávio Paz, num de seus ensaios sobre um idioma maia, Whorf afirma que "as idéias obedecem à fonética"; tal fato seria uma consequência do "acordo verbal", necessário e independente da vontade dos falantes. Ao mesmo tempo, vai além desta idéia. Embora Whorf não tenha desenvolvido completamente esta questão, o que Otavio Paz se pergunta é se não seria possível ver no trabalho de Whorf, de forma embrionária, a idéia de que na linguagem em si (entre suas partículas constitutivas) se manifestariam afinidades e antipatias, uniões e oposições regidas por forças que, na falta de outra expressão, chamamos de atração e repulsa. Trata-se talvez de fenômenos que não puderam ser isolados e nem compreendidos completamente. A linguagem

que Whorf apresenta poderia oferecer uma analogia surpreendente com o universo da física moderna: seriam mundos em movimento, regidos por forças diferentes que se resolvem na criação de estados de equilíbrio dinâmico entre dois extremos ou tendências: a concentreção e a dispersão, centrífuga e centrípeda. A Linguística de Whorf poderia ser vista como uma física. Também, e sem contradição, como uma erótica: universo regido pela atração e repulsa, que em suas alianças e inimizades gera figuras que se constituem em variações incessantes de um padrão único. As línguas estariam animadas por algo como um ritmo universal, que não diferiria do da música e da mesma forma refletiria a matemática.

2.2 - As opiniões sobre o princípio da arbitrariedade

Sobre o princípio saussureano da arbitrariedade muitos foram os estudiosos que se pronunciaram. No prefácio à edição espanhola do "Curso de Linguística Geral", Amado Alonso observa que "*um sábio pode ser tão ilustre pelos problemas que coloca e resolve como por aqueles que obriga seus colegas e sucessores a resolver*" (Alonso, 1983:9). No que diz respeito às afirmações de Saussure sobre a natureza do laço que une o significante ao significado, Amado Alonso estava mais do que coberto de razão. Entretanto, não se pretende aqui esgotar a revisão bibliográfica sobre o tema, mas apresentar o ponto de vista de alguns autores que fizeram contribuições fundamentais para esta discussão e, principalmente, que possam trazer alguma luz ao problema do dinamismo da linguagem.

Para organizar a resenha bibliográfica que se segue, procurei agrupar os autores de acordo com a natureza de suas observações: na primeira seção, veremos aqueles que questionam ou problematizam o princípio da arbitrariedade; os autores da segunda seção, apesar de admitirem uma certo simbolismo na lingua-

gem, procuram reafirmar o princípio; a terceira seção apresenta autores, que de maneira clara e radical, negam o princípio. Por último, a quarta seção agrupa alguns exemplos de estudos que não estão propriamente preocupados com a questão da arbitrariedade, mas que, na medida em que enfocam fenômenos como o simbolismo sonoro, a linguagem expressiva e a natureza das onomatopéias, podem, a meu ver, contribuir para a questão do dinamismo na linguagem. Em todos os casos, a intenção é não só rever a posição de alguns autores acerca da arbitrariedade, mas também observar evidências fornecidas pelos autores, na tentativa de provar, por eles, o meu ponto de vista.

Antes de iniciar a resenha propriamente dita, entretanto, gostaria de advertir o leitor de que o terreno por onde vamos nos mover é bastante acidentado: a diversidade de opiniões, interpretações, pontos de vista e soluções é tanta e tão cheia de nuances que, às vezes, tem-se a impressão de que se está às voltas com um grande mistério, ou com um falso problema. O que se verá é que a propriedade de ser ou não arbitrário acaba por significar coisas substancialmente diferentes na pena de diferentes autores.

2.2.1 - Questionamentos ao arbitrário

No que se refere ao primeiro grupo de estudos, um dos mais famosos e importantes é o de Benveniste (1939) sobre a natureza do signo linguístico. É na tentativa não de refutar, mas de compreender a natureza das provas que levaram Saussure a afirmar que a relação entre o significado e o significante é imotivada, que Benveniste realiza suas reflexões. Trata-se de saber se, admitida a bipartição do signo, é possível caracterizá-lo como arbitrário. O argumento principal do autor repousa no que ele considera "uma incoerência básica do raciocínio saussureano":

a exclusão, na definição inicial do signo, de um terceiro termo, qual seja, a própria coisa. Saussure declara que o "signo linguístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica"; garante, portanto, que a natureza do signo é arbitrária porque não tem com o significado "nenhuma ligação natural na realidade". De fato, para Benveniste, "*Saussure pensa sempre, embora fale de 'idéia', na representação do objeto real e no caráter evidentemente não necessário, imotivado, do elo que une o signo à coisa significada*" (Benveniste, 1939:58). Quando Saussure fala, por exemplo, da diferença entre "boef" e "ochs" - ambos designando "boi" de um lado e outro da fronteira - estaria se referindo, contra à vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma realidade . Ora, é somente se se pensa no animal "boi", na sua particularidade concreta e substancial, que se poderia julgar arbitrária a relação entre "boeuf", de um lado, e "ochs", de outro, com a mesma realidade. "*Há, pois, contradição entre a maneira como Saussure define o signo linguístico e a natureza fundamental que lhe atribui*" (Benveniste, 1939:55). Essa contradição, Benveniste atribui a um traço do pensamento histórico relativista do fim do século XIX que é a inteligência comparativa. Da universal dissemelhança chega-se à universal contingência. "*Decidir que o signo linguístico é arbitrário porque o mesmo animal se chama 'boi' num país, 'ochs' no outro, equivale a dizer que a noção do luto é 'arbitrária' porque tem por símbolo o preto na Europa, o branco na China*" (Benveniste, 1939:55). Arbitrária seria, então, não a relação entre o significado e o significante do signo, mas sim entre o signo e a coisa.

Já entre o significante e o significado o laço não seria arbitrário mas necessário. Tanto isto é verdade, diz o autor, que o conceito da palavra é, na consciência, forçosamente idêntico ao seu conjunto fônico. "*Como poderia ser diferente? Juntos os dois foram impressos no meu espírito; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância. Há entre os dois uma simbiose tão estreita que o con-*

ceito de 'boi' é como que a alma da imagem acústica boi" (Benveniste, 1939:55). O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplique a determinado elemento da realidade e não a outro.

Como veremos mais adiante, o ponto de vista de Benveniste será objeto de discussão para outros teóricos, como Jakobson e Todorov. De qualquer forma, as objeções do autor ferem o princípio da arbitrariedade em seu âmago e parecem inaugurar, "oficialmente" na Linguística, o questionamento do postulado.

A posição de Benveniste é bastante próxima à de Levi-Strauss (1975), que também se pronunciou a respeito do princípio de arbitrariedade na língua, defendendo a idéia de que tal princípio representa apenas um momento do pensamento linguístico, mas, desde que se tenta perceber as coisas de um ponto de vista mais geral, seu alcance é limitado e sua precisão esfuma-se. Para o autor, o signo linguístico revela-se como arbitrário só a priori, mas deixa de sê-lo a posteriori quando passa a ser regido pelas relações estabelecidas dentro do sistema, quando as opções fonéticas acabam por repercutir imperceptivelmente no meio semântico. Ambos autores, portanto, reconhecem que a arbitrariedade estaria não no interior da língua, mas na relação que se estabelece entre língua e mundo.

Para avaliarmos estes pontos de vista é importante que o leitor tenha em mente a seguinte distinção:

língua – significante – significado(conceito) – forma

realidade – som – objeto(referente) – substância

No primeiro nível, estamos no domínio da língua, vista como pura forma; é neste nível que o princípio saussureano considera arbitrária a relação significado/ significante. O segundo nível revela os elementos que correspondem aos do primeiro na realidade, no mundo, a substância das coisas, enfim. Esta é a tradicional distinção que orienta as pesquisas estruturalistas na análise linguística. Benveniste e Levi-Strauss, entretanto, parecem não assumí-la integralmente, já que para

ambos a arbitrariedade se daria entre os dois níveis, pois, uma vez que o signo passe a fazer parte da língua, a relação significado/significante torna-se necessária, ou seja, somente aquele determinado significante pode significar aquele significado. Daí o fato de Benveniste ter censurado Saussure por haver excluído o referente na definição do signo, pois somente quando se pensa na substância da realidade é possível falar em arbitrariedade.

Há, entretanto, quem acredite que estas objeções não poderiam ser feitas ao princípio saussureano. Segundo Roman (1990), qualquer análise do conceito de arbitrariedade em Saussure fica prejudicada se não considerarmos a concepção de linguagem que o sustenta: Saussure não concebia a linguagem como representação, segundo a qual nossa visão de realidade seria o reflexo de uma ordem de coisas, cabendo à linguagem apenas representá-la, mas filiava-se aos convencionalistas, para quem a linguagem cria a imagem da realidade, associando a esta tese outra que acredita que a linguagem é produto de uma convenção arbitrária. Saussure, portanto, não estava preocupado com a relação entre o signo e o referente não porque o tivesse deixado de lado, mas porque, enquanto algo que tem existência no mundo real, não participa de sua elocubração teórica. Assim, haveria que se desconsiderar a crítica tanto de Benvenista quanto a de Levi-Strauss, já que ambos estariam operando com conceitos que não compõem o universo epistemológico de Saussure.

De fato, Roman tem razão quando afirma que o referente não faz parte das elocubrações teóricas de Saussure, mas, a meu ver, esta é de fato a ferida saussureana onde Benveniste quer por o dedo. O que o autor procura exatamente é mostrar como a distinção forma/substância é relativa para se pensar a questão da arbitrariedade. Mais adiante, veremos como esse ponto é fundamental também na visão de outros autores. Por ora, basta observarmos que as reflexões de

Benveniste, no limite, põem em dúvida a idéia de que os níveis da realidade e da língua sejam absolutamente distintos e independentes.

Para justificar a relação de "necessidade" que se estabelece entre significado e significante, Benveniste lembra que ambos são impressos conjuntamente no espírito, ou seja, não é possível aprender um sem o outro. Isto nos remete para o período de aquisição da linguagem, momento especialmente privilegiado para se observar as relações que se estabelecem entre som e sentido. Jakobson, em especial, estava particularmente atento a isso e chegou a sugerir a possibilidade de a criança motivar as palavras no momento da aprendizagem (Jakobson & Waugh, 1987).

Somente a título de ilustração, pode ser útil relembrarmos algumas conclusões de pesquisas mais recentes na área de aquisição de linguagem - que não estão, entretanto, especificamente preocupadas com o tema do arbitrário da língua - mas que procuram chamar a atenção para o papel essencial que o significante desempenha na construção do significado. Neste sentido, por exemplo, apontam algumas conclusões do trabalho de Maia (1982) e Albano (1988) - este último sugestivamente intitulado "Fazendo o sentido do som". A autora realiza observações a partir da análise de dados de crianças nos estágios iniciais do desenvolvimento linguístico, quando o léxico é ainda ausente ou incipiente e mostra que, se se adota uma concepção dinâmica de significante, é possível perceber como o som participa da negociação do sentido. Numa interação adulto/criança, por exemplo, "*as dificuldades de entendimento levam ambos interlocutores a tentar dar coesão fônica ao diálogo em função de uma certa orientação lúdica cujo 'tom' se configura pouco a pouco*" (Albano, 1988:16). A autora aponta ainda para o erro corrente de se considerar, no processo de aquisição, o significado como negociado e o significante como dado, porque, ainda pequena, a criança já apresenta significativas variações fonéticas de ritmo, de melodia, de ponto de articulação da

mesma palavra. Essas alterações são partilhadas com a mãe: "*Se, aos 11 meses, a díade mãe-criança já alcançou tais sutilezas na negociação da forma fonética dos enunciados, não é de surpreender que, mais tarde, o jogo fonético passe a ser usado metaforicamente, vindo a participar da própria negociação das significações*" (Albano, 1982:133). Mais recentemente, Albano (1990) eleva à categoria de componente básico do processo de aquisição de linguagem o gosto, que toda criança revela, por brincar com sons, ritmos e formas fônicas. O significante também tem papel fundamental na proposta de Claudia Lemos (1992) para quem a interação da criança com o outro é uma condição necessária no processo de construção da linguagem. Segundo a autora, o adulto constantemente submete os significantes da criança "*a processos metafóricos e metonímicos, cujo efeito reverte-se numa resignificação através de relações com outros significantes*" (Lemos, 1992:128).

Guardadas as proporções, é, a meu ver, para este tipo de fenômeno que Benveniste quer chamar atenção: a própria materialidade do significante, ao que ele denomina de "conjunto fônico" da palavra que mantém com o significado "uma simbiose estreita". É neste sentido que o signo deixaria de ser arbitrário quando passa a fazer parte do sistema. Dito de outro modo, no momento em que é instituída a relação entre significado e significante estabelece-se também uma relação necessária de identidade, de semelhança entre o som e o sentido das palavras.

Mas Benveniste não se mostra satisfeito nem mesmo com a idéia de que a relação de arbitrariedade se daria entre o signo e as coisas. Para o autor, essa é uma solução que só assinala o problema para afastá-lo provisoriamente. O linguista ainda não estaria em condições de abordar o problema metafísico da relação entre a linguagem e o mundo de uma maneira mais satisfatória. Considerar, provisoriamente, tal relação como arbitrária é uma forma de o linguista "*defender-se quanto a esta questão e também contra a solução que o falante lhe dá instintivamente.*

Para o falante há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade: ele é essa realidade ('nomem omem', tabus da palavra, poder mágico do verbo, etc)" (Benveniste, 1939:57).

Como se vê, não é simples tirarmos conclusões acerca da natureza da relação entre a linguagem e o mundo, bem como entre o som e o sentido. Para prosseguirmos, entretanto, é essencial que nos debrucemos sobre as reflexões de um verdadeiro mestre, que nos ensinou muito mais do que seis lições sobre o som e o sentido: Roman Jakobson.

No clássico artigo "Á procura da essência da linguagem", Jakobson (1965) procura inspirar-se em uma observação de Humboldt, segundo a qual "*existe entre o som e o significado uma conexão aparente, a qual, entretanto, só raramente se presta a uma elucidação exata; muitas vezes é apenas entrevista e na maioria dos casos permanece obscura*" (Humboldt, apud Jakobson, 1965). O autor, primeiramente, procura alertar para o fato de que não há absoluta unanimidade quanto ao dogma saussureano do caráter arbitrário do signo. É assim que Jakobson faz referência, por exemplo, a Otto Jespersen para quem o papel do arbitrário na língua fora exagerado por Saussure; Bolinger (1949, apud Jakobson, 1965) assim como J. Damourette & E. Pichon (1927, apud Jakobson, 1965) realizaram contribuições polêmicas em artigos de títulos idênticos: "O signo não é arbitrário". Jakobson inclui ainda nesta lista Benveniste, observando que o autor "*colocou em relevo o fato de importância crucial de que somente ao olhar do observador desligado, estranho é que o liame entre o significante e o significado constitui uma simples contingência, pois para quem utiliza a mesma língua materna, tal relação se torna uma necessidade*" (Jakobson, 1965:103). A pergunta que Jakobson se faz é, então, a seguinte: esta necessidade natural deve ser atribuída exclusivamente ao puro hábito?

Para tentar elucidar a questão, o autor retoma Peirce (1839-1914) e sua clássica distinção entre três variedades fundamentais de signo. Tal distinção residiria precisamente na maneira como se manifesta a relação entre o significado e o significante. O ícone caracteriza-se pela semelhança de fato entre o significante e o significado, por exemplo, entre a representação de um animal e o animal representado; já o índice opera pela contiguidade de fato vivida entre os dois termos, por exemplo, fumaça é índice de fogo; o símbolo, por fim, se caracteriza pela contiguidade instituída entre o significante e o significado, a palavra seria o exemplo clássico. Faz-se necessário aqui elucidar o leitor acerca de uma questão terminológica. Aquilo que Peirce chama de "símbolo" é designado, na terminologia linguística em geral, por "signo", que possui uma natureza essencialmente instituída e imotivada, reservando-se o termo "símbolo" para as relações que apresentam alguma motivação.

Tal confusão terminológica, entretanto, não nos trará, neste caso, muitos problemas, uma vez que, para Jakobson a importância dessa classificação reside precisamente no fato de que Peirce reconheceu que a diferença entre as três classes era, antes de mais nada, uma diferença de grau. "*Não é a presença ou a ausência absolutas de similitude ou de contiguidade entre o significante e o significado, nem o fato de que a conexão habitual entre esses constituintes seria da ordem do fato puro, que constituem o fundamento da divisão do conjunto de signos em ícones, índices e símbolos, mas somente a predominância de um desses fatores sobre os outros*" (Jakobson, 1965:104). Assim é que existem índices regidos por regras convencionais: o apontar um objeto com o dedo, por exemplo, é, para certos povos primitivos, uma maneira de amaldiçoá-lo. Quanto ao símbolo - cujo exemplo é a palavra, ou seja, os signos na terminologia linguística - ele implicaria necessariamente alguma espécie de índice ou ícone. Assim, segundo o próprio Peirce, não é possível falar-se em símbolos (signos) puros.

Isto posto, Jakobson se propõe a revelar o que ele denomina de aspectos icônicos da estrutura lingüística para propor uma resposta à questão suscitada por Platão: em virtude de que espécie de imitação a língua liga o significante ao significado? Examina assim fenômenos lingüísticos de variada natureza:

a) sintáticos - a ordem das palavras numa frase não é arbitrária; a palavra que aparece primeiro é anterior no tempo ou é hierarquicamente superior;

b) a morfologia também não é arbitrária, as formas mais longas correspondem às quantidades maiores, como o plural por exemplo;

c) há no léxico uma grande quantidade de palavras com sons semelhantes para designar significados próximos, embora não apresentem parentesco etimológico evidente. Em francês, por exemplo, "ennemi" (inimigo) não parece estar motivado por nada, mas o falante não pode ficar insensível em face da rima que mantém com "ami" (amigo). "Father", "mother" e "brother", onde a identidade sonora da segunda sílaba é sentida como uma espécie de alusão fonológica a sua proximidade semântica. Aqui se incluem também os casos das onomatopéias e paranomásias, mas o fenômeno vai além delas. Um exemplo que Jakobson toma emprestado de Bolinger é extremamente elucidativo. Trata-se de uma lista de palavras inglesas que apresentam sentidos similares para sons similares: "bash" (golpe); "mash"(touca); "smash" (golpe duro, vôo alto); "crash" (fragor, desmoronamento); "dash" (choque, travessão, ataque súbito); "lash" (chicotada); "hash" (confusão, estafa); "rash" (erupção); "brash" (ruínas, escombros); "clash" (choque violento e sonoro, afronta); "trash" (repelente, desperdício, detrito); "plash" (marulho, barulho de um corpo caindo na água); "splash" (enlameadura, salpico, poça, mancha) e "flash" (relâmpago).

d) uma semelhança parcial entre dois significados pode ser representada por uma identidade total entre os significantes. É este o caso dos tropos lexicais,

como em "star" (astro, estrela) que significa um corpo celeste ou uma pessoa dotada de brilho soberano;

e) ao nível dos sons, há certos fonemas que parecem expressar certas propriedades como, por exemplo, as tonalidades surdas dos fonemas graves sugerem um certo peso, enquanto que a tonalidade viva dos fonemas agudos lembra a leveza. Tal jogo fonético ocorre abundantemente na linguagem poética mas também está presente na linguagem comum.

Jakobson propõe, então, uma solução para a qual novamente empresta de Peirce um conceito: o de "diagrama". Um gráfico estatístico, por exemplo, é um diagrama; ali há uma analogia icônica no que concerne às relações entre suas partes. A conclusão de Jakobson é que se verifica a existência de um nítido caráter diagramático não somente na combinação de palavras em grupos sintáticos, mas também na combinação de morfemas em palavras. O autor apóia suas conclusões na descrição de inúmeros fenômenos linguísticos. As substituições feitas em algumas línguas americanas, por exemplo, de vogais ou consoantes graves por vogais ou consoantes agudas acrescentam ao sentido da palavra uma idéia de diminuição e a substutuição inversa exprime intensificação. Tal fenômeno se funda no valor sinestésico latente de certas oposições de fonemas. Este valor, que pode ser comprovado por testes e estudos experimentais, evidencia-se particularmente na linguagem infantil.

Tudo isso leva Jakobson a concluir que *"o sistema de diagramatização, de um lado evidente e obrigatório em toda estrututra sintática e morfológica da linguagem, de outro lado, latente e virtual no seu aspecto lexical, arruína o dogma saussureano do arbitrário"* (Jakobson, 1965:115).

Um segundo postulado saussureano - o do caráter linear do significante - fica para Jakobson também abalado pela dissociação dos fonemas em traços dis-

tintivos, exigindo, juntamente com o da arbitrariedade, uma revisão. É o que ele faz em "Seis lições sobre o som e o sentido" (1976).

É neste trabalho que o autor vai detalhar seu ponto de vista e fornecer sugestões valiosas para a pesquisa dessa questão. Extremamente elucidativa da perspectiva que se colocava é a sua definição da "tarefa da Fonologia", tarefa esta que claramente se propunha a empreender: "*trata-se de examinar os sons da linguagem em relação com os sentidos de que estão revestidos, ou seja, os sons enquanto significantes, e de elucidar antes de mais nada a estrutura da relação entre os sons e o sentido*" (Jakobson, 1976:85). É com esse espírito que Jakobson reúne argumentos para rebater o ponto de vista saussureano de que o significante é linear, ou seja, de que possa ser medido na dimensão de uma linha. Para Jakobson, é inegável que não se pode pronunciar dois fonemas ao mesmo tempo - o que certamente levou Saussure a supor o caráter linear do significante - mas, enquanto feixe de traços distintivos, os fonemas são unidades complexas, o que possibilita a emissão de <u>várias</u> qualidades distintivas ao mesmo tempo. Isto significa que os significantes operam simultaneamente em dois eixos, provocando um fenômeno que Jakobson chama de "acumulação dos significantes" (por analogia à "acumulação de significados" de Bally, discípulo de Saussure que, no entanto, também condenava a crença simplista de que o discurso é linear). Assim, por exemplo, todas as qualidades ditas prosódicas operam no eixo das sucessividades, enquanto que as propriedades inerentes dos fonemas operam no eixo das simultaneidades. Estaria um fonema, portanto, melhor representado por uma extensão do que por um ponto. Saussure só havia reconhecido a unidade e a irredutibilidade do ato fonatório sobre o eixo das sucessões.

É à luz deste novo modelo de fonema não linear que Jakobson submete também a uma revisão o próprio princípio de arbitrariedade do signo. Apontando inicialmente para uma incoerência da teoria saussureana, que usa como argumento

a favor da tese da arbitrariedade a diferença que existe entre as várias línguas, Jakobson nos lembra que é do próprio Saussure o preceito sagrado de que um sistema só pode ser analisado do seu próprio interior. Ora, também a questão do arbitrário só pode ser resolvida colocando-nos num determinado estado de uma determinada língua e não apelando para a diversidade entre as línguas.

Especificamente no que concerne ao elo entre significado e significante, Jakobson sustenta, tal como Benveniste, que ele não é arbitrário, mas necessário. Entretanto,"*a única ligação necessária entre os dois aspectos é a associação que assenta sobre a contiguidade, portanto sobre uma relação externa, enquanto que a associação que assenta sobre a semelhança (sobre uma relação interna) é só facultativa*" (Jakobson, 1976:87). Essas últimas se manifestariam em palavras expressivas e onomatopaicas. Mas a questão da relação interna entre som e sentido não se encerra aí, diz Jakobson, é uma questão delicada e complicada. O autor relembra que, se tomadas em si próprias, nem uma qualidade distintiva, nem um feixe de qualidades distintivas - ou seja, nem um fonema - significam alguma coisa. Ao contrário, são vazios de significação. Ora, prossegue Jakobson, "*este vazio tem de ser preenchido. A intimidade dos laços entre os sons e o sentido da palavra dá vontade aos sujeitos falantes de completarem a relação externa com uma relação interna, a contiguidade com uma semelhança, com um rudimento de caráter visual*" (Jakobson, 1976:87). É o que o autor denomina de "simbolismo fonético" que pode existir em virtude das leis neuropsíquicas da sinestesia, onde as oposições fônicas podem evocar sensações musicais, cromáticas, olfativas, tácteis, etc. "*Este valor intrínseco, ainda que latente, das qualidades distintivas, reanima-se assim que encontra uma correspondência no sentido de determinada palavra, na nossa atitude afetiva ou estética para com essa palavra e ainda mais para com palavras de significações polares*" (Jakobson, 1976:87).

No que diz respeito às opiniões de Jakobson, é preciso notar, em primeiro lugar, o ponto que ele fez questão de ressaltar no que diz respeito à maneira de se conceber o signo linguístico: não há signos puros. Ora, isto, por si só, já implica que não há possibilidade de se considerar a linguagem como absolutamente imotivada; sempre haverá traços indiciais e icônicos que se pode vislumbrar por trás da arbitrariedade das palavras e são estes traços que ele procura revelar. Já se vê, portanto, que aceitar ou não alguma motivação natural nas palavras depende em larga medida da maneira como se concebe o signo linguístico.

Em segundo lugar, é importante notar como Jakobson dá um passo além de Benveniste na maneira como põe em questão aquela distinção entre forma e substância ou entre língua e realidade que apontamos algumas páginas atrás. Seu esforço é o de provar como os sons linguísticos sugerem sons não-linguísticos, ou seja, da realidade. Ora, se tal hipótese é correta, é forçoso admitir também que o nível da realidade infiltra-se, por vezes, no nível da língua; dito de outro modo, que parcelas da realidade estão presentes em alguns significantes. Por sua vez, aceitar tal raciocínio implica em por em dúvida não só a arbitrariedade entre significante e significado, mas também entre língua e realidade, aquela "segunda" arbitrariedade que Benveniste chegava a admitir, embora a contra-gosto. Fica claro que esta não é a conclusão de Jakobson: são nossas observações acerca dos pressupostos que estão por detrás de suas reflexões.

Mas, talvez por isso mesmo, Jakobson também não parecia totalmente satisfeito com as suas conclusões; suas insinuações a esse respeito são claras. Assim é que, alguns anos mais tarde (Jakobson & Waugh, 1978), dedica-se a fazer um minucioso e detalhado levantamento bibliográfico dos estudos dedicados ao simbolismo fonético, assim como a sugerir os princípios norteadores de pesquisas na área.

Neste trabalho, aponta Gabelentz (1840-1893) como precursor e promotor das idéias de que, independentemente do lema acadêmico que afirma a arbitrariedade do signo, existe o "sentimento de simbolismo sonoro", segundo o qual, o som e o significado estão inalienavelmente interconectados pelos falantes "ingênuos" de uma dada comunidade. Isto ocorre porque, à medida que adquirimos nossa língua materna, "nossa sensação se etimologiza", independentemente da linguística histórica.

Se nos limitarmos a mencionar somente os autores mais significativos e conhecidos apontados por Jakobson e suas conclusões mais importantes sobre o fenômeno do simbolismo sonoro, ainda assim a lista é extensa. Para o autor, a maior parte das dificuldades com que se debateram os estudiosos da "fonética impressiva" se deveram à busca do valor apropriado de fonemas inteiros e não de seus traços distintivos. Maurice Grammont (1866-1946), por exemplo, dedicou-se a examinar a relação estreita entre som e significado no eixo sintagmático e fez declarações importantes sobre a onomatopéia, cujo domínio considerava muito mais amplo do que em geral se supunha. Os achados de Gabelentz e Grammont atraíram a atenção de outros dois destacados linguistas, Jespersen (1860-1943) e Sapir (1884-1939) que, além de publicarem vários trabalhos, mantiveram uma intensa correspondência sobre o tema. Jespersen afirmava a ação tanto do fator "thesei" como do "physei" nas línguas humanas e se interessou especificamente pela questão dos "gestos sonoros" ou "gestos articulatórios". Jespersen também resenhou o "Curso" de Saussure, logo após sua publicação, e criticou o autor por "*exagerar o papel da arbitrariedade na língua e por minimizar o papel das onomatopéias e do simbolismo sonoro*" (Jespersen, 1933, apud Jakobson & Waugh, 1978) - curiosamente, a mesma posição que procuro defender, 60 anos mais tarde, neste trabalho. A crítica de Jespersen, que se desenvolve também em sua obra (1922, apud Jakobson & Waugh 1978), é um ataque veemente contra o ca-

ráter estreito de princípios linguísticos que se concentravam unicamente em etimologias históricas, "sem considerar a criatividade etimológica da comunidade falante viva". A correspondência natural entre som e sentido é, para Jespersen, um "processo vital" que se renova constantemente e pelo qual "a língua e o transcurso do tempo se enriquecem com palavras simbólicas". Além disso, a sugestividade das imagens sonoras faz com que algumas palavras se tornem "mais aptas para sobreviver". O tema mereceu também a atenção, entre outros, de Guillaume (1937), Chastaing (1958) e Whorf (1956) (apud Jakobson & Waugh, 1978). Neste mesmo trabalho, Jakobson ainda dedica-se a analisar fenômenos relacionados ao simbolismo fonético, tais como, as afinidades entre palavras, tabus verbais, glossolalias, a "arte verbal infantil", os anagramas de Saussure e o papel do som na poesia. Conclui por reafirmar a existência de uma tensão dinamizada entre significante e significado, que ocorre em grau máximo na poesia. Esta tensão suplementa e equilibra o recurso linguístico da dupla articução, dotando os traços distintivos com o poder de uma significação imediata.

Mais do que outro qualquer autor, Jakobson parece ter a consciência, a clareza e a lucidez da língua enquanto fenômeno vivo, constantemente renovado pelos falantes. No âmbito da Linguística, a obra de Jakobson é a que, sem dúvida, mais pode contribuir para esclarecer a questão do dinamismo na linguagem. As afirmações que concluem o parágrafo anterior são uma prova disso. Aliás, não só no que diz respeito à questão da arbitrariedade, Jakobson parece estar sempre atento ao dinamismo da linguagem. Claudia Lemos, ao comentar os estudos de Jakobson sobre metáfora e metonímia, observa que este autor, que "se deixou encantar pelo demônio da analogia e pela paronomásia" realiza um gesto essencial nos estudos da linguagem. Em suas palavras, *"um gesto que, a meu ver, dinamiza a noção de sistema de Saussure, (e que) não deixou marcas nem na Linguística nem na Teoria Literária"* (Lemos, 1991:11)

Jakobson foi também uma voz solitária que, corajosamente, encarou a questão da arbitrariedade sem subterfúgios. Sobre ele, é possível dizer que efetivamente aplicou e seguiu à risca o princípio que aconselhava para a investigação linguística: "*Antes de mais nada, tratar das tendências regulares sem nenhum temor supersticioso das exceções e sem nenhum juízo prévio que suponha haver só duas possibilidades: ou uma regra absoluta ou um acaso cego*" (Jakobson & Waugh, 1978). Essa afirmação resume, a meu ver, a postura correta para se analisar a delicada questão do arbitrário na língua, sugerindo um caminho do meio, uma terceira via, fruto de uma tensão de possibilidades opostas. Não é por acaso que Jakobson é conhecido como "o poeta da gramática", expressão que, além de sintetizar sua obra, é em si mesma uma síntese de pólos da linguagem muitas vezes tomados como oposições estanques.

Entretanto, pelo menos no que diz respeito às suas conclusões sobre o arbitrário, ele parece ter sigo ignorado ou, quando não fosse esse o caso, mal interpretado. Depois do aparecimento do texto clássico de Jakobson, "Á procura da essência da linguagem", Todorov (1972a) publicou também um trabalho sobre o tema, onde parece querer colocar um ponto final na questão da arbitrariedade. Critica claramente o raciocínio de Jakobson e parece estar mais disposto a reafirmar o arbitrário a qualquer preço. Vale a pena nos determos nesse trabalho que, aliás, pelo detalhamento e profusão de exemplos que fornece, nos interessa de perto.

2.2.2. - Reafirmações do arbitrário

As idéias de Todorov a respeito da questão da arbitrariedade na linguagem estão presentes principalmente em dois artigos publicados originalmente na revista "Poétique" em 1972. No primeiro - "Introdução à Simbólica" - o autor começa

por estabelecer uma distinção entre signo e símbolo já que, no seu modo de ver, o critério normalmente utilizado para fazer esta distinção - o menor ou maior grau de motivação - é duvidoso: por um lado, seria questionável, por exemplo, dizer que a cor preta é símbolo de luto ou que erguer o chapéu é símbolo de uma saudação porque há um elo motivado entre os elementos; por outro lado, também seria questionável considerar as palavras como signos, já que elas "*não são tão desprovidas de motivação quanto aparece à primeira vista; independentemente de sua qualidade sonora, podemos sempre encontrar uma história (...) que explica por que tal nome está relacionado com tal coisa*" (Todorov, 1972a:7). Já se vê, portanto, que Todorov admite alguma motivação nas palavras, mas acha que isso não chega a abalar o dogma da arbitrariedade, como se verá adiante.

Já que o maior ou menor grau de motivação não é um critério para distinguir signo de símbolo, Todorov propõe a seguinte solução: o que diferencia signo de símbolo é o fato de que o primeiro é uma estrutura ternária: o significante entra numa relação de "significação" (no sentido estrito) com o significado; o conjunto dos dois entra numa relação de "denotação" com o referente; há portanto, três termos e duas relações. Já o símbolo é uma estrutura binária que supõe dois termos (o simbolizado e o simbolizante) e uma relação. Para Todorov, portanto, somente os signos têm referentes.

O autor se detém, então, especificamente no que ele chama de "uso desorientador" que Saussure fez da palavra "arbitrário". Para ele é claro que a relação simbolizado/simbolizante é não-necessária ou arbitrária (a cor negra, por exemplo, existe independentemente do luto); já a relação significado/significante é necessária: o significante não existe independentemente do significado e vice-versa. Daí o problema em Saussure utilizar a palavra "arbitrário" para designar "imotivado". O outro sentido da mesma palavra (não-necessário) caracterizaria o

símbolo e não o signo. É esse engano, diz Todorov, que leva Benveniste a ressucitar a questão, sem sucesso, na sua opinião.

Para avaliar essa solução de Todorov, nos serviremos mais uma vez daquela distinção delineada algumas páginas atrás, entre língua/realidade ou forma/substância. A análise pode parecer excessivamente sutil ou mesmo capciosa, mas é fundamental para entender o problema sobre o qual nos debruçamos. As explicações de Todorov - que não são nada claras, diga-se de passagem - parecem conduzir para a seguinte conclusão: somente para o conceito de signo importa a distinção entre os dois níveis, já que só o signo possui referente;no caso do conceito de símbolo, não caberia considerar tal distinção. Mas como é possível que não haja um referente para o símbolo? O que me parece é que Todorov, para não admitir que é difícil falarmos em signos puros, distingue-os dos símbolos, usando um critério que é bastante duvidoso e que preserva, para o signo linguístico (mas não para o símbolo) a distinção forma/substância, que é, na verdade, o que lhe interessa salvar a qualquer custo. Vejamos mais evidências disso.

Quanto à questão específica da motivação do signo, o autor explica-a da seguinte maneira: considera que a relação de denotação "pode ser" motivada, como nas onomatopéias, se bem que não o seja na maioria dos casos. Isto seria uma conseqüência do "parentesco" que existe entre denotação e simbolização; a grande diferença entre elas, entretanto, é que uma, mas não a outra, pressupõe a existência de um significado. De fato, não me parece claro perceber que parentesco é esse do qual fala Todorov. Para o autor, é em denotação que pensa, por exemplo, Jakobson ao afirmar que há possibilidade de a criança motivar as palavras no momento da aprendizagem. Já entre significado e significante, a motivação não é somente impossível como não-pertinente. "*Para poder conceber uma relação de motivação entre duas unidades deve-se poder pensá-las inicialmente como separadas, como existindo independentemente uma da outra. Ora, o*

significante 'maçã' não existe como tal a não ser a partir do seu significado 'maçã' e vice versa; nós não dispomos de nenhum meio para aprender um ou outro sem seu duplo. A motivação do signo não é então nada mais do que uma relação direta entre significante e referente" (Todorov, 1972a:16).

Ora, convenhamos que é bastante estranho aceitar que significado e significante são inseparáveis, mas sem laços. Na passagem citada, Todorov parece atingir a conclusão oposta à que deseja, pois poder-se-ia, igualmente, defender a tese da não-arbitrariedade com base no argumento de que significado e significante não podem ser concebidos separadamente. Isso foi, aliás, o que fizeram tanto Benveniste como Jakobson. Todos, aliás, reconhecem que a relação significado/significante é necessária. Mas, ao contrário dos outros dois, isto não leva Todorov a questionar a arbitrariedade do signo. Mais uma vez, os motivos para tanto residem, a meu ver, no fato de que Todorov procura, a todo custo, manter a distinção forma/substância que Jakobson e Benveniste, como vimos, relativizam. Seria esta uma espécie de "traição" dos dois últimos autores à doutrina estruturalista? Acredito ser preferível considerar que ambos parecem se colocar contra uma interpretação desnecessariamente dogmática do pensamento saussureano.

Todorov reconhece como indissolúvel o laço entre significado e significante exatamente porque ele o vê como uma criação do sistema linguístico. Em outras palavras, o que Todorov decide fazer - mantendo-se fiel à doutrina estruturalista - é não voltar-se ao mundo para pensar a questão da arbitrariedade, e manter-se dentro dos limites estritos da língua, guiando-se rigorosamente pela distinção forma/substância. No limite, tal distinção está diretamente relacionada a um tema apontado no primeiro capítulo deste trabalho: o conceito de representação. No próximo capítulo, teremos opurtunidade de esmiuçá-la mais.

Mas Todorov tem que dar conta de certos fenômenos que, habitualmente propostos como contra-exemplos à arbitrariedade (como o simbolismo fonético, por exemplo), ficariam inexplicados segundo seu ponto de vista; o recurso do qual se vale parece-me bastante duvidoso. Segundo o autor, seria possível, às vezes, "fazer do signo, um símbolo". Para tanto, bastaria estabelecer uma relação binária entre seus elementos: o significante poderia "simbolizar" o próprio significante; o significado, o significado, e o referente, o referente. Neste último caso, deixamos a linguagem para entrar no domínio do simbolismo dos objetos que não lhe interessa examinar. No domínio da linguagem, quando este jogo se dá entre os significantes, ocorre o "simbolismo fonético": os sons são dotados de um poder simbólico. Esta seria uma solução "intralinguística", uma vez que esse simbolismo se estabelece com a matéria da língua, mas sem utilizar seu mecanismo significante. A segunda possiblidade - significado simbolizando significado - é mais "metalinguística"; ocorre geralmente nos "tropos", quando se diz uma coisa para se dar a entender outra.

Apesar de ter "acomodado" o problema com essa solução, Todorov adverte-nos de que trata-se, na verdade, de um terreno perigoso: mostra que pensadores tão agudos como Jakobson e o próprio Saussure cometeram enganos. Referindo-se à posição de Jakobson em "Á procura da essência da linguagem", Todorov afirma que os exemplos que o autor ali utiliza ou são casos de simbolismo lingüístico (tropos e simbolismo fonético), ou ilustram relações que ocorrem entre dois signos (motivações sintáticas, morfológicas e léxicas) e não entre significado e significante. Em ambos os casos, não se poderia dizer que são evidências que anulem o caráter arbitrário dos signos. Para Todorov, Jakobson, aliás, "*não é o primeiro a confundir a relação intra-signos com a relação inter-signos; ele tem nisso um precursor ilustre que não é outro senão o próprio Saussure*" (Todorov, 1972a:22). Saussure teria feito tal confusão, por exemplo, ao admitir a "motivação relativa" do

signo que ocorreria sempre que se estabelecessem relações sistemáticas entre signos.

Para aclarar a confusão produzida pelo uso da mesma palavra - "motivado" - para designar duas relações distintas, Todorov utiliza, tal como Jakobson, o termo - "diagrama" - para designar a relação analógica: "*...o diagrama é um tipo de ícone (portanto de símbolo em nossa terminologia), onde as relações, frequentemente duais, entre as partes de uma coisa, são representadas pelas relações análogas entre as partes do signo em questão. Dito de outro modo, o diagrama é apenas um novo nome para a analogia (ou homologia) ou para a proporção: A se refere a B, assim como C a D, sem que nenhuma relação direta ligue A a C, B a D*" (Todorov, 1972a:23). Ora, se o leitor está lembrado, era exatamente esse "caráter diagramático" da língua que para Jakobson, arruinava o dogma da arbitrariedade. O motivo para que Jakobson e Todorov tirem conclusões diferentes do reconhecimento de que a língua funciona às vezes como um diagrama é que, como já se apontou anteriormente, Jakobson considera que a relação de diagramação se dá entre significado e significante, ao passo que Todorov a estabelece entre sons e objetos.

Mas mesmo internamente a argumentação de Todorov é capciosa. Para rebater a solução "diagramática" de Todorov é interessante atentarmos para a crítica de Toussaint (1983), cujo trabalho será objeto de atenção um pouco mais adiante. Para Toussaint, dentre os estruturalistas, Todorov é o que utiliza um dos argumentos mais sutis e capciosos na defesa da arbitrariedade do signo. Ele admite a presença de fenômenos analógicos, mas acha que isso não contradiz o princípio da arbitrariedade, já que o que se estabelece entre significado e significante em alguns casos não é uma relação direta mas uma proporção. O problema é que Todorov declara que o termo "diagrama" não é senão um sinônimo para a "analogia" de Aristóteles, para a "homologia" de Levi-Strauss, ou para a

"proporção" dos manuais de aritmética. Ou seja, "*o diagrama em Todorov e em outros autores é uma proporção que não tem todas as propriedades de uma proporção. Ou que, pelo menos, tende a obscurecer a permutação dos termos medianos ou dos extremos*' (Toussaint, 1983:67). Detendo-se mais a fundo no raciocínio de Todorov, Toussaint relembra que, para argumentar, Todorov utiliza o seguinte exemplo: o significante "père" (pai) se parece com o significante "mère" (mãe), assim como seus significados também se parecem. Portanto, A sobre B é igual a C sobre D. Mas isso não implica que A sobre C seja igual a B sobre D, já que o som "père" não pode se parecer ao sentido de "père". Toussaint faz notar que, deixando de lado a ausência de provas quanto à não semelhança entre o som e o sentido, o que caracterizaria o arbitrário seria uma ausência de relação, o que não ocorre em A sobre B é igual a C sobre D, onde uma mesma relação é estabelecida. O mesmo erro está presente no exemplo que Todorov utiliza em seguida: ao considerar as formas dos adjetivos ingleses "long" (longo) e "longer" (mais longo), Todorov afirma que o fato de que a forma comparativa seja mais longa do que a positiva não faz com que o adjetivo seja motivado, somente o é a relação entre as duas formas. Para Toussaint, estabelece-se, então, um diálogo de surdos já que Todorov, logo em seguida e estrategicamente, retorna ao exemplo de "père" para se perguntar se os sons "pére" se parecem ao sentido de "père". Por que Todorov não mantém seu exemplo de graus do comparativo? Toussaint responde: porque seria obrigado a admitir que "longer" é mais longo que "long", assim como o comparativo de superioridade é alguma coisa "a mais" daquilo que indica o positivo. É claro que Todorov prefere se perguntar se "er" se parece à idéia de superioridade. É como se alguém "*buscasse a idéia de não-arbitrariedade onde ela é menos visível para estar seguro de não encontrá-la*" (Toussaint, 1983:65).

É com a solução diagramática que acabamos de questionar que Todorov justifica aquilo que se chama de etimologia. Para Todorov, a etimologia, no passado, não era apenas uma busca da filiação histórica das palavras, mas também o estabelecimento de relações de afinidades de sentido e forma entre palavras. A etimologia de afinidades não deveria ser vista como uma má etimologia de parentesco; é, sem dúvida, animada por uma intenção diferente, mas não dispensa a verdade e não deve merecer o desprezo das gramáticas.

O autor se dedica, então, a tecer considerações sobre a dificuldade que muitos estudiosos apresentam em admitir que a linguagem não é feita só de signos, mas que possui também símbolos. Para ele, esta é, na verdade, a dificuldade do homem adulto ocidental em acolher o mito ao lado do logos. O pensamento simbólico não existiria, para tal homem, a não ser nos animais, nas crianças, nos loucos e nos selvagens. Daí em diante, o autor passa a desvelar traços deste pensamento naqueles que pretendem não possuí-lo e a reinterpretar as descrições pretensamente feitas da "mentalidade primitiva" ou da "linguagem original". Apesar do descompasso que sentimos em relação a algumas das conclusões de Todorov, retomo aqui seu trabalho de reconstrução das principais pesquisas feitas sobre a linguagem original que, inegavelmente, é extremamente minucioso, esclarecedor e ilustrativo.

Já que as especulações sobre a origem da linguagem são muito numerosas, Todorov limita-se às que se detêm em um aspecto: aquele que traça uma relação entre significado e significante. A grosso modo, pode-se estabelecer três etapas progressivas pelas quais passa a pesquisa da motivação.

1) da linguagem abstrata atual à linguagem figurada, onde a relação de simbolização repousa sobre uma propriedade comum entre dois termos.

2) da linguagem figurada à onomatopéia, onde parte do referente torna-se signo.

3) da linguagem onomatopaica à linguagem gestual, onde o referente permanece presente quase que inteiramente.

No que se refere à primeira etapa, enquanto a pesquisa permanece no campo verbal, é uma pesquisa etimológica. Se analisarmos os princípios norteadores da análise etimológica ou os vários tipos de operações de que se valem os etimologistas (tais como, extensão, restrição, deslocamento) veremos que, no limite, a etimologia permanece como uma subdivisão da retórica, na medida em que estes procedimentos assemelham-se, no fundo, aos utilizados nas figuras retóricas, tais como a metáfora, sinédoques e metonímias. Um exemplo ilustra a afirmação: "estilo" vem de "stilus", pena para escrever, "estilete", por metonímia. É pois o velho aparato dos tropos que está em jogo. Mesmo sem se basear num raciocínio etimológico, vários autores postulam a natureza metafórica da linguagem. É o que afirmam, por exemplo, Vico, Renan e Jespersen (apud Todorov, 1972a). Para este último, "*a expressão do pensamento tende a tornar-se cada vez mais mecânica e prosaica. O homem primitivo, entretanto, se fosse julgado pela natureza de sua linguagem, estaria constantemente forçado a utilizar as palavras e as expressões de maneira figurada; seria forçado a exprimir seus pensamentos em linguagem de poesia. A língua dos selvagens modernos é frequentemente descrita como abundantemente metafórica e rica em todo tipo de expressões figuradas e metafóricas*" (Jespersen, 1894,apud Todorov, 1972a:36). De qualquer forma, a conclusão é sempre a mesma: "*os símbolos primitivos - que não são outra coisa senão os símbolos atuais - se fundamentam na possibilidade de motivação*" (Todorov, 1972a:37).

Quanto à segunda etapa, há tanto as pesquisas que se baseiam em teorias miméticas como as que defendem as teorias expressivas da linguagem, postulando, respectivamente, a onomatopéia e a interjeição como elemento de base. Condillac, que defende a última hipótese, falando dos primeiros homens, diz que

"*os gritos naturais serviam-lhes de modelo para formar uma nova linguagem*" (Condillac, 1822, apud Todorov, 1972a:37). Já Renan, partidário da onomatopéia, afirma que "*o motivo determinante para a escolha das palavras deve ter sido, na maior parte dos casos, o desejo de se imitar o objeto que se queria exprimir(...). A língua dos primeiros homens não foi então, em qualquer ocasião, mais do que o eco da natureza sobre a consciência humana*" (Renan,1858, apud Todorov, 1972a:37). Há defensores mais contemporâneos da teoria onomatopaica. O linguista soviético Gazov-Ginzberg (1965, apud Todorov, 1972a) defende a tese mimética. Ali a onomatopéia recebe o nome de "mimema" e seu estudo "mimologia". Os mimemas são divididos em quatro classes, segundo a sua origem: a) reprodução de sons humanos internos; b) reprodução de sons humanos externos; c) sonorização dos gestos e mímicas insonoras da boca e do nariz; d) a "tagarelice", onde as combinações de sons mais fáceis designam situações e experiências mais acessíveis. O autor soviético realiza uma análise das raízes da língua proto-hebraica e demonstra a presença da onomatopéia em 140 casos dentre os 180 examinados, os restantes sendo palavras estrangeiras ou de origem desconhecida. Outro linguista, Van Ginneken (1939, apud Todorov, 1972a) ilustra também formas recentes tomadas pela teoria da interjeição. Em seu trabalho, alarga a noção de interjeição e substitui-a pela de "clique", complexo sonoro que abriga sons estranhos ao sistema fonológico da língua e que nasceu de movimentos bucais naturais ao homem, como o movimento inato de sugar o leite.

Finalmente, a terceira etapa no regresso à linguagem original nos conduz à linguagem gestual ou linguagem de ação, da qual Vico, Warburton e Condillac realizaram descrições detalhadas. Essas descrições, como era de se esperar, não estão apoiadas em dados empíricos, mas, mais recentemente, já nos séculos XIX e XX, a descoberta de vários códigos gestuais dos índios da América do Norte, encorajaram as pesquisas sobre a linguagem de ação. Mas foi Van Ginneken quem

sistematizou todos os dados, erigindo a linguagem gestual como a origem absoluta da linguagem.

Para completar o quadro, Todorov menciona as pesquisas sobre escrita, realizadas por Warburton (1744, apud Todorov, 1972a), onde se estabelece a identidade do hieróglifo e dos tropos, estendendo-a, inclusive, a outros tipos de atividades simbólicas, notadamente ao sonho.

Retomando todos os dados para apresentá-los agora numa visão sistémática e não mais evolutiva, Todorov formula o que seria o traço dominante da linguagem original nestas pesquisas: uma proximidade crescente entre o signo e o que ele designa. E, surpreendentemente, conclui: "*É inutil lembrar que tal concepção da linguagem é o oposto do que nós sabemos de sua verdadeira natureza*" (Todorov, 1972:40). Fica mais uma vez patente aqui que a distinção forma/substância é, para Todorov, intocável, a despeito das evidências que ele próprio acabou de fornecer.

Em "Os sentidos dos sons", artigo que se segue a este que acabamos de expor, Todorov aprofunda a questão, apontada no primeiro, de que, embora os significantes não tenham propriamente um sentido podem, às vezes, "simbolizar" outro significante ou outra entidade identificável, produzindo com isso, o simbolismo dos sons. Tal como no artigo anterior, fornece um quadro das pesquisas realizadas sobre a questão, traçando uma divisão entre trabalhos que efetivamente utilizam o simbolismo sonoro daqueles que tentam explicar seu funcionamenteo. Iniciando por estes últimos, estabelece a seguinte divisão:

1 – Teorias semânticas

1.1. – teorias extra-lexicais

1.1.1. – teorias acústicas

1.1.2. – teorias articulatórias

1.2. – teorias lexicais

1.2.1. – no nível da língua

1.2.1. – no nível do discurso

2 – Teorias sintáticas

3 – Terias diagramáticas

Entre as teorias semânticas, há aquelas que defendem a idéia de que os sons designam outros sons exteriores à língua (extra-lexicais) e aquelas que acreditam que os sons designam outros próprios de uma língua (lexicais). No primeiro caso, as origens do simbolismo estão nas qualidades acústicas dos sons ou nas condições de articulação, sendo, portanto, universais. Um partidário das teorias acústicas seria Jakobson; para ele os sons linguísticos imitam sons não-linguísticos. Leibniz também é outro representante; para ele a letra "r", por exemplo, é empregada para designar um movimento violento ou um ruído forte. Para aumentar a abrangência dessa teoria, seus partidários acrescentaram-lhe mais dois procedimentos: os tropos e a sinestesia. No primeiro caso, os sons simbolizados se ligam a outras entidades; assim, por exemplo, em "rã", o nome seria igual ao seu ruído. Esse raciocínio é importante para os partidários das teorias onomatopaicas. Na sinestesia os sons designam sensações sonoras, visuais, táteis e gustativas. Segundo Fónagy, essas relações são de surpreendente estabilidade através dos tempos e das línguas. Para Todorov, entretanto, as teorias acústicas não chegam a captar outra coisa a não ser associações subjetivas. Já nas teorias articulatórias, o sentido vem do lugar e do modo de articulação. Em relação às vogais e consoantes, por exemplo, há várias opiniões: para Apolônio Díscolo, as vogais são a alma, as consoantes, o corpo; para Swendenborg, elas representam respectivamente sentimentos e imagens; Grimm vê nas vogais o feminino e nas consoantes, o masculino, e Steiner as relaciona com o mundo interior e exterior respectivamente (apud Todorov, 1972b). Como se presta à verificação, a interpretação

articulatória atraiu a atenção de especialistas: comprovou-se que o som simboliza o movimento necessário à sua produção (ou o órgão, ou sua forma) que, por sua vez, simboliza outros movimentos semelhantes. Ivan Fónagy foi o autor que mais se aprofundou neste tipo de interpretação; sua perspectiva é psicanalítica, trabalha com o conceito de inconsciente coletivo e individual, já que as razões de tais associações permaneceriam inconscientes. Assim, uma consoante é doce porque, para pronunciá-la, os orgãos assumem uma posição semelhante à da sucção; as vogais abertas soam como vulgares na fala das mulheres, porque a boca é previamente (e inconscientemente) identificada com o sexo. A psicologia experimental realizou também experiências nesse campo, cujo pioneiro foi, aliás, um linguista importante: Sapir. As leis da sinestesia ou passagem direta do ouvido à visão foram comprovadas. A famosa experiência de Koeler - que consistia em apresentar a uma pessoa dois objetos (um arredondado e um angular) e pedir que ela indicasse qual deles se chamava "maluma" e qual "takete" - também confirma os resultados. A esse respeito, entretanto, Todorov observa o seguinte: o mesmo não aconteceria se se exigisse a nomeação do objeto isolado. Isso o leva a concluir que "*não é um som que se assemelha a uma forma (como poderia sê-lo?) mas uma relação de sons a uma relação de formas*" (Todorov, 1972b:57). Outro problema de difícil solução em relação a estes experimentos é a circularidade, ou seja, não se sabe, por exemplo, se a palavra "petit" possui um "i" porque o "i" é pequeno, ou se o "i" é pequeno porque aparece na palavra "petit". A questão da origem natural (biológica/universal) ou cultural (interior a uma língua) dos sentidos dos sons não pode ser isolada, porque a língua é o meio natural dos sons. Ou, se se prefere, em matéria de língua, "*a oposição natureza-cultura perde seu sentido*" (Todorov, 1972b:57). O que me pergunto é: e a oposição língua/realidade mantém-se?

Já as teorias lexicais seguem uma de duas tendências, afirmando a motivação no nível da língua e no nível de um discurso particular. No primeiro caso, os estudiosos buscam no vocabulário as confirmações do simbolismo extra-lexical. Assim, por exemplo, para Court de Gebelin, o som "e" do francês designa tudo o que é relativo à existência: "il est", "être", etc. Jespersen realizou um recenseamento de palavras em diferentes línguas onde o "i" parece designar pequenez. Mallarmé também dedicou-se sistematicamente a procurar a significação de agrupamentos de letras; o grupo "st" (para designar estabilidade) e o grupo "fl" (para designar fluidez) atraíram mais sua atenção. Já no nível do discurso, a questão se inverte. Afirmar que os sons não têm sentido próprio isoladamente, mas podem sugerir impressões num discurso particular, é, de fato, negar a tese do simbolismo sonoro. Assim, críticos da teoria explicam o fenômeno dizendo que os mesmos sons, em discursos diferentes, designam impressões diferentes. Mas, para Todorov, isso não resolve o problema, só o isola.

As teorias sintáticas são, na verdade, uma transformação das teorias da imitação. Passa-se a ter interesse pelo sistema, em prejuízo da designação, ou seja, deixa-se de procurar o que os sons significam para buscar uma interpretação na relação que mantêm entre si. O maior representante desta teoria é Ossip Brick, contemporâneo de Jakobson. Para ele os sons não têm por função ilustrar qualquer coisa, mas formar uma organização autônoma. Esta organização seria mais típica da poesia e haveria a possibilidade de aprender a percebê-la sem se limitar exclusivamente à rima e à aliteração. Rejeita, desta forma, as teorias de harmonia imitativa ou eufonia. Segundo Todorov, as pesquisas de Saussure sobre os anagramas já afirmavam isso: pode-se observar, ao longo de um poema, a repetição de uma palavra, que pode estar, ela mesma, ausente no poema. Para Saussure, esta palavra é sempre um nome próprio que desempenha o papel de "inspirador" do poeta. A aparição da palavra-tema é sempre fugidia; são os próprios sons que

engendram outros sons. O próprio Saussure, entretanto, reconheceu o problema de sua hipótese: não podia olhar mais nenhum poema sem notar a presença do fenômeno. Ora, uma vez que a teoria comporta poucos contrastes, é válida para todos os discursos, não caracterizando mais nenhum. Se tivesse buscado, entretanto, na configuração do significado uma confirmação semelhante, teria confirmado sua teoria. É o que fez Starobinsky (1971) buscando exemplos semelhantes na poesia francesa. Assim, por exemplo, Baudelaire, cujo verso "Je sent*is* ma gorge serrée par la main *terri*ble de l'hysterie" engendra, desde o início a palavra que o finaliza. A pobreza semântica do nome próprio não teria permitido a Saussure observar uma organização do significado.

Finalmente, há as teorias diagramáticas que procuram aliar as teorias semânticas (que ignoram o sistema) às teorias sintáticas (que ignoram os símbolos). Ali, não é o som isolado que tem um sentido, mas uma configuração de simbolizantes é que designa uma configuração de simbolizados. No nível da língua, trata-se de buscar uma ordem para os sons e uma ordem para o que designam. Assim, por exemplo, na interpretação tonal que os pitagóricos fazem do alfabeto, "alfa" designa o tom mais baixo, "ômega", o tom mais alto. Outro exemplo, são as pesquisas de Chateaubriand que indicam que a letra "a", por ser a primeira, está presente em quase todas as palavras do universo primitivo da vida no campo. As consoantes labiais, por exemplo, estão presentes nos nomes e noções dos primeiros seres: "papá", "mamá" e "manger". Jakobson retomou mais tarde esta tese, fundamentando-a na análise de 1072 termos que designam "pai" e "mãe" nas mais diferentes línguas. Já no nível do discurso, a maneira de organizá-lo pode ser relacionada com seu conteúdo: Fónagy mostra que, no monólogo de Fedra, a heroína de Racine transgride as leis da métrica ao mesmo tempo que enfrenta as regras da moral.

Como nenhum outro autor, Todorov nos põe a par dos vários tipos de pesquisas que se realizaram neste campo e fornece muitos exemplos ilustrativos. Mas sua postura é, ao mesmo tempo, bastante curiosa. Firmemente assentado sobre a distinção forma/substância e apoiado na solução duvidosa de que os signos podem, às vezes, transformar-se em símbolos, recusa-se a admitir uma brecha no princípio da arbitrariedade e nem mesmo reconhece que se está em presença de um fenômeno delicado de se analisar. Ora, de fato, não nos parece que essa solução explique o problema. O que nos impediria de dizer, invertendo seu raciocínio, que os símbolos da linguagem é que transformam-se, algumas vezes, em signos?

O que fica evidente é que essa posição favorável à arbitrariedade, que existiu desde sempre, de repente, pareceu tornar-se absolutamente fundamental e necessária para legitimar a noção - esta sim, nova - de sistema, que por sua vez, enraíza-se na distinção forma/substância. Afinal, esta tese da arbitrariedade parece fundar a Linguística Contemporânea. Esta postura de Todorov, entretanto, não o impede de apontar a dificuldade que, ele julga, outros estudiosos tiveram em admitir o simbólico no seio da linguagem. É esta dificuldade que ele aponta em Saussure num texto especificamente dedicado a isto.

Em "O simbólico na teoria de Saussure" (1970), Todorov analisa as conclusões do autor acerca de um estudo sobre uma estranha língua produzida por uma glossolálica, Hélène Smith, que vivia em Genebra, no final do século XIX e que, em estado de transe mediúnico, parecia ter o "dom das línguas". O caso chamou a atenção de vários estudiosos, sendo que um deles, professor de Psicologia da Universidade de Genebra, pediu a ajuda de seu colega, o professor Ferdinand de Saussure, eminente indo-europeísta, para elucidar a questão no caso de uma língua falada pela mulher que parecia assemelhar-se ao sânscrito. Após detalhadas análises, Saussure concluiu que a língua em questão, que ele chamou de

"sanscritóide", não era exatamente sânscrito, embora aparentasse semelhanças e coincidências notáveis. O fato intrigante, entretanto, era que Hélène Smith jamais havia aprendido uma palavra de sânscrito.

Ocorre que Todorov, apoiado num outro estudo realizado por Victor Henry, de uma outra língua falada pela mesma glossolálica, tem opinião diferente da de Saussure. Ele acredita tratar-se de um fenômeno decorrente do uso de uma "linguagem simbólica", hipótese que, se admitida por Saussure, descartaria a explicação sobrenatural que, implicitamente, teve que ser aceita por ele. Ora, essa é exatamente o tipo de hipótese que Todorov afirma ser impossível ser admitida por Saussure. Incapaz de estabelecer uma ligação simbólica desse enunciados com o francês, língua natural da glossolálica, Saussure só dá atenção ao contexto referencial, fechando-se numa lógica do verossímel. Não admite uma lógica do simbolismo, diferente da da linguagem, confundida com a da razão. "*Uma 'escuta' (analítica) teria substituído com vantagem o ouvido sensível do especialista de sânscrito*"(Todorov, 1970:287). Mais uma vez, Saussure teria chegado perto da solução para deter-se no limiar da descoberta. O outro estudioso do mesmo fenômeno, Victor Henry, tira uma conclusão clara: a linguagem da glossolálica é fortemente motivada. Todas as palavras derivadas ou desprovidas de sentido são derivadas de outras palavras.

Todorov observa que insiste em relatar este fato não para "censurar Saussure retrospectivamente", mas para mostrar como isto "*estranhamente prefigura as relações de Saussure com os fatos simbólicos até o fim de sua carreira*" (Todorov, 1970:192). O estado de "rascunho" em que ficaram todas as suas pesquisas mostram como ele próprio se sentia insatisfeito com os resultados obtidos; mas o que interessa notar é que esses impasses têm um valor exemplar: anunciam os de uma grande parte da Linguística. O mesmo ocorreu nos estudos consagrados aos anagramas onde impera uma ausência de qualquer problemática ligada às di-

mensões simbólicas da linguagem. Para Todorov, sua perspectiva é extremamente "formalista". Há ainda um grupo de rascunhos dedicados ao estudo das lendas dos "Nibelungen", nas quais Saussure chega a concluir que os símbolos não existem, ou seja, aquilo que se considera como símbolo não seriam mais do que deformações, lacunas, esquecimentos, erros de transmissão que induzem o leitor moderno na interpretação simbólica. Ora, aponta Todorov, "*se o símbolo não existe senão para aquele que 'ajulza mal' ou não existe mesmo, é porque Saussure, para o identificar, necessita de uma categoria que teria podido encontrar em Santo Agostinho: a do intencional*" (Todorov, 1970:293). No caso do "Curso", conclui Todorov, apesar do pensamento saussureano ter sido "endurecido", os editores não traíram o mestre: no seio da semiologia não há lugar para os símbolos.

Para Todorov, portanto, a obra de Saussure seria notavelmente homogênea na sua recusa em reconhecer os fatos simbólicos. Ironicamente, entretanto, ele parece padecer de uma cegueira semelhante à que imputa a outros autores: de fato, Todorov os reconhece, mas insiste em empurrá-los para fora da linguagem.

Outros autores também chegaram a reconhecer os fatos simbólicos da linguagem, especificamente o simbolismo fonético, sem, no entanto, considerarem que este fenômeno viesse a abalar o preceito da arbitrariedade; outros ainda evitam visivelmente a questão. É o caso, por exemplo, de Edward Stankiewicz, em "Problems of emotive language" (1964). Ele aponta para uma confusão básica no estudo da linguagem emotiva: "*a teoria da linguagem geralmente confunde a natureza instintiva do 'gesto sonoro' com aquilo que é mais propriamente considerado a dimensão linguística de 'expressividade' ou da função emotiva*" (Stankiewicz, 1964:263). Essa confusão teria suas raízes em duas outras confusões mais básicas: naquela que não distingue uma concepção de linguagem "naturalista" de uma concepção pragmática e na concepção oitocentista de linguagem que vê a interjeição como a forma primitiva de comunicação verbal. As modernas teorias da

linguagem emotiva tendem a evitar esta última abordagem, mesmo porque as especulações sobre a origem foram, há um tempo atrás, oficialmente banidas da Sociedade Linguística Francesa. Mesmo assim há uma tendência a relacionar linguagem expressiva com a atitude emocional do locutor e com seus reflexos emocionais instintivos. O aspecto simbólico da linguagem, entretanto, só pode ser identificado se se distingue um plano "emocional"- que se revela numa variedade de" formas" articuladas e não articuladas - de um plano "emotivo" - que se expressa através de símbolos arbitrários, independentes em relação à situação. Esta função emotiva, graças ao estudo da cinésica, pode ser estudada com segurança pela Linguística, embora seja uma das questões que recebeu menos atenção dessa ciência. Stankiewicz considera que "*praticamente todas as palavras podem adquirir uma conotação emotiva se postas em uma situação social ou em um contexto verbal apropriado*" (Stankiewicz, 1964:242). Admite também que uma "coloração emotiva" pode manifestar-se na mais simples unidade da linguagem, o fonema, aceitando a existência de um "simbolismo expressivo dos sons", classificando-o mesmo como não-arbitrário. Mas, acrescenta, tal propriedade permanece como uma qualidade da linguagem poética que não pode ser confundida com a linguagem emotiva. Ao analisar os vários recursos emotivos da língua no nível do fonema, o autor afirma que há muitos fonemas expressivos que não funcionam como unidades discriminatórias. Neste sentido, "*a distinção entre fonema e morfema passa a não existir na linguagem emotiva, e a 'dupla articulação', que é uma das características da linguagem cognitiva, é abolida no âmbito da expressividade.*" (Stankiewicz, 1964:253).

A posição de Stankiewicz parece-me, acima de tudo, confusa. Se, de fato, ele admite um simbolismo expressivo dos sons e afirma que tal propriedade permanece como uma qualidade da linguagem poética que não se confunde com a linguagem emotiva, por que, então, relacionar linguagem emotiva e motivação?

Além disso, caímos na velha questão: qual é o critério para se diferenciar linguagem poética de linguagem não-poética? Não há poesia na prosa? Não é a poesia feita da mesma matéria da linguagem ordinária? Como se vê, tal ponto de vista carece de fundamentos mais sólidos.

Em "A etimologia e a motivação das palavras" (1964), Ullmann sustenta que a etimologia de uma palavra está intimamente ligada a sua "motivação". As aspas que o autor usa para a palavra motivação denotam sua extrema cautela, que aliás ele conserva durante todo o texto, em admitir uma questão tão polêmica quanto esta. Entretanto, Ullmann considera que a discussão entre semanticistas já permite considerar quatro pontos fundamentais: a) a questão real não é saber se as palavras são convencionais ou motivadas, já que "*ambos os tipos estão presentes, em proporções variadas, em qualquer sistema linguístico*" (Ullmann, 1964:48); b) o segundo ponto refere-se à variabilidade da motivação; a proporção de termos opacos e transparentes depende de uma multiplicidade de fatores, varia muito de uma língua para outra e, até mesmo, em diferentes períodos de uma mesma língua; c) o terceiro ponto diz respeito à mutabilidade, ou seja, uma palavra que foi motivada pode tornar-se convencional e vice-versa; d) o último princípio a se considerar é o da subjetividade destes processos. Para cada um destes princípios o autor fornece exemplos abundantes. "*Antes que a etimologia se convertesse em uma ciência no sentido estrito do termo, acreditava-se amplamente que era possível descobrir o significado 'real' ou 'próprio' de uma palavra, remontando-se à sua origem. O próprio termo 'etimologia' deriva do grego 'verdade'. De uma forma mais sofisticada, tal idéia parece subjazer às elocubrações etimológicas de escritores como Claudel e inclusive de alguns filósofos profissionais. A etimologia é um elemento importante na filosofia de Martin Heidegger, para quem 'Zeichen' (signo) está conectado com 'zeigen' (mostrar).*" (Ullmann, 1964:55).

Jakobson já havia alertado para o trabalho de Bolinger. De fato, dois livros foram publicados: "Intonation and its parts" de 1986 e "Intonation and its uses" de 1989. A idéia central dos dois livros é, segundo Ladd (1990), que os resenha na revista "Language", que "*traços entonacionais, inclusive localização da tonicidade, estão além da gramática e se relacionam diretamente com a emoção*" (Ladd, 1990:806). Para Bolinger, o significado entonacional está diretamente baseado num código emocional universal. Isso permite que o autor compare a entonação com outros sinais de emoção, como expressões faciais, qualidade da voz e altura, o que a torna também não completamente arbitrária. Por outro lado, a mais recente enciclopédia de Linguística, editada pela Oxford University Press (1992), tem um verbete assinado por Bolinger sobre a questão do simbolismo linguístico. Ali Bolinger apresenta uma pequena tipologia das diferentes formas que a linguagem utiliza para produzir sentido através dos sons, fornecendo uma lista de exemplos sugestivos. O curioso é que, apesar de afirmar que na língua inglesa o simbolismo sonoro é tão difundido a ponto de determinados autores considerarem que somente 9% do vocabulário é totalmente arbitrário, em nenhum momento considera que tal fato poderia colocar em questão o princípio da arbitrariedade do signo.

2.2.3 - Contra o arbitráric

Assume claramente esta posição Maurice Toussaint em seu trabalho intitulado "Contre l'arbitraire du signe", publicado em 1983, na França. Ali o autor lança-se numa polêmica direta contra aqueles que ele denomina "os defensores da ordem" ou os "arbitristas", que procuram manter, a todo custo, o princípio da arbitrariedade do signo. O trabalho é extenso, minucioso e fartamente fundamentado com exemplos da língua. Apesar de ter sido escrito como uma obra destinada a provo-

car polêmica, como prevê Michel Arrivé (1983) na sua carta-prefácio, o livro não parece ter chegado a ser muito conhecido. Talvez fosse possível justificar tal descaso evocando-se uma advertência que Michel Arrivé relembra no prefácio e que é de Lacan. Para este último, qualquer tentativa de provar a não-arbitrariedade do signo está, inevitavelmente, fadada ao fracasso. O esforço para reencontrar a "analogia perdida" seria, no limite, uma tentativa "desesperada". Por outro lado, observa ainda Arrivé, com este trabalho, Toussaint parece atrair todos contra ele: guillaumiano confesso, acusa implicitamente os saussureanos de não terem lido bem Saussure, mas também não adula os próprios guillaumianos já que vai muito além do que eles na leitura de Guillaume, "*principalmente no que diz respeito à noção de tempo*" (Arrivé, 1983:6).

O fato é que Toussaint afirma peremptória e claramente a não-arbitrariedade do signo linguístico. Já que se trata de uma posição extremamente polêmica, passo em seguida a resumir seus pontos de vista e argumentos para comentá-los somente no final desta seção.

Partindo das reflexões que ele próprio considera como "instigadoras" da psicosemiologia de Gustave Guillaume mas, ao mesmo tempo, marcando diferenças e desenvolvimentos pessoais em relação a uma Linguística estritamente guillaumiana, Toussaint entra em cheio na questão a partir do sexto capítulo intitulado "O signo seria arbitrário". Abre a reflexão afirmando: "*Essa não é uma suposição, é uma certeza*" (Toussaint, 1983:34). E justifica: quando se admite, por exemplo, que a diferença fônica que existe entre "cochon" (porco, em francês) e "pig" (porco, em inglês) prova que não existe nenhuma relação entre significado e significante, já que para um único significado há dois significantes, comete-se o erro que consiste em tomar o referente pelo significado, quando está claro, como o testemunha a etimologia, que os objetos são nomeados com a ajuda de características que variam em função do próprio objeto e de práticas que se tem deste

objeto em determinada cultura. Ou seja, o que permite falar de um "porco" são todas aquelas qualidades naturais/culturais - tais como "é gordo" ou "é rosado", "é útil", "me repugna", etc. - que aparecem sós ou combinadas, por imitação articulatória ou fônica dos significantes. Não há, nesse processo, nenhuma arbitrariedade: o significado parece o referente; ele abriga todos os principais traços registrados e o significante imita esse registro. "Pig", como "cochon", comporta uma gutural; em "porc" há uma bilabial como em "pig" e um "c" (não quando se pronuncia, mas quando se vê ou se escreve) como em "cochon". Além disso, em "cochon" há uma fricativa, como em "Schwein". Já em "maiale" há uma bilabial tanto como em "porc" e "pig". "Khanzir" e "choiros" não estão distantes do armênio "ghoz". Serão estas ocorrências muito diferentes? - pergunta-se Toussaint. E acrescenta: "*estaremos esperando que o significante seja uma ficha antropométrica para falar em não-arbitrariedade?*" (Toussaint, 1983:35).

Para o autor, afirmar o arbitrário na língua é consequência de uma típica conclusão apressada: se ao olhar duas palavras elas não me sugerem nada, de imediato concluo pela ausência de relação. "*Não será isso a própria negação do espírito científico? (...) E sobre nossa vista curta, fundamos um dos princípios fundamentais da Linguística. Como podemos afirmar que não há relação entre o significado e o significante na ignorância que nos encontramos do que seja o significado? (...) Ignorância e facilidade, eis aí dois elementos adequados para o estabelecimento de um dogma*" (Toussaint, 1983:35).

E como esse dogma pôde nascer? Toussaint relembra que, à primeira vista, os fatos que levam a crer na arbitrariedade do signo são a existência de sinônimos na língua e a evolução das formas e dos sentidos. Entretanto, somemos ao nosso pouco conhecimento do que seja o significado, a nossa ignorância também grande do que seja o significante. Que material levar em consideração? A resposta dos estruturalistas seria rápida: as estruturas fonológicas. Mas o que me garan-

te que esse seja um caminho seguro para a busca da não-arbitrariedade, se eu me situo já dentro de uma "segunda articulação", que de antemão se considera como não significativa? Qual critério me permite reter uma certa análise acústica e ignorar os fatos articulatórios? "*É mais rápido acreditar na arbitrariedade do signo*" (Toussaint, 1983:35).

O que acontece é que o conceito de arbitrariedade é sustentado por uma concepção simplista de não-arbitrariedade. Para o autor, à parte os "croa-croa" e os "ding-dung-dong" não foi difícil acreditar que as palavras não eram, na sua maioria, onomatopaicas. Por exemplo, à primeira vista, parece haver pouca semelhança entre "soc d'une charrue" (a relha de um arado), "socque" (sandálias) e "suc de juice" (suco de frutas). Mas a relha do arado penetram na terra, enfia-se uma sandália e um suco surge, sai da fruta. Nos três casos, três movimentos, três passagens cuja direção dominante é vertical (sub/super) (debaixo/de cima). O "s" é uma contínua, uma sibilante, isto é, uma "*depressão em forma de canal do sulco mediano da língua*", como define Martinet (1965, apud Toussaint, 1983:36); é uma passagem através de algo. Já o */k/* é sinal de fechamento, símbolo de resistência. Essa oposição está presente nas palavras e expressões acima.

Exemplos como este último, Toussaint fornece muitos. Não só no nível de palavras e expressões, mas também no plano gramatical observa identidades e semelhanças notáveis. Para ele, "le" (o, artigo) e "le" (o, pronome) têm a mesma forma porque são ambos uma espécie de "ultrapassagem" ("dépassement") de seus referentes: o artigo é um adiantamento de "um", assim como "o", pronome objeto, é o adiantamento de "ele", pronome sujeito. O "s" do plural e o "s" da segunda pessoa são os mesmos, signficam a mesma coisa. O "m" de "me", pronome, é o mesmo de "rosam", marca única para um único significado: o objeto. O que é importante sublinhar, para Toussaint, é que quando se fala em identidade é

sempre em referência a uma identidade parcial ou, mais exatamente, a uma identidade total sobre determinados pontos.

O autor tem consciência de que muitas objeções poderiam ser feitas a estas análises e chega a adiantá-las. Conclui, entretanto, por dois pontos fundamentais que derrubariam tais objeções: primeiro, a existência de signos "arbitrários" e um princípio de arbitrariedade do signo são duas coisas diferentes que não podem ser confundidas; e segundo, dois elementos homólogos têm alguns traços idênticos e outros que não o são.

É verdade que a idéia de um significante como "decalque" de um significado parece incompatível com a idéia de evolução da língua, onde as formas se deformam sem que os significados sejam alterados e onde as palavras às vezes não mudam de forma mas de sentido. Mas não se trata de buscar um "decalque". "*Um significante e um significado podem evoluir, um puxando o outro ou evoluir em direções opostas até um certo ponto além do qual a analogia rompida se reconstrói sobre outras relações porque um significante e um significado não são o verso e o reverso de uma folha de papel*" (Toussaint, 1983:41).

Infelizmente, diz o autor, nós só temos ouvido para as "harmonias imitativas" do tipo "piu-piu" ou "tic-tac", que nos mantêm presos no embuste da arbitrariedade. É essa surdez que ocorre diante do "m" de "rosarum" ou do "s" de "tu viens". É preciso entender que os significantes são, ao mesmo tempo, som e movimento na língua, e enquanto tais, difíceis de captar. A onomatopéia clássica não é senão uma manifestação superficial da analogia do signo. Se, num determinado momento, o princípio de arbitrariedade foi condição primordial para o avanço da Linguística, é hoje um peso do qual temos que nos libertar para ir mais longe. "*O princípio da analogia do signo tem um poder fecundo. Ele nos convida a procurar, sem jamais satisfazer-nos - quem estará satisfeito nesse domínio? - novas definições do significante e do significado*" (Toussaint, 1983:64).

Os exemplos que o autor vai desenvolvendo ao longo do livro são, na sua maioria, surpreendentes. Menciona, por exemplo, um estudo sobre as raízes das palavras em "m" e "g" nas línguas indo-européias, que revela uma "direção semiológica" boca → garganta, cujo significado fundamental seria alguma coisa próxima à "realização que implica a oposição frente/trás", e que é "traduzida semiologicamente" pela bilabial "m" e pela velar "g". Outras análises semiológicas semelhantes a essa são apresentadas, mas, segundo o autor, uma vez aceito o princípio, torna-se muito fácil perceber analogias na língua, levando o pesquisador a enxergar coisas que nunca havia visto. É por isso, diz ele, que os partidários da tese saussureana, quando escutam falar em analogia, fazem imediatamente referência a um certo "misticismo linguístico". O comentário do autor a esse respeito merece ser reproduzido.

É verdade, concorda Toussaint, que o fenômeno da esquizofrenia joga aqui em favor dos arbitristas, já os esquizofrênicos tendem a ligar palavras, coisas e significações, a ponto de regular seus comportamentos segundo as palavras. "*É assim que se esboça, insidiosamente, duas classes de linguistas: de um lado, os sérios, os positivistas, os sãos de espírito; de outro, os pesquisadores mais ou menos esquizofrênicos*" (Toussaint, 1983:65). Toussaint observa que esta é uma divisão perigosa, já que nada é totalmente claro para ninguém. Além do mais, um pouco injusto porque é sempre mais cômodo dizer que um raciocínio é esquizofrênico do que considerá-lo errôneo. "*Também seria um exagero de nossa parte falar em obscurantismo para os defensores da arbitrariedade. Digamos então mais moderadamente (...) que a defesa da arbitrariedade deixa na obscuridade toda uma região da linguagem que o princípio da analogia nos convida a explorar*" (Toussaint, 1983:65).

E quanto a Saussure, o que diz Toussaint? Em primeiro lugar, nos lembra que Saussure não era, ele próprio, um saussureano. Em segundo lugar, numa

referência ao comentário de Todorov, afirma que Saussure tinha toda a razão em "confundir" a relação inter-signos com a relação intra-signos, e de ver, dentro das relações do primeiro tipo, uma "limitação do arbitrário". Há que se "eximi-lo", portanto. Além disso, enquanto introdutor, tinha o papel de iniciar essa discussão na ciência que se fundava. O que causa estranheza é que, nos dias de hoje, ainda se defenda a mesma posição. Mas, como não podia deixar de ser, a questão saussureana predileta para Toussaint é a que diz respeito aos anagramas, onde o autor vê uma clara manifestação do fenômeno da analogia. O anagramatismo, porém, não é para ele um fenômeno que ocorra somente na linguagem poética. Até mesmo um verbete de dicionário contém fenômenos anagramáticos. Ele exemplifica fazendo referência ao jogo sonoro que se estabelece na definição de algumas palavras no Larousse:

"foi" (fé) - "fèrme adhésion de l'intelligence à la verité qu'elle recconnait" (firme adesão da inteligência à verdade que ela reconhece)

"fèrme" (firme) - "qui ne fléchit pas, solide, stable" (que não se dobra, sólido, estável)

"fidèle" (fiel) - "en qui l'on peut avoir confiance" (aquele em que se pode ter confiança)

Todas essas ocorreências de "f" são utilizadas, explica Toussaint, porque o "f" é uma fricativa cuja produção exige que "les dents font obstacle au flux d'air qui doit se frayer - avec force, car se frayer implique toujours un certain effort - se frayer un chemin dans une passe de très faibles dimensions, presque fermée" (os dentes fazem obstáculo ao fluxo de ar que deve sair - com força já que sair envolve sempre um certo esforço - sair por entre uma passagem de poucas, fracas dimensões porque é fechada).

O "f", portanto, que é um fluxo de ar expulso, traduzirá a idéia deste movimento rápido e contínuo e estará presente, por exemplo, nos seguintes

significantes: "fleuve" (rio), "vol" (vôo/roubo), "vite" (rápido), "fusée" (foguete), "flèche" (flecha), "fuite" (escapada). É provavelmente através desta idéia sempre presente de "força" que se deve buscar a razão de ser dos significantes dos verbos como: "il fut" (foi), "faire" (fazer), "avoir" (haver), "pouvoir" (poder), "devoir" (dever), "vouloir" (querer), "falloir" (ser necessário), "savoir" (saber), "voir" (ver), "vivre" (viver),"il vient" (ele vem). Já em "foi" (fé), "vigueur" (vigor), "vaincre" (vencer), "verité" (verdade), pode ser a idéia de uma relação "estreita" que domina - os dicionários falam em "conformidade", "fidelidade". Neste sentido e nesta conformação, "verité" deve estar associada a "fin" (fim, término, fino, astuto) ou a "fil" (fio) que são as mais fracas aberturas desta contínua. Em "fin" pode-se ler: "qui a un très faible volume, épaisseur" (que é de pouco volume, espessura). Quanto a "frotter" (esfregar), "froide" (frio), "frein" (freio), "fraction" (fração), eles são, entre outras coisas, o "frisson" (arrepio) que produz o "f" reforçado pelo "r".

Esses exemplos mostram para Toussaint que "*os traços que constituem os fonemas são signos. Uma palavra é constituída de signos. Eu entendo por signo um significado e um significante analógicos*" (Toussaint, 1983:76). Na sua maneira de ver, que as pessoas sejam mais ou menos sensíveis a isso é um problema da psicologia do indivíduo.

O argumento mais usado pelos arbitristas é o de que o simbolismo está fora da língua. O que não se vê é que um som pode ter tantos sentidos que chega até mesmo a parecer contraditório. Por exemplo: "i" significa pequeno porque para articulá-lo é necessário formar um "istmo" palato-lingual estreito. Mas também pode significar "grande" porque ocorre numa frequência elevada em que o diminutivo pode significar "muitos" (lembrar, em português, "cheinho de gente", por exemplo). É necessário que uma dimensão semântica selecione um dos sentidos do fonema. Para captar alguns destes fenômenos, Toussaint adota um ponto de vista

dinâmico e realiza uma análise que leva em conta os laços que existem entre o articulatório e o acústico na emissão de algumas vogais.

Mas a questão verdadeiramente essencial, para Toussaint, é a seguinte: em que se enraíza o princípio - quase impossível de se desenraizar - da arbitrariedade? Os arbitristas empurram o simbólico para fora da linguagem e, no mesmo gesto, rejeitam a analogia. Paralelamente, alguns simbolistas mantém o princípio da arbitrariedae. Há uma rejeição e uma prudência. Estariam elas baseadas sobre uma medida objetiva ou respondem a imperativos profundos, subjetivos, de ordem cultural? Para responder a esta questão, Toussaint procura situar "ideologicamente" o conceito de arbitrariedade: o que acontece é que esse conceito é a manifestação de um profundo imaterialismo. Seus pressupostos básicos são o de que a língua não é substância mas forma; de que os termos não são nada, a relação é tudo. O que é isso senão a rejeição da própria matéria? "Objeto abstrato", "forma", "estrutura", "significado", todos conceitos negativos que se relacionam às coisas pensadas como não-matéria. "*Nesse quadro formalista, o significado, que não tem definição positiva nem corpo, não pode, de maneira nenhuma, parecer-se ao significante*" (Toussaint, 1983:90). Não é a proporção à qual recorrem alguns autores que abole a relação de semelhança, mas a definição negativa dos termos. A arbitrariedade do signo é o nome que se dá a essa ausência. A verdade saussureana, revolucionária e fecunda em 1930, converteu-se num dogma ao qual se adere fortemente porque se teme que qualquer movimento de rematerialização tire, das ciências humanas, sua natureza específica.

Esta desmaterialização está presente também na idéia de que o som é o elemento "material" da linguagem e o significado não, já que o som o é. Esta concepção, entretanto, nunca aparece às claras e é comum que os arbitristas passem por materialistas. Em última análise, esse imaterialismo, que é metodológico, envolve o par natureza/cultura. A arbitrariedade, elemento negativo, é a expres-

são na linguagem do elemento negativo desse par; o arbitrário é signo do cultural. A não-natureza é a não-matéria, "ausência de relação" significa "presença do seja-lá-o-que-for-", do "aleatório". Negar a presença de um laço natural é negar a presença de um laço racional. Dizer que a linguagem é arbitrária é dizer que a linguagem é irracional. O estruturalismo dá as costas à natureza e à matéria. Como isso pôde ocorrer? Pela oposição radical que se estabeleceu entre mundo físico e mundo linguístico. O pressuposto básico dos arbitristas é o de que a distinção física - como, por exemplo, entre duas palavras diferentes - não leva necessariamente a uma distinção linguística. Mas por que há que se opor linguístico e físico?

Finalmente, é ainda importante neste trabalho algumas análises de palavras que o autor realiza a partir do conceito guillaumiano de "saisie" que poderia ser traduzido por "percepção rápida", "captação", "interceptação de um movimento". Toussaint acaba por concluir que o significado e o significante se assemelhariam, então, não só em virtude de uma predileção que a linguagem tem pela "analogia", pelo "isomorfismo" ou pelo "mimético", mas porque o ato de linguagem seria um ato de captação. Aquilo que capta, de alguma forma, funde-se, toma a forma do objeto a ser captado.

O ponto de vista de Toussaint é contundente e para avaliá-lo é preciso adotar uma posição muito cuidadosa e separar o joio do trigo. O autor parece cair no mesmo exagero de que acusa os arbitristas: nega radicalmente o princípio da arbitrariedade. Utilizando às avessas (e contra ele) um de seus principais argumentos, seria possível dizer que a existência de alguns signos motivados não implica necessariamente a afirmação de que a linguagem é motivada. Como ele mesmo adverte, estamos em face de um fenômeno estremamente sutil e delicado e a solução não parece ser tão simples. Como conciliar arbitrariedade e motivação numa mesma teoria de linguagem? É o que fazem, por exemplo, autores que figuram na próxima seção deste trabalho e que adotam o que eu estou chamando

de uma "terceira via" para solucionar o problema. Entretanto, algo da análise de Toussaint precisa ser salvo, principalmente a idéia de que a afirmação da arbitrariedade é apriorística e resulta, na verdade, da adoção do postulado estrutural segundo o qual a língua é forma e não substância. Entretanto, o caminho que ele escolheu trilhar para mostrar isto - negar a arbitrariedade via exemplos - parece-me que está fadado a não ter sucesso: sempre se pode dizer que os exemplos poderiam ser contraditados se fossem traduzidos para uma outra língua. O que ocorre é que, paralelamente à apresentação de exemplos, é preciso realizar uma discussão - que se esboça, aliás, em seu trabalho quando ele menciona a questão do imaterialismo - de outra ordem, mais abstrata, que toca diretamente em outra questão: o que estamos dispostos a entender por "língua"? Que distância queremos estabelecer entre "língua" e "vivido"? O grande problema parece ser, na verdade, diferenciar significado e realidade, para aí sim estabelecer uma analogia com o significante. É em torno de tal questão que se estrutura o próximo capítulo deste trabalho. Antes, porém, vejamos mais um ponto de vista específico sobre a arbitrariedade do signo.

No que tange ainda a este tema, é interessante voltarmos os olhos para as pesquisas que se fizeram não só em torno da linguagem oral, mas também as que procuram reconstruir a história e a formação da linguagem escrita. É um campo vasto, mas vou me restringir aqui às conclusões de um único trabalho que está especificamente voltado para a questão da arbitrariedade. Trata-se de uma pesquisa intitulada "Contribuition a l'etude de l'arbitrarité du signe", de Marie-Simon Klaphoz (1982) e que não está centrada especificamente na área de teoria linguística, mas apresenta uma bibliografia voltada a temas de arqueologia, antropologia, história das línguas e linguística comparada. Tem como objetivo, entretanto, contribuir para a discussão sobre a concepção saussureana de arbitário na língua. A intenção da autora é rastrear a evolução dos sistemas de escrita utiliza-

dos pelo homem para poder observar até que ponto são realmente sistemas arbitrários, ou se tiveram uma origem motivada. Não caberia aqui apresentar todos os exaustivos dados que a autora analisa, na medida em que são informações muito específicas sobre o nascimento e evolução dos sistemas de escrita. De maneira geral, a autora apresenta um panorama do grafismo na pré-história (paleolítico, epipaleolítico e neolítico) para, em seguida, deter-se na origem das primeiras escritas (suméria, hindú e egípcia) e no que ela denomina "filiação gráfica egipto-protocananeu-fenício-hebraica". Com o intuito de obter suportes mais precisos para o deciframento de escritas antigas, rastreia parentescos a partir de dados de língua oral de quatro grupos distintos de línguas, observando similaridades fonético-semânticas em 50 semantemas. Acaba por concluir pela origem motivada de todos os sistemas de escrita e tece, a partir dessa constatação, comentários sobre a questão do arbitrário na língua.

Para ela, duas questões fundamentais se colocam quando se observam as formas de linguagem e de escrita. Primeiro, se a essência do signo é arbitrária e se a língua funciona ao acaso, como é possível, então, que existam na língua formas onomatopaicas? Mesmo que se considere que as onomatopéias sejam, hoje, pouco numerosas (o que não acontece em certos grupos de línguas que não sejam indo-européias ou semíticas), não é possível negar que o princípio imitativo entra em jogo na criação das palavras. Em segundo lugar, todos os sistemas de escrita atuais têm sua origem no pictograma, evoluindo em seguida para formas desmotivadas.

Estes dois fatos bastariam para semear a dúvida, mas, mesmo tentando se considerar a coerência interna da teoria exposta no "Curso" de Saussure, poder-se-ia questionar: a) se o princípio do arbitrário é fundamental, como afirma Saussure, como imaginar que uma "limitação do arbitrário" possa, incessantemente, minar esse fundamento?; b) para Saussure, "um", "dois" e "três" são signos arbi-

trários, enquanto "dezoito" e "dezenove" apresentam uma motivação relativa. Como é possível aceitar que as formas compostas derivadas tenham sido criadas sob o signo da motivação, enquanto que as formas primeiras, elementares tivessem sido radicalmente arbitrárias? ; c) se é verdade que, segundo Saussure, "o espírito busca introduzir um princípio de ordem e de regularidade" na língua, porque, então, no tempo de sua maior ignorância, ele não criaria um sistema motivado e, portanto, ordenado e regular? O homem não somente intervém tardiamente na língua; foi ele que a criou. Parece paradoxal atribuir ao homem do paleolítico uma atitude tão superior como a abstração que supõe a arbitrariedade. Para a autora, portanto, ou se considera que há uma arbitrariedade total, ou se considera que há uma motivação na origem; o que não se pode sustentar é uma limitação do arbitário.

A questão da origem da língua escrita foi aqui mencionada como argumento em favor da não-arbitrariedade. O trabalho da autora evidencia sérias dificuldades teóricas para se sustentar um fundamento arbitrário tanto na escritura como na língua. Entretanto, não me parece necessário colocar a questão em termos tão absolutos como o faz a autora. A meu ver, não se trata de um dilema sem meio termo. Na seção que se segue, a tentativa será a de esboçar uma terceira via; no terceiro capítulo, voltaremos a refletir especificamente sobre a natureza da linguagem escrita.

2.3. - Desmotivação e remotivação

O objetivo agora é examinar a possibilidade de adotar uma posição intermediária que fique a meio caminho entre a afirmação peremptória de uma total ausência de motivação natural na linguagem e o reconhecimento da motivação. Na seção introdutória do primeiro capítulo, fizemos referência ao trabalho de Blikstein

(1981), para quem o "Crátilo" de Platão, que discorre sobre o problema da natureza das palavras, se presta a mais de uma interpretação. Se o leitor bem se lembra, a conclusão que ali se chega é a de que a ambiguidade do texto platônico acaba por acentuar "o vaivém dialético entre o natural e o convencional, entre a motivação e a arbitrariedade" das palavras. Em outras palavras, a tensão entre duas forças que parecem operar dentro da linguagem. Mas como podem se conciliar na linguagem tendências antagônicas? Uma resposta a esta questão quem pode fornecer é, a meu ver, Ivan Fónagy (1972), cujo ponto de vista esboça o que estamos considerando ser uma terceira via a ser adotada na maneira de pensar a questão.

Para este autor, um signo motivado é um signo que admite a presença parcial da realidade, que incorpora uma parcela da realidade a seu significante. Assim, "*a palavra 'glisser' (resvalar) designa uma espécie de movimento e é ao mesmo tempo este movimento*" (Fónagy, 1972:73). O leitor atento não deixará de notar que, no caso desta palavra, a parcela de realidade que é incorporada ao significante é o movimento, tema do qual partimos na nossa investigação. Entretanto, continua o autor, o signo motivado não possui a mesma transparência do signo desmotivado; este último nasce do sacrifício de uma substância que se consome para transformar-se em referência. A desmotivação é, assim, princípio fundamental dos códigos linguísticos. Os signos necessitam passar, portanto, por um processo de "desmotivação" para poderem ascender à condição de signos "puros".

Esse processo obriga a um profundo trabalho intelectual e emotivo que a renúncia à motivação exige. Prova disso, por exemplo, são algumas características da linguagem infantil: toda criança parece demonstrar uma "*confiança ilimitada na linguagem e custa a crer que as palavras possam trair, emprestando ao enunciado um sentido global diferente do sentido legítimo, determinado pela significação original de seus componentes*" (Fónagy, 1972:74). A tendência da crian-

ça é estender o princípio da motivação para a língua toda, inclusive para os nomes próprios. Assim é que toda criança pensa que querem enganá-la quando lhe dizem que uma outra pessoa tem um nome igual ao seu; isso lhe parece, a rigor, impossível. Uma outra prova de tal processo seria, por exemplo, o que se conhece por etimologia popular, que nada mais é do que a conseqüência da recusa do princípio de arbitrariedade da língua. E mais, a incapacidade de desmotivar seria um dos sintomas característicos da afasia.

Mas, para o autor, o passado não desaparece sem deixar traços. Os estágios sucessivos que a linguagem percorre na sua evolução se tocam e estão presentes mesmo na fala cotidiana do homem de hoje. Nossa linguagem está repleta de signos "quase sintomáticos", que reproduzem voluntariamente os sintomas vocais e têm um papel predominante na expressão de emoções. Além disso, testes feitos em falantes das mais diversas línguas revelam que a maior parte dos sujeitos interpreta corretamente a expressão de emoções simples numa língua estrangeira. "*Uma representação mimética se dá permanentemente no interior da cavidade bucal. Foi analisada e descrita com precisão poética por Andre Spire*" (Fónagy, 1972:80). É importante que o leitor atente para o papel importante que a mimese desempenha na expressão de emoções na linguagem, outro tema, aliás, que chegamos a abordar no primeiro capítulo deste trabalho. Oportunamente, voltaremos a ele.

Segundo Fónagy, apesar da força da desmotivação, o sentido literal das expressões idiomáticas, por exemplo, fica preservado no pensamento inconsciente. Assim também, a utilização dos tropos obedece a uma espécie de "sede de realidade concreta" que sentimos permanentemente. "*A metáfora guarda ainda o traço do contato sensual do objeto de que nos afasta o pensamento conceitual, abstrato*" (Fónagy, 1972:81). É neste sentido, talvez, que Bergson, nosso autor ponto

de partida, aconselha o uso de uma linguagem imagética para a expressar, pela linguagem, a pura duração.

Os procedimentos arcaicos e os evoluídos da linguagem, portanto, convivem, lado a lado. Por força do hábito, não nos surpreendemos mais com a presença de pequenas frases interjeitivas como "ai!", emotivas "oh!", imperativas "psiu!" ou imitativas "pam!" que são arcaicas em vários aspectos: são inarticuladas, não tem estrutura gramatical, são geralmente motivadas e contêm, muitas vezes, elementos fônicos estranhos ao sistema fonológico.

A forma linguística quase aparece como um conteúdo arcaico fossilizado. "*Tudo o que não é senão forma pura na interpretação consciente, encerra toda uma série de mensagens inconscientes, desde a dança bucal (...) invisível dos órgãos articulatórios, até as estruturas gramaticais da frase (interpretadas pelo inconsciente como mensagens ideológicas)*" (Fónagy, 1972:91). Os esquizofrênicos, por exemplo demonstram grande sensibilidade aos gestos, às entonações, ao sentido primitivo e literal. No outro extremo, a recusa categórica em admitir toda e qualquer motivação, a negação enfática da presença de um conteúdo, sem dúvida incômodo, na expressão verbal, é uma defesa, uma proteção contra a atração exercida por este conteúdo tão debilmente disfarçado.

Mas outra força, ao lado da desmotivação, opera na linguagem: a que favorece a remotivação. Não é só a "sede de realidade concreta" que justifica a remotivação. A língua é um sistema que evolui espontaneamente sem a intervenção consciente dos usuários. Um novo signo que se cria deve ser compreensível sem uma circular que o acompanhe esclarecendo as normas de uso. A mudança deve ser compreensível por si mesma, deve ser, portanto, motivada. "*A maior parte das mudanças fonéticas, morfológicas, sintáticas é desencadeada por uma distorção expressiva do significante ou do significado (...) as novas formas são*

compreensíveis - num contexto dado - pois a distorção deriva, também ela, de um código, de uma 'gramática' para-lingüística, pré-lingüística" (Fónagy, 1972:94).

Tudo isto leva Fónagy a concluir que "*a gênese e a evolução da linguagem é uma luta permanente entre as tendências que conduzem à desmotivação e as que favorecem a remotivação. A língua deve seu nascimento à desmotivação, mas não poderia evoluir sem recorrer permanentemente a remotivação dos signos e estruturas*" (Fónagy, 1972:92).

As explicações do autor me parecem suficientemente claras e coerentes para justificar a adoção do seu ponto de vista como a representação exata daquilo que designamos como a tensão permanente que ocorre no interior da linguagem entre arbitrariedade e motivação e que propõe uma possível solução à querela entre arbitristas e não-arbitristas radicais, pela via de um terceiro caminho, que contempla a gregos e troianos. Entretanto, é possível completar e corroborar ainda mais este ponto fazendo referência ao trabalho de Pierre Guiraud (1980) que também tece considerações sobre o tema.

Admitindo também na linguagem a presença das duas forças, Guiraud esclarece qual é o papel da arbitrariedade em relação à motivação: ela tem precisamente o papel de apagar, ou melhor, "obscurecer" a motivação. Deixamos de perceber semelhanças e analogias entre som e sentido das palavras precisamente porque elas se tornam de tal modo familiares pelo processo de convencionalização que parecem invisíveis. Esse obscurecimento da motivação é necessário para que não haja uma excessiva restrição do sentido. A palavra deve evocar o conjunto da coisa denominada e não apenas o caráter motivante, que nem sempre é o essencial. Toda motivação, portanto, tem que ser constantemente "atualizada" pela arbitrariedade. Neste sentido, talvez, possa ser possível reinterpretar a afirmação de Saussure para quem a arbitrariedade garante o bom funcionamento da língua.

O que fica claro é que a (re)motivação das palavras não é um fenômeno que possamos perceber "a olho nú" na linguagem, não é um fato do qual se tenha plena consciência e que possa ser claramente demonstrado. A própria familiaridade com as palavras nos impede de percebê-lo plenamente, obscurecido que foi pela natureza institucional da linguagem. O falante comum, entretanto, é capaz de intui-lo e talvez essa seja a única maneira de captá-lo: pela intuição. Talvez agora, então, já estejamos em condições de dar ouvidos ao senso comum do falante que, como apontava Benveniste, acredita haver uma adequação completa entre linguagem e realidade. Essa sensação é fruto da percepção fugidia de semelhanças entre o som e o sentido das palavras que o falante capta intuitivamente na linguagem. Entretanto, cabe a nós, linguistas, tentar revelar onde e de que formas a motivação atua na linguagem, procurando desvelar exatamente aquilo que ficou obscurecido. Para tanto, sem dúvida, uma das primeiras tarefas seria a de repensar o conceito de onomatopéia.

2.4. - A onomatopéia ampliada

Tradicionalmente, considera-se que a onomatopéia é uma palavra que procura imitar o som daquilo que representa. Como exemplo clássico de onomatopéias na língua, cita-se, por exemplo, "tic-tac", onde o significado da palavra - o som do relógio - está reproduzido no próprio som da palavra. Mas, de fato, o que ocorre é que nem sempre o que se procura reproduzir é um som e nem sempre a imitação é uma cópia fiel da realidade. Para esclarecermos estes pontos, vejamos algumas considerações sobre o tema.

Em "A onomatopéia e a função representativa da linguagem", Karl Bühler (1933) admite que a linguagem revela, em suas fronteiras, uma ajuda relativa-

mente estranha a ela mesma: a de um "princípio pictórico heterogêneo". A propensão a "pintar" com a ajuda dos sons ocorre, segundo o autor, não somente na poesia, mas em todos os aspectos da linguagem. É importante notar que essa noção de "pictórico" de Bühler nada mais é senão o que estamos chamando de motivação. Dizer que se pode "pintar" com os sons da linguagem é uma metáfora que se utiliza para dizer que é possível utilizar os sons para tentar reproduzir, imitar a realidade.

Essa propensão a pintar com os sons é, segundo Bühler, o resultado de um esforço realizado pelo homem para abolir o caráter indireto da linguagem e baseia-se no desejo de retornar ao contato direto com o real sensível e na necessidade, ainda mais poderosa, de chegar a penetrar diretamente na intimidade da vida universal. O homem sabe que o instrumento intermediário constituído pela língua o aparta dessa realidade e procura voltar a essa intuição da realidade sem renunciar, entretanto, à representação por meio de sons. "*A teoria da linguagem deve reconhecer e explicar onde e como se realiza esse retorno ao sensível sem que a linguagem mesma seja destruída. Se, de maneira deliberada, nos propomos a deixar de lado o sistema usual das línguas, não há dúvida de que nos encontraremos em completa liberdade de usar onomatopéias a nosso gosto: a questão é saber se e como é possível fazê-lo sem sair dos limites da linguagem*" (Bühler, 1933:74).

Tal tarefa não consiste, por certo, em realizar contagens estatísticas de onomatopéias na língua, mas sim em comparar o que já foi realizado na língua com o que poderia ter sido. É necessário realizar uma estimativa das forças onomatopaicas de que os meios vocais dispõem. A hipótese da qual se parte é de que os sons emitidos devem, antes de mais nada, ter uma finalidade pictórica. A pergunta a ser feita, então, é: qual é o potencial pictórico da linguagem? Ele pare-

ce ser grande e variado, já que há uma surpreendente riqueza de timbres nos sons vocais, que permitem não só a cópia de ruídos variados, como a própria emissão expressiva.

Entretanto, a lei fundamental da estrutura da linguagem não é a da onomatopéia, porque essa é freada por limitações que funcionam como "ferrolhos" dessa tendência. Há vários tipos de "ferrolhos":

1) só se pode pintar com a voz na medida em que a sintaxe o permita. Mesmo os poemas estão submetidos às leis de formação da língua e aparecem em frases corretas e bem formadas.

2) a formação e escolha das palavras também impõem um limite à tendência pictórica. Sempre é legítimo explorar habilmente o vocabulário de uma língua, mas não é possível enriquecê-lo de forma decisiva à força de neologismos.

3) embora o material de uma língua seja infinitamente rico em possibilidades onomatopaicas, há que se considerar também o ferrolho fonológico. A atividade pictórica se acha excluída do termo considerado na sua totalidade e só pode atuar no interior de unidades menores. Por exemplo, considera-se a palavra alemã "Seife" (sabão) como uma onomatopéia, porque expressa certas qualidades definidas do objeto, como seu caráter viscoso e espumoso. Mas para explicar isso é preciso decompor a palavra som a som e comprovar que há algo de pintura sonora no "s", algo no ditongo, algo no "f". Por outro lado, é indispensável que os traços fonológicos das palavras sejam realizados com a necessária precisão e na ordem imposta, mas cada fonema deixa uma margem de realização em cujo espaço a matéria sonora pode ser modelada em um sentido pictórico. A ação, portanto, só aparece inteiramente livre naquelas direções em que as leis fonológicas de uma dada língua não se exercem ou não são "importantes". Se, por exemplo, uma língua não utiliza as diferenças de entonação como elemento diacrítico de seu sistema vocal,

então o "pintor vocal" se sentirá à vontade para traduzir, melodicamente, os matizes que se prestem a tal.

O leitor não deixará de reconhecer, nas observações de Bühler, uma certa premonição das tarefas que a Linguística tinha pela frente naquela época. Alguns anos mais tarde, Jakobson não só decompôs as palavras som a som como revelou a não linearidade do fonema considerado como feixe de traços que possibilita a emissão de várias qualidades distintivas ao mesmo tempo. De qualquer forma, o que nos interessa aqui é pontuar que os ferrolhos dos quais fala Bühler não põem em cheque a noção de motivação e não representam, portanto, uma forma de aderir à tese da arbitrariedade.

Segundo Bühler, haveria uma outra maneira de encarar o problema: examinar alguns casos de onomatopéias autênticas. Em todas as línguas, os nomes de ruídos pertencem indubitavelmente ao domínio da onomatopéia. A língua alemã é particularmente tolerante a este tipo de matéria. Por outro lado, temos que admitir, diz o autor, que jamais é possível introduzir nenhuma modificação do material sonoro cuja natureza seja estranha ao fenômeno mesmo: a criação de novos nomes de ruídos não poderia transpor a porta fechada pelo ferrolho fonológico. O mesmo ocorre com os nomes dos "gestos sonoros" - tais como "anchzen" (gemer), "jauchzen" (emitir gritos de alegria), "kichern" (gargalhar) - com os nomes que imitam sons de animais - "blocken" (balir), "wieherm" (relinchar) - ou mesmo com os próprios nomes de animais como "kukuk" (cuco). Estas onomatopéias não são equivalentes naturalistas (ou impressionistas), mas interpretações altamente simbólicas. Não se pode negar a semelhança que ainda subsiste neste tipo de palavra. Em todas elas, de fato, aparece a reprodução mais ou menos fiel de um fenômeno, em contraste com um número muito maior de palavras que reproduzem uma relação - como "baumelm" (bambolear), "schlendern" (arrastar), "schottern" (vacilar), "flimmern" (cintilar), "kribbeln" (formigar) - que, ao invés de

pintar acusticamente um fenômeno também acústico, pintam acusticamente um fenômeno não-acústico: "cintilar" é um fenômeno ótico, "formigar" traduz impressões tácteis. "*O que aqui se traduz são movimentos e formas dinâmicas*" (Bühler, 1933:82, o grifo é meu).

As conclusões de Bühler deixam patente, em primeiro lugar, que a definição clássica de onomatopéia não dá conta da complexidade do fenômeno. Nem se trata de mera imitação, nem tampouco reprodução de sons exclusivamente. Em segundo lugar, seu texto sugere que, se considerada de uma perspectiva mais ampla, o que a onomatopéia busca expressar é o próprio dinamismo da realidade. Ora, este ponto de vista vem esclarecer e corroborar um outro que sugerimos no início deste trabalho: a duração, a realidade dinâmica, o movimento, enfim, pode também ser expresso pela linguagem através dos sons. O estilo que procura reproduzir o ritmo da duração sem dúvida lança mão, na escolha das palavras, da sonoridade onomatopaica, buscando reproduzir dinamicamente não só sensações acústicas, mas também óticas e tácteis. Creio ainda ser possível ver em Bühler a idéia de que na linguagem duas forças opostas se mantêm em constante tensão: o princípio pictórico versus os ferrolhos gramaticais. Aqui também, portanto, parece que se adota uma terceira via para explicar a questão do arbitrário versus a motivação na língua.

A questão que parece subjazer as considerações de Bühler especificamente no que diz respeito à capacidade pictórica dos sons necessita, sem dúvida, ser mais aprofundada e se constitui num frutífero filão que permanece até certo ponto inexplorado na Linguística Contemporânea. Sem dúvida, contribuições nesta área nos auxiliariam na tarefa de repensar o conceito clássico de onomatopéia. Os trabalhos que mais se desenvolveram ocorreram na área de pesquisa do simbolismo sonoro, mas mesmo assim, este é hoje um tema que parece despertar pouca atenção.

Acerca desse tema, entretanto, há um autor que realizou observações interessantes. Trata-se de Garcia de Diego (1951), linguista filiado à escola de linguística espanhola, que sofreu a influência, portanto, de figuras como as de Amado Alonso, Dámaso Alonso e Ramón Menéndez Pidal, cuja familiaridade com a obra de Bühler era, aliás, bastante grande. Tal escola aceitou e utilizou amplamente os preceitos da estilística idealista - à qual já nos referimos anteriormente neste trabalho - que concebe a linguagem como produto de espírito humano e procura penetrar a gênese do fato expressivo. Além disso, tal escola teve sucesso em manter firme o princípio da unidade das ciências filológicas: assim a linguística foi cultivada conjuntamente com a história e a crítica literárias (cf. Coseriu, 1980). Talvez por isso é que nos venham principalmente de lá trabalhos que ilustram o fenômeno da expressividade dos sons.

Neste trabalho, Garcia de Diego procura dar ouvidos ao que ele mesmo classifica de "crença comum" de que há uma relação entre as palavras como elementos sonoros e o que elas representam. Para ele, há na linguagem um "*simbolismo emotivo, seja ele direto, produzido em nosso interior pelo valor sonoro da palavra, seja indireto, produzido pela ideação do ser sem influência do valor sonoro da palavra*" (Garcia de Diego, 1951:63). Como exemplo deste último tipo de simbolismo, o autor cita o nome (castelhano) do pássaro "pimpim", onde não se pretende imitar a expressão acústica do seu canto, mas traduzir uma impressão ótica, o movimento rápido do seu corpo.

Em relação à discussão sobre valor natural versus valor arbitrário do signo linguístico, o autor afirma que é tempo perdido alongar-se nesta discussão na medida em que, de fato, há um simbolismo sonoro independente do valor natural das palavras ou sobreposto a ele. A intenção explícita do autor é conciliar posições discrepantes em relação ao simbolismo linguístico. "*No simbolismo, até a ilusão não é uma mentira*" (Garcia de Diego, 1951:68). Para o autor, o simbolismo

sonoro, assim talvez como a cor, não é exatamente como a imaginamos. Assim como permutamos as sensações, e até os sentimentos, ao falarmos, por exemplo, de uma superfície "áspera", assim também tomamos como indistintas a linguagem oral e a linguagem interior e identificamos as palavras com as representações imaginativas que forjamos ao falar. Parte-se, portanto, do princípio de que todas as palavras, em graus distintos, podem ter um valor simbólico sonoro, sensorial ou afetivo. Este simbolismo desempenha claramente um importante papel tanto na escolha ou preferência por determinada palavra, como nos processos de mudança e evolução linguísticas.

Haveria, pois, um simbolismo primário (como em "zig-zag") e um secundário, que vai surgindo nas diversas evoluções fônicas das palavras. Por exemplo, "miel" (mel) e "hiel" (fel) fazem um jogo como antônimos sensoriais e sentimentais do doce e do amargo, mas "fel" foi obtido não da alusão ao sabor, mas da cor amarela - como o testemunha o termo latino "flavus" (amarelo) - que já não entra mais na evocação. Logo, muito do que hoje se considera como casos de simbolismo expressivo são resultado de evolução fonética de um estado anterior que não tinha uma base simbólica, ou seja, ao evoluir as palavras podem criar um novo simbolismo sonoro, independente do anterior.

Haveria ainda um "simbolismo literal". "*Sendo certo que a articulação é uma gesticulação da boca, não é absurdo pensar que a articulação quer ser expressiva da realidade, assim como o é toda gesticulação*" (Garcia de Diego, 1951:72). As vogais principalmente expressam um simbolismo literal apreciável. Nas experiências, dominam as estatísticas de que a letra "a" é símbolo de extensão, claridade, expansão e alegria; "i", de altura, agudeza, pequenez, emoção intensa, irritabilidade; "o", redondez, ressonância; "u", profundidade, emoção depressiva, tristeza.

Entretanto o autor julga difícil fazer afirmações definitivas sobre o simbolismo sonsoro. Até mesmo estudiosos como Wartburg e Verdryes (apud Garcia de Diego, 1951) não têm uma posição fechada sobre o assunto, mas a Linguística teria que dar uma explicação para o simbolismo sonoro, já que sendo inegável, constitui-se numa categoria linguística. As discrepâncias que existem sobre o assunto dever-se-iam às diversidades de tipos de linguagem interior: haveria falantes e ouvintes mais sinestésicos, outros acústicos e outros ainda "malabaristas mentais". Na verdade, o simbolismo sonoro se originaria não na linguagem oral, mas na linguagem interior; a emoção é produzida pela palavra mental. A prova de que a afetividade em geral não é provocada pela textura sonora da palavra, mas pela idéia, pode ser feita na análise de qualquer poesia. O simbolismo da sensação acústica parte geralmente do significado, a confusão ou erro seria de direção perceptiva ou localização. De qualquer forma o simbolismo sonoro é tão verdadeiro para o estudioso como para o homem comum, embora tenha um valor relativo por ser subjetivo.

Este mesmo autor publicou um detalhadíssimo trabalho que envolve o estudo e a descrição das onomatopéias. Trata-se do "Dicionario de voces naturales" (1953), com milhares de verbetes, onde ele registra e exemplifica onomatopéias clássicas da língua espanhola e fornece, quando possível, a origem etimológica. Trata-se de um trabalho único, mas que, por sua extensão e detalhamento, não caberia registrar aqui.

Na verdade, é curioso observar como se dedica pouca atenção ao estudo das onomatopéias. Sem dúvida, isso de deve ao fato de que o conceito tradicional de onomatopéia aplica-se a poucas palavras da língua e não parece ser um fenômeno no qual valha a pena deter-se. Se o ampliarmos, entretanto, muitas possibilidades de análise se descortinam. Por exemplo, um filão interessante e ainda bastante inexplorado - e que, sem dúvida, cabe considerar quando se fala em

onomatopéia - é aquele que investiga a expressividade dos gestos articulatórios. Este é o caso do estudo de Mariner Bigorra (1986). Partindo também de Bühler e sua função expressiva, o autor se pergunta se esta característica estaria presente em interjeições e expressões emotivas somente no nível acústico. Faz notar, então, outros dois tipos de expressividade.

Uma expressividade visual que seria percebida nos movimentos faciais que a emissão de determinados sons exigem. "*Os movimentos podem ser associados, pelo ouvinte que observa, com o significado da palavra, ou mais concretamente com a coisa designada*" (Mariner Bigorra, 1986:83). Para corroborar esta afirmação, o autor menciona várias observações sobre os movimentos faciais necessários para a produção de alguns fonemas, algumas delas muito curiosas, como é o caso, por exemplo, de registros antigos de estudiosos romanos que pareciam se encantar e, algumas vezes estranhar, o modo de produção de determinados fonemas gregos que eram desconhecidos ao latim. Assim, para Quintiliano, o fonema "f" lhe parecia repugnar, já que para pronunciá-lo havia que "*assoprá-lo pelos interstícios dos dentes com uma dicção quase que não-humana, ou melhor, sem nenhum tipo de voz*" (Quintiliano, apud Mariner Bigarra, 1986:85). Ou então a divertida notícia de que a letra "z" perdeu seu uso e lugar primitivo no abecedário latino, eliminada por ordem - ou por influência - de Ápio Cláudio porque, na sua emissão "imitava-se o rictus de um cadáver" (Mariner Bigarra, 1986:86). Como se vê, os movimentos faciais necessários à produção dos fonemas não passa desapercebido pelos falantes.

Mas o autor acredita que haveria ainda um outro tipo de expressividade que ocorreria na emissão mesma do som, quando o falante tem a oportunidade de, através da própria articulação, "descarregar" ou "desafogar" emoções. Dito de outro modo, é possível falar, em alguns casos, de uma predominância da sensação muscular sobre a sensação acústica. Esse parece ser o caso de alguns pro-

longamentos expressivos de vogais e consoantes. Quando se grita a palavra "gol!", por exemplo, há, em espanhol, a pronúncia andaluz "góooo...!", que alonga a vogal e come a consoante, e há a pronúncia castelhana "golllll...!" Será que não gozam mais estes últimos, pergunta-se o autor, quando apertam a língua contra o alvéolo, ao invés de tê-la inerte, curvada para trás? Para não ir muito longe, Mariner Bigorra conta um caso que acabava de acontecer à secretária que manipulava a lista em ordem alfabética dos sobrenomes de autores participantes do Simpósio que incluía este mesmo artigo. Ela prolongava inesperadamente os "enes", enquanto dizia: "...hace unnnn momennnnto, creí ver por ahí a otro Fuennnnte". Quando perguntada sobre esse procedimento, esclareceu que, enquanto prolongava os sons, "ganhava tempo". O comentário do autor é o seguinte: "*'N' longa, gesto de detenção, desenho sobre o papel que se tem diante, enquanto se está com a atenção em outra coisa, atividade suspensa em que se procura 'estar quieto' para não distrair-se do principal... Será possível algumas dessas saídas ao exterior?*" (Mariner Bigorra, 1986:87).

Haveria ainda que se considerar como exemplos de expressividade na produção, fenômenos que nem sempre são reconhecidos como expressivos pelo estudo diacrônico, como é o caso das chamadas "geminações afetivas". Há aquelas que fazem parte do vocabulário infantil - como "mamá" - e que não necessitam nem de explicação. Mas há casos que não parecem poder ser justificados mediante a referência ao balbucio infantil; por exemplo, as geminadas latinas em designações de partes do corpo, por assim dizer, facilmente caricaturáveis: "nassus" (nariz), "bucca" (boca) e, sobretudo em designações de defeitos e problemas físicos: "flaccus" (fraco, esquálido), "gibbus" (corcunda), "lippus" (remelento). Concluindo, o autor observa que "*uma atenção a esta expressividade do emprego infamante ou insultante, ou pelo menos depreciativo, parece mais capaz de en-*

contrar razão para o esforço de tensão que uma geminada supõe" (Mariner Bigorra, 1986:90).

Outro interessante trabalho sobre expressidade que bem pode contribuir para a tarefa de repensar a questão da onomatopéia, sugerindo outras maneiras pelas quais a linguagem procura imitar a realidade, é o de Bastardas (1989), que dedica-se a analisar a expressividade das palavras que significam "beijo" em diversas línguas e dialetos. Partindo do termo utilizado na língua catalã, "petó" (antigo "potó"), o autor examina separadamente três tipos de expressividade: semântica, acústica e visual.

Do ponto de vista semântico, a palavra não oferece dificuldade de derivação etimológica: é diminutivo de "pot" (lábios), significando, portanto, "lábios pequenos". A mesma palavra "pot" designa "beijo" em gascão e basco. Essa derivação talvez possa explicar também "poton" em occitano, embora o autor pretenda sugerir uma hipótese complementar mais interessante adiante. A palavra se constitui, portanto, numa exata descrição daquilo que designa, já que para se dar um beijo os lábios devem contrair-se até se tornarem pequenos. O autor vê aí um paralelismo com a forma latina "osculum" que não é senão um diminutivo de "os" (boca). Muito diferente é a expressividade da palavra "sauium", do latim antigo e popular, cujo significado etimológico é "coisa doce". Todas são palavras descritivas, mas, enquanto as primeiras descrevem a ação, a última reflete mais o efeito - a sensação de suavidade - experimentada pelo receptor. Já o termo grego que designa "beijo" significa etimológicamente "sinal de amizade", fazendo uma alusão àquilo que é a causa da ação: a estima, o respeito, o amor. Por outro lado, o termo latino mais recente "basium", de origem incerta, não parece ter uma expressividade semântica veemente ou, pelo menos, que permita estabelecer uma relação evocadora entre palavras etimologicamente aparentadas. Após uma série de considerações, o autor conclui pela possibilidade de ver em "basium" uma cri-

ação expressiva formada sobre o modelo de "sauium", sob a influência da linguagem infantil que, como veremos adiante, tem uma importância considerável sobre os outros termos que designam "beijo". Há ainda a raiz indo-européia "kuβ - kus", presente na palavra alemã "kuβ" e na inglesa "kiss" e que parecem também ter sua origem na linguagem infantil. Em francês, "ba" ou "faire un ba", que na expressão familiar apresenta a variação "faire un bi", parecem também ter sido determinadas por "basium" e são claramente onomatopaicas. O mesmo talvez se possa afirmar do termo galego popular "chucha" e "chucho" que, etimologicamente, querem dizer "chupão". A essa altura o autor faz referência à forma brasileira "muxoxo" - que, de fato, pode significar "beijo", como o atesta Buarque de Holanda Ferreira (1975) - confessando, entretanto, ignorar sua significação etimológica. Finalmente, há o termo latino "pax", usado pelos cristãos, e que no uso eclesiástico traduzia-se por "fratenidade". De qualquer forma, o estudo da expressividade semântica destes termos é importante sobretudo porque põe em relevo atitudes anímicas expressivas extraordinariamente diversas.

Do ponto de vista da expressividade acústica, todas as palavras que designam "beijo" (com exceção do termo grego e da palavra latina "pax", que não obriga ao arredondamento dos lábios) são veementemente acústicas. É o caso do occitano "poton" e do catalão "potó"; palavras dissílabas e oxítonas compostas de um "p" inicial e duas vogais labiais separadas por uma dental surda: uma verdadeira explosão, uma explosão surda. Mais discreta é a expressividade do latim "osculum", provocada especialmente pela repetição insistentte das vogais labiais. Já a forma "sauium" perdeu um pouco da sua expressividade acústica, embora mantenha os elementos labiais; talvez isto explique o êxito de "basium", que com um "b" inicial reflete uma expressividade acústica mais satisfatória, aliada a uma clara expressividade visual. Todas as demais palavras daí derivadas mantém essas expressividades básicas: o português e galego "beijo", o castelhano "beso", o

sardo-logudorês "básu", o italiano "bacio", o francês "baiser", o antigo provençal "baizar", o catalão "besar". Sobre a expressividade do galego "chucho" e do brasileiro "muxoxo", ambos com reduplicação de sons, o autor confessa não poder dizer nada além do que os próprios termos sugerem. Também é clara a expressividade do galego "bico" e do gascão e basco "pot". Embora de outra maneira, também são expressivas "kiss" ou "kuβ".

Quanto à expressividade visual, que aparece aliada à acústica, há que lembrar que os movimentos faciais, sobretudo labiais, podem frequentemente ser dissimulados, mas também podem ser exagerados, de acordo com as cirscunstâncias. Está claro que todas estas formas mencionadas apresentam uma estrutura fônica tal que os lábios tomam uma forma arredondada, coisa que evoca, ou melhor dizendo, imita, a contração labial do beijo. Alguém poderia objectar, lembra o autor, dizendo que esses movimentos são imperceptíveis ou que a expressividade visual é simples consequência da acústica, mas ele se propõe a apresentar um argumento que prova o inverso.

Não podemos nos esquecer que o beijo é um ato cultural, e como tal, é ensinado à criança, sobretudo por sua mãe, assim como lhe são ensinados os primeiros sons através do mesmo procedimento utilizado para ensinar a articular e reduplicar os sons e as sílabas presentes, em geral, nas primeiras palavras. A criança olha para o rosto da mãe e procura imitar o movimento dos lábios e os sons que ouve. No caso do beijo, o que tem uma importância primordial é que o movimento dos lábios sejam sugestivos; por outro lado, não tem tanta importância que a palavra tenha um significado etimológico evocador. Esse fato leva o autor a concluir que a expressividade visual é mais importante que a acústica e a acústica mais que a semântica. Assim, não é de se desprezar a idéia de que "poton" tenha sido uma invenção das mães occitanas, que procuravam pronunciar a palavra com ênfase, estimulando seus filhos a aprenderem a beijar. O termo latino "basium" há

de ter também uma explicação parecida. Confirma-se, portanto, a importância cabal da expressividade visual na formação e mudança das palavras.

De uma outra natureza é o trabalho de Garcia Mouton (1987) para quem a motivação é mais visível em algumas áreas do vocabulário. Haveria, assim, certos campos nocionais não bem fixados, onde se percebe mais claramente restos do legado cultural de antigas crenças, como por exemplo, em palavras pertencentes à fauna, à flora e aos fenômenos atmosféricos que escapam à denominação objetiva. A autora dedica-se, então, a estudar a motivação em nomes de animais. Através do estudo de mapas dialetais é possível rastrear essas denominações enraizadas na cultura popular que estão especialmente caracterizadas por uma vinculação da língua ao ambiente material e espiritual do povo que a fala. Nos dialetos ibéricos, por exemplo, nas diversas denominações de animais silvestres - tais como, a raposa, o vagalume, a libélula, o morcego, a joaninha, o gafanhoto - com os quais o homem rural tem uma relação especial, a motivação adquire um papel importante. Em geral, estes nomes revelam características reais ou imaginárias, muitas vezes herdadas das superstições e medos antigos. A autora fala de um "*animismo primitivo subjacente na mentalidade popular e que hoje já não se pode perceber-se em alguns casos*" (Garcia Mouton, 1987:190). Observa também que esse fenômeno é muito mais típico do falante rural, distantes dos grandes centros de irradiação linguística e, portanto, com maiores possibilidades de fugir da nivelação geral, amparados que são pelos dialetos.

Para repensar a questão da onomatopéia, sem dúvida seria de grande interesse considerar e cotejar outras análises sobre simbolismo sonoro[1]. De qualquer forma, tendo em vista os estudos aqui apresentados, já é possível sugerir que o simbolismo sonoro não é um fenômeno restrito à linguagem poética. Desde que se amplie o conceito de onomatopéia, ele parece pulular tanto na linguagem infantil como na linguagem do homem comum. Deveria, portanto, ser alvo de gran-

de interesse para os estudos linguísticos. De fato, chegou a sê-lo anos atrás. Para Todorov, por exemplo, "*é quase impossível encontrar um autor que esteja tão pouco interessado nos problemas de linguagem que não tenha emitido uma opinião sobre o simbolismo sonoro ou que não o tenha praticado de uma maneira ou de outra*" (Todorov, 1972b:53). Como já mencionamos anteriormente, não é isso o que se observa nos dias de hoje. Seria o caso de nos perguntarmos a que se deveria tal expurgo? Tudo nos leva a crer que isso se deve exatamente ao fato de que um aprofundamento no tema leva necessariamente ao questionamento de preceitos sagrados que sustentaram e ainda sustentam parte da Linguística: o caráter arbitrário da língua, o conceito clássico de representação e a idéia de que a linguagem é essencialmete estática.

No que diz respeito à natureza das onomatopéias, fica patente que é imperioso substituir o conceito clássico em favor de uma visão que exclua como simplificadora qualquer sugestão de que signo motivado naturalmente é somente aquele que realiza uma cópia servil da realidade. Neste sentido, é possível concordar com Toussaint (1982): a onomatopéia clássica é somente uma manifestação superficial da motivação na linguagem. A linguagem apreende a realidade de infinitas maneiras, manifestando, em cada uma delas, tentativas de imitação de natureza variada.

Para finalizar esta seção, gostaria de sugerir uma possibilidade que não foi claramente mencionada em nenhuma destas pesquisas. Quando pensada no domínio de uma língua exclusiva, acredito ser possível considerar que, na tentativa de captar a realidade, as palavras buscam reproduzi-la por tentativas que não envolvem somente os sons efetivamente utilizados, mas também os que são sugeridos ou evitados. Seria válida, portanto, neste domínio também, a teoria saussureana do valor: dentro de uma mesma língua, o valor significativo de um som, sua expressividade sonora se define também por oposição aos valores sig-

nificativos de outros sons. É por isso que nem sempre o simbolismo sonoro de idiomas distintos pode ser estudado com o mesmo critério, em distintas épocas. É neste sentido que Jakobson censurava a Saussure utilizar a diversidade das línguas como argumento para a arbitrariedade do signo e é neste sentido também que tentar provar a motivação somente através de exemplos de uma dada língua é uma tentativa fadada a fracassar. Entretanto, também no domínio das onomatopéias, se pode falar em "universais"; o próprio Jakobson os buscava, por exemplo, quando pesquisou os termos que designam "mãe" e "pai" em vários idiomas. Esse é um dos aspectos que a pesquisa sobre o simbolismo sonoro teria que explicar, mas, de maneira geral, é possível dizer que a nossa própria língua nos faz ver em falsa perspectiva o simbolismo sonoro das demais.

NOTAS

[1] Há outros trabalhos que não foram aqui mencionados, mas que poderiam também ser utilizados para se repensar a questão da onomatopéia. É de se destacar, por exemplo, trabalhos de autores ligados à Universidade de Berkeley que investigaram o simbolismo sonoro em nomes de pássaros e de cores como o de BERLIN, B. & KAY,P. (s/d) - Universality and evolution of basic color terms, Working Paper nº1, Laboratory for Language-Behavior Research, U.C.Berkeley.

Além disso, trabalhos recentes na área de Fonética, especificamente sobre prosódia, também poderiam ser utilizados. Ver a esse respeito CAGLIARI,L.C. (1992) "Da importância da prosódia na descrição de fatos gramaticais" in Ilari, R. (org.) Gramática do português falado, vol II, Editora da Unicamp, Campinas.

No que diz respeito a trabalhos que pudessem funcionar como argumentos em favor da não-arbitrariedade da língua, valeria a pena também ter em mente

pesquisas sobre iconicidade na sintaxe, um interessante filão a ser explorado. Há um livro organizado por HAIMAN, J. (1983) - Iconicity in syntax, John Benjamins Publishing Company, Amsterdan/Philadelphia, 1985 - que não só inclui artigos sobre iconicidade na sintaxe, mas traz também artigos como os de BOLINGER, D. "The inherent iconism of intonation"; SLOBIN, D. I. "The child as a linguistic icon-marker" e WIERZBICKA, A. "'Oats' and 'wheat': the fallacy of arbitrariness".

Veja-se também os seguintes artigos de revistas especializadas: WESCOTT, R. W. (1971) - "Linguistic iconism" in Language, 47, nº 2; NEWMEYER, F. J. (1992) - "Iconicity and generative grammar" in Language, vol 68, nº 4; ARNDT, H. & JANNEY, R. (1991) - "Verbal, prosodic and kinesic emotive contrasts in speech", in Journal of pragmatics, nº 15; WOODWORTH, N. L. (1991) - "Sound symbolism in proximal and distal forms" in Linguistics , 29-2; COYAUD, M. (1973) - "Non-arbitraire de quelques signes linguistiques naturels" in Cahiers internationaux de symbolisme, nº 26; DUCROT, O. (1973) - "Humboldt et l'arbitraire linguistique" in Cahiers internationaux de symbolisme, nº 26.

CAPITULO 3: LINGUAGEM E MIMESE

3.1. - A tensão entre linguagem e realidade

Para iniciar este capítulo acredito ser útil fazer uma retomada geral das questões que nos ocuparam até agora e rever as conclusões que foram se delineando pelo caminho. O objetivo inicial do trabalho era focalizar a atenção no fenômeno que eu chamei de "dinamismo da linguagem", algo na sua maneira de ser que a torna capaz de expressar o movimento. Trata-se de um fenômeno que vislumbrei durante uma experiência de leitura de um texto filosófico de Henri Bergson, instigada pelo próprio conteúdo do texto, que aconselha o uso da intuição como método adequado para captar o movimento, a duração e a fluidez do objeto que se quer focalizar. Um sério descompasso, entretanto, se estabeleceu entre a minha intenção - captar o movimento na linguagem - e as próprias observações do autor: para ele a linguagem é, por excelência, estática, incapaz, portanto, de transmitir a fluidez e o movimento da realidade. A questão que se colocou, então, foi a seguinte: como é possível que o papel da linguagem seja o de fixar o movimento e impedir que o nosso espírito atinja a essência dinâmica das coisas, se foi única e exclusivamente pela linguagem do autor que eu pude perceber a duração? Este descompasso transformou-se, assim, no meu objeto de investigação e, daí em diante, busquei procurar traços, marcas, evidências na própria linguagem que a tornam capaz de sugerir o fluxo e o caráter movente da realidade, em outras palavras, minha tentativa foi a de demonstrar que a linguagem é, por natureza, dinâmica.

Como que exemplarmente, propus-me a entender as razões que levam Bergson a defender seu ponto de vista que, aliás, é o mesmo de muitos outros teóricos para quem a natureza cristalizadora das palavras, o poder lógico e esquemático da gramática, o caráter racional da linguagem, enfim, a tornam um obstáculo intransponível na luta para expressar as emoções. Para Bergson, isso é consequência do fato de que a linguagem é fruto exclusivo da inteligência, instrumento natural de interpretação do mundo, que busca incessantemente a fixidez, desvia o olhar da transição, para poder proceder à análise. Ora, a linguagem, como seu mais puro produto, seria investida, portanto, de um simbolismo que só pode articular-se espacialmente, pois agrupa feixes de percepção sob uma única palavra e representa de modo descontínuo e articulado aquilo que é essencialmente temporal, pura continuidade e fluência, como o fluxo da duração ou as emoções humanas. Para Bergson, tal simbolismo se funda na arbitrariedade da linguagem, já que não é possível descobrir uma relação natural da cada palavra com aquilo que ela simboliza. Supor as coisas de outro modo seria admitir a possibilidade de uma transfiguração da linguagem em si mesma e isso, no limite, é supor que seria possível estabelecer uma relação positiva entre linguagem e realidade e para Bergson essa relação é negativa.

Analisando as soluções que se propõe ao filósofo (e ao escritor) para superar tal impasse entre intuição e expressão - o uso de uma linguagem imagética e de um estilo que sugira, por si só, o movimento - detenho-me particularmente na questão do estilo e do ritmo do texto.

De fato, o texto bergsoniano não só parece explorar significativamente a cadência e a sonoridade das palavras, como chega mesmo a sugerir que, no desenrolar do discurso, as palavras ligam-se umas às outras, indefinidamente, pelo som e pelo sentido. Ora, eu me pergunto, como é possível que as palavras se

liguem pelo som? Identifico nisto uma brecha para colocar em questão a absoluta arbitrariedade da linguagem.

Pinço, portanto, para submeter a uma revisão, dois temas que parecem estar estreitamente ligados e que vão se constituir em pedra de toque para defender a tese do dinamismo da linguagem: a arbitrariedade do signo linguístico, ou seja, a relação significado/significante e o conceito de representação, ou seja, a relação linguagem/realidade. Tomo emprestadado de Bergson o conceito de "tensão" que, segundo o autor, é exatamente aquilo que experimentamos quando nos instalamos no interior do próprio fenômeno que buscamos captar - e que havia de fato sido experimentado por mim na experiência de leitura de seu texto - e proponho que examinemos estes dois temas à luz de tal conceito, o que possibilitaria buscar um caminho do meio, uma terceira via para considerar os pares que compõem os dois temas, tradicionalmente encarados como antinomias irredutíveis ou como dualidades opostas.

Antes de enfrentar o primeiro tema, a arbitrariedade do signo, é preciso realizar um ajuste terminológico. Opto por delimitar dois sentidos básicos do termo "arbitrário", a saber: "instituído" e "não motivado naturalmente" (ou "imotivado)" e lanço minha hipótese de trabalho: é preciso distinguir estes dois sentidos do termo, não colocar em questão o primeiro, ou seja, admitir o caráter instituicional da linguagem, mas problematizar o segundo, buscando atenuar a idéia de uma ausência absoluta de motivação natural dos signos. Em outras palavras, defender a idéia de que existem qualidades intrínsecas do significante, sejam elas naturais, linguísticas ou culturais que, independentemente da sua instituição como significante, são expressivas e contribuem para a significação. É exatamente esta possibilidade, parece-me, que pode fornecer uma das justificativas para não se considerar a linguagem como um fenômeno estático mas sim dinâmico pois, a meu ver, o som realiza na linguagem a duração.

Para defender este ponto de vista, venho realizando uma revisão bibliográfica da questão do arbitrário, buscando autores que se pronunciaram sobre o assunto tanto para defender o princípio como para questioná-lo. É neste ponto crucial, que talvez não tenha ficado suficientemente claro para o leitor, que quero interromper esta digressão resumitiva que tive necessidade de realizar para justificar meu propósito atual.

Considerando-se os pontos nevrálgicos em torno dos quais a discussão da arbitrariedade se deu e tem se dado, a impressão que se tem é que a questão gira em falso, sobre si mesma e que, por mais que avancemos, não saímos do mesmo ponto. Cada um dos autores preferiu atacar o problema de uma forma, mas, embora isto não esteja absolutamente explícito, a questão que se revela por detrás desta discussão tem a ver na verdade com a maneira como cada autor concebe a relação entre linguagem e realidade, ou seja, diz respeito ao conceito de representação.

Voltemos a considerar a distinção forma/substância que nos serviu de parâmetro para avaliar os pontos de vista dos diferentes autores no capítulo anterior. Ora, admitir e trabalhar com a hipótese de que tal distinção é clara e nítida é, no limite, supor uma absoluta independência entre linguagem e realidade. Se há um nível da língua, o da forma, que é absolutamente distinto da realidade, então um não depende do outro. Na verdade, o que os autores que questionam a absoluta arbitrariedade do signo põem em dúvida é precisamente esta independência. Veja-se como os argumentos que utilizam tendem a desfazer o limite estanque entre os dois níveis. Benveniste reprova Saussure por ter excluído, na definição inicial do signo, a própria coisa (entenda-se, o objeto). Jakobson descarta a idéia de signos "puros" (que se articulariam somente no primeiro nível da distinção), esforçando-se em demonstrar como os sons linguísticos (a linguagem) imitam sons não-linguísticos (a realidade). Para Fónagy, signo motivado é aquele que admite uma parcela da realidade em seu significante. Ora, não é por acaso que eles põem

em questão o princípio da arbitrariedade, enquanto Todorov, fiel à doutrina estruturalista, o reafirma, mantendo intocada a distinção e a independência entre o nível da forma e o da substância.

O que parece ficar claro é que somente quando se abandona, ainda que momentaneamente, a idéia de uma independência absoluta entre a linguagem e a realidade é possível vislumbrar a ligação natural entre signos e coisas e com isso perceber o dinamismo e o movimento na linguagem. Somente quando, por um processo de total imersão no fenômeno, deixamos agir a intuição - e não só a inteligência que a tudo necessita separar, distingir e classificar - é possível "ver" como a realidade penetra a linguagem, como as palavras "são" o real e, então, perceber o fluxo e o caráter movente da linguagem.

Sem dúvida, abrir mão da indepência entre forma e substância contraria um princípio extremamente precioso à ciência da linguagem, mas não se trata de supor uma fusão entre o mundo e as palavras que o designam; trata-se, antes, de conceber a linguagem e a realidade como fenômenos em permanente tensão, onde uma delas ora penetra, ora é penetrada pela outra, ora aceita e ora impõe restrições, distinguindo-se e confundindo-se ao mesmo tempo entre si. Somente tal possibilidade permite, a meu ver, realizar o abandono que não é outro senão o da pretensão a uma adequação exata entre linguagem e realidade do qual nos falava Franklin Silva (1991) e que, por sua vez, é o mesmo abandono que Michel Lahud (1977) aconselhava: o de um conceito clássico de representação.

Por outro lado, esta seria também uma maneira de evitar o profundo imaterialismo que acabou por caracterizar a Linguística, apontado por Toussaint (1983) e mesmo por críticos mais recentes do estruturalismo. Para Dosse (1991), na língua vista como sistema, uma unidade linguística remete sempre a outra, numa combinação puramente endógena; tal concepção acabou por promover um

fechamento da língua sobre si mesma e um imaterialismo que se expressa claramente na idéia de que a língua é forma e não substância.

Examinemos mais detidamente qual é a relação entre tal concepção e o princípio da arbitrariedade. Supor que a linguagem não depende da realidade e vice-versa é admitir também que é possível conceber uma sem a outra. Ora, é tal concepção que conduz necessariamente à ideia de que o signo é arbitrário: se existem duas coisas absolutamente independentes - o real e os signos que o designam por meio de sons - é inevitável supor que somente por um mecanismo arbitrário seria possível que um refletisse o outro. Como poderia ser diferente? Tanto isso é verdade, dizem os que assim pensam, que é possível designar a mesma realidade por sequências sonoras que variam de uma língua para outra e é isso que a diversidade das línguas prova. Assim, por exemplo, o mesmo significado é designado por significantes distintos nas várias línguas. Mas quando assim se pensa, admite-se também que tanto os significantes como os próprios significados tenham existência independentemente da perspectiva que se tem que adotar para poder falar deles: a língua em questão. Em outras palavras, apelar para a diversidade das línguas como argumento em favor da arbitrariedade é admitir que os sons são uma espécie de rótulo aleatório das coisas e, na medida em que a mesma coisa é designada por uma sequência sonora diferente, fica logicamente implicado que os significados e os sons pré-existem ou têm existência própria, independentemente da estrutura organizada que possibilita fazer referência a este fenômeno: a linguagem.

Ora, tanto os significados quanto os sons - e a própria realidade - só podem ser pensados a partir da linguagem, ou melhor, de dentro da linguagem, já que é impossível colocarmo-nos numa perspectiva externa, que prescinda da linguagem, para conceber tanto ela mesma como a própria realidade.

Talvez o leitor não aceite tão facilmente tal raciocínio, mas para convencê-lo consideremos o seguinte ponto. De fato, literalmente falando, é impossível negar que o animal "boi", por exemplo, tenha existência no mundo, independentemente da linguagem. O mesmo se pode dizer dos objetos concretos ou dos referentes que são designados pelos dêiticos na linguagem. Claramente se vê aí então uma distinção entre mundo e palavra e uma correspondência mais ou menos unívoca. Entretanto, não é possível dizer o mesmo quando o que está em jogo são, por exemplo, conceitos abstratos. Qual é o correspondente, no nível da realidade, para o conceito "correspondência"? Como se vê, não parece ser possível dizer que tal distinção seja verdadeira para toda a linguagem.

Já que não é válido falar de uma realidade "em si", "extra-linguística", a única saída, a meu ver, é abolir a distinção estanque entre linguagem e realidade, sem querer dizer com isso, entretanto, que a linguagem possa desfrutar de total autonomia em relação ao mundo. Vejamos um caso concreto de criação e desenvolvimento de uma palavra - no caso, um conceito - para observar de que forma participam deste processo tanto a linguagem como a realidade. Ilari & Oliveira (1991), em "Considerações linguísticas sobre a gênese de um fato científico", exemplificam este processo. Os autores retomam o histórico feito por Ludwig Fleck, um epistemólogo polonês, acerca da formação, desenvolvimento e fixação do atual conceito da sífilis, enquanto doença, procurando ver aí o papel da linguagem. Fleck faz referência à importância heurística daquilo que chama de "proto-idéias" - idéias vagas e diluídas que se desenvolvem através dos tempos - e que efetivamente constituem o moderno conceito da doença. Fleck mostra como a passagem do conceito da doença de uma "comunidade de pensamento" a outra nada mais é do que uma sucessão de "metáforas", ou seja, um processo de associação de diferentes domínios ao conceito da doença: inicialmente influenciada pela astrologia, a doença é associada aos órgãos genitais; em seguida a Igreja a apresenta

como um "castigo carnal"; associa-se, na sequência, a um medicamento, o mercúrio; estabelece-se como doença "do sangue", quando é associada, pela crença popular, aos "humores subjetivos do corpo" e, por último, a idéia de "espíritos maus" que adentram o corpo já atualiza-se nas primeiras tentativas de identificar o microorganismo causador da doença. O papel da linguagem nesse processo não passa desapercebido ao próprio Fleck. Retoma de um psicolinguista a tese de que a linguagem não teria sido arbitrária em suas origens, consistindo antes "*na transferência de experiência a um material suscetível de ser moldado com facilidade e sempre disponível*" (Fleck, 1935, apud Ilari & Oliveira, 1991:101). "*Estendendo essa propriedade às idéias, pode então descrevê-las como um outro material disponível, plástico e suscetível de ser contaminado de experiência. Excluído qualquer papel fundante da convenção, palavra e idéia evocam a experiência de maneira psicologicamente densa, isto é, mágica, dogmática e reverencial*" (Ilari & Oliveira, 1991:101).

A conclusão dos autores a esse respeito é a seguinte: no processo de desenvolvimento de um conceito, a experiência altera a linguagem, que muda a experiência, que reorganiza a linguagem, ao mesmo tempo que a linguagem circula. Neste processo, Fleck observa como o caráter fortemente plástico da linguagem tem papel importante. O que se entende disto é que esse caráter plástico da linguagem - que não é outro senão a sonoridade das palavras - é que se deixa contaminar pela experiência, pelo real, ao mesmo tempo que o contamina. Já se vê, portanto, que não é possível excluir ou ignorar o papel da realidade no estabelecimento da linguagem, na próprio processo de instituição das palavras.

Neste sentido, pensar a relação linguagem/realidade como uma tensão é pressupor que tanto uma como outra se definem no momento mesmo da relação. De certa forma, é como se estendêssemos o princípio saussureano do valor para fora dos limites da linguagem de forma a abarcar também o mundo. É somente

quando se contrapõem ao mundo que as palavras se estabelecem e vice-versa. É por isso que a linguagem não só representa e indica a realidade como pode também criá-la. Ela subsiste na tensão entre o atrelamento e o descompromisso com a realidade, que, por sua vez, determina e é determinada pela linguagem.

Admitida tal possibilidade, fica mais fácil aceitar também a idéia de que as palavras sofrem um constante processo de desmotivação e remotivação. Se se quiser ver as coisas de um ponto de vista estritamente linguístico, é possível considerar que tal tensão se transfere para o interior do signo: significado e significante se instituem como tais, não somente porque mantêm relações formais de oposição dentro do sistema, mas também porque, enquanto elementos que não podem ser concebidos independentemente dos seus duplos no nível da realidade - o objeto e o som - acabam por desenvolver atrações naturais recíprocas, no dizer de Otávio Paz (1984) "afinidades e antipatias, uniões e oposições", que estamos chamando aqui de processos de desmotivação e remotivação.

E qual é, de fato, o papel da instituição? No caso de signos claramente desmotivados, o que garante o laço entre significado e significante é exclusivamente o fato de ter sido assim instituído. De fato, isto ocorre porque a linguagem não tem um compromisso constante com a realidade: ela pode, às vezes, ignorá-la. O que garante a designação, nestes casos, é a instituição; mas, lembremo-nos, um motivo não desaparece sem deixar vestígios. Há, portanto, signos para os quais estes motivos são mais evidentes, para estes não é possível dizer que a instituição, por si só, seja suficiente. A instituição é completada por uma (re)motivação. É neste sentido que afirmei anteriormente que a instituição é sempre condição necessária à linguagem, mas nem sempre é condição suficiente. Há casos em que as qualidades naturais ou culturais dos sons que "informam" o significante são decisivas para a significação. Não se pode pode dizer que todas as palavras são motivadas, mas, de fato, todas são instituídas.

Como chegamos a concluir no capítulo anterior, se ampliarmos o conceito de onomatopéia, veremos que a (re)motivação é um fenômeno que ocorre na linguagem mais abundantemente do que tradicionalmente se considera. Admitida esta hipótese, entretanto, outras questões se colocam como fundamentais.

3.2. - Origem da linguagem e mimese

Ao longo do trabalho, por mais de uma vez, esbarramos em um tema que parece insistir em se colocar na discussão. Quando refletimos sobre a onomatopéia ou a motivação natural das palavras, sem dúvida é possível nos restringirmos a olhar para uma determinada língua, em um determinado estágio de desenvolvimento e assim examinarmos a questão de um ponto de vista restrito ao funcionamento do sistema de uma língua. Mas também várias vezes, tanto nós quanto os autores que refletiram sobre este tema, consideraram a idéia de uma motivação natural histórica, que teria ocorrido na gênese e que se deixaria entrever tanto pela etimologia das palavras, como pelas especulações teóricas em torno da origem. O termo "gênese" deve ser entendido não no sentido de primitivo, mas no de primário, definidor e fundante. Sem dúvida, delineia-se assim uma oposição: de um lado, uma motivação sistemática ou sincrônica; e, de outro, uma motivação histórica ou diacrônica.

No entanto, o que me parece é que trata-se de uma oposição relativa. Se, de fato, tal como apontou Fónagy (1972), os procedimentos arcaicos e evoluídos da lingagem convivem lado a lado, evidenciando que o passado não desaparece sem deixar traços, não é possível opor radicalmente motivação natural sincrônica e diacrônica. Neste caso, mais uma vez, pressupor uma relação de tensão entre opostos pode ser útil para considerar-se uma relação mais dinâmica entre gênese

e funcionamento da linguagem. Assim sendo, embora nosso interesse principal seja o de esclarer a questão da motivação natural sincrônica, justifica-se uma incursão ao terreno da origem da linguagem que, como se verá adiante, lança luz sobre nossas indagações. Este parece ser também o caminho que alguns autores escolheram.

Para Bühler (1933), a questão da onomatopéia não só nos leva a considerar qual é o "potencial pictórico" da linguagem atualmente como também obriga à pergunta: o que ocorreu nas suas origens? "*Já que nenhum ser humano, que saibamos, realiza uma escolha sem motivo, por que as escolhas originais haveriam de ser imotivadas e que coisa poderia ser mais simples que supor que, antes de tudo, se procura imitar de algum modo o novo objeto ao qual nos vemos chamados a responder, mediante novas reações vocais destinadas a designá-lo*?" (Bühler, 1933:82). Admitido este fato, não será possível dar outra resposta àqueles que mofam da teoria do "guau-guau" ou do "au-au", senão convidá-los a dar uma explicação mais plausível. Não se trata de estar contra essa maneira de ver as coisas, mas sim contra a incrível ingenuidade dos teóricos que, com isso, acreditavam estar dizendo coisas muito profundas sobre a origem da linguagem humana.

Há ainda outros cuidados que devemos tomar, segundo Bühler. Se considerarmos de um lado da balança o poder "pictórico" da voz humana e de outro a lei constitutiva da linguagem com seus ferrolhos, podemos dar um novo sentido à afirmação de Lázaro Greig (apud Bühler, 1933) segundo a qual somente em etapas muito tardias as palavras oferecem uma certa tendência a pintar os objetos. Assim, palavras claramente onomatopaicas hoje, adquiriram uma harmonia imitativa que não existia em suas raízes.

Em primeiro lugar, para Bühler, isso não se constitui numa prova contra a afirmação que anteriormente se considerou plausível, já que essas raízes a que

se refere Greig podem estar muito distantes da criação verbal primitiva. Em segundo lugar, devemos também admitir que essa influência mais tardia de pintar os objetos não vem do nada. É mais fácil admitir, portanto, que os ferrolhos já existiam no período pré-histórico para barrar o desenvolvimento total da tendência pictórica.

A questão que Bühler se coloca, a essas alturas, é a seguinte: terá havido um momento, na evolução primitiva da linguagem humana, em que se resolveu o problema de saber se os recursos pictóricos da linguagem se desenvolveriam ou não? Se houve, então a decisão deve ter sido tomada contra a predominância da onomatopéia e em favor de uma estrutura diferente da representação sonora, pois não é possível supor que o homem tenha escolhido o caminho da onomatopéia, para depois voltar atrás e apagar todas as pegadas dessa direção. Para o autor, tanto as investigações dos comparatistas, quanto as descrições de línguas de pigmeus contemporâneos, assim como a afirmação anterior de Geiger, revelam uma simples tolerância à atividade simbólica. Todas as possíveis objeções que poderiam ser feitas a essa interpretação caem por terra quando consideramos que "*a linguagem humana, tal como a conhecemos, que sem dúvida vacilou durante muito tempo na encruzilhada cujo letreiro da esquerda dizia 'lógica arcaica e representação onomatopaica das coisas' e o da direita 'linguagem simbólica', elegeu, como o faria Hércules, o caminho da direita (...) . A necessidade de pintar nasce destas amplas margens que ficaram livres pelo fato de que a linguagem adotou uma estrutura distinta e não-pictórica. Inclusive possui como próprio um pequeno campo perfeitamente cirscunscrito - cujo limite transborda um pouco - que é o dos nomes de ruídos. E atua 'last but not least' de uma maneira original no terreno da emissão expressiva acerca do qual não cabe tratar aqui*" (Bühler, 1933:86).

A encruzilhada que Bühler aponta poderia ser vista como uma espécie de metáfora que representa, na verdade, a encruzilhada que os estudos sobre a lin-

guagem tiveram que enfrentar e que revela o impasse de realizar uma escolha entre duas alternativas: admitir uma motivação natural, examinar a questão da origem, ou esquecer esse assunto. Neste texto, Bühler se mostra extremamente cuidadoso e se limita a apontar o próprio impasse. A Linguística escolheu a segunda alternativa. Aboliu oficialmente a questão da origem do âmbito de suas investigações, estabeleceu uma distinção clara entre gênese e funcionamento e, centrando fogo sobre este último, desenvolveu as bases da ciência da linguagem, tal como a aprsentam os manuais. Sem dúvida nenhuma, se deve a isso o enorme desenvolvimento que experimentou daí em diante. Mas nada nos impede hoje de retomar esta "denegação" e examinar a perspectiva que foi posta de lado.

Do nosso ponto de vista, o que Bühler parece não cogitar - e tampouco a Linguística - é que tal impasse pode não ter se dado dessa forma necessariamente, ou seja, talvez não tenha havido encruzilhada, nem tampouco setas indicando caminhos opostos, mas sim a fusão de dois caminhos em um só. Novamente aqui estamos às voltas com a terceira via, aquela que é fruto de duas tendências opostas. Pensar a linguagem como um campo onde as forças da desmotivação e da remotivação agem constantemente abole a idéia de impasse. Por tudo o que estamos considerando aqui, o mais plausível é supor que esta tenha sido a solução que o homem deu à questão.

As considerações de Bühler sobre esta questão foram objeto de atenção para outro autor que, como se verá mais adiante, traz contribuições decisivas para este trabalho. Trata-se de Walter Benjamin (1892 - 1940), filósofo alemão que, como observa Konder (1989), na relação que mantinha com os temas de reflexão, era um espírito curioso, sempre preocupadao com o risco de deixar escapar alguma dissonância significativa. Por isso mesmo, sua atenção se voltava, com frequência, para os aspectos que costumavam ser desprezados pela cultura ou

pelas ciências vigentes. Com certeza deve-se a tal característica, o interesse que ele demonstrou pelas observações de Bühler acerca das onomatopéias.

No artigo intitulado "O problema da sociologia da linguagem" (1935), é possível perceber como as reflexões de Bühler o haviam impressionado. A intenção de Benjamin nesse artigo é retomar a discussão da teoria onomatopaica sobre a linguagem, e ele vê, no artigo de Bühler, uma tentativa de "*realçar as circunstâncias que deram um ponto final às ocasionais inflexões onomatopaicas das línguas*" (Benjamin, 1935:161). Para Benjamin, Bühler não só não nega as possibilidades onomatopaicas da voz humana, como chega mesmo a considerá-las importantes, ainda que restringidas a uma lista de "ocasiões perdidas". Não só este artigo , mas toda a obra de Bühler, parece ter sido objeto de atenção de Benjamin, que vê como promissora, para o ponto de vista que ele próprio defende, a concepção de linguagem como "campo mostrativo" e o lugar decisivo que Bühler dá, na origem da linguagem, ao estímulo e ao sinal.

Além de Bühler, Benjamin reúne argumentos vários que vão desde os conceitos mítico-linguísticos de Cassirer (que veremos mais adiante) às conclusões de Piaget e Vygotsky sobre a relação linguagem e pensamento. Mas seu objetivo maior é conduzir o leitor para o trabalho de Richard Paget (1925, apud Benjamin, 1935) que é o ponto alto do ensaio.

Para Benjamin, Paget consegue captar o desenvolvimento da verdadeira "energia da linguagem" ao postular, para além da função semântica das palavras, o caráter expressivo que lhes é inerente e que se revela em suas "forças fisionômicas". Paget concebe a linguagem, antes da mais nada, como uma "gesticulação dos instrumentos da fala". Assim, o que teria ocorrido em primeiro lugar não foi o som, mas o gesto, que não se modifica com o som. Prova disto seria que a maioria das línguas não perde em compreensibilidade se utilizadas em tom de sussurro. O elemento fonético estaria fundado, portanto, no mímico-gestual.

Á conclusão semelhante havia chegado também Marcel Jousse (apud Benjamin, 1935): "*O tom característico não é necessariamente de índole onomatopáica, segundo se afirma com excessiva frequência. A tarefa do som é antes a de aperfeiçoar a significação de um determinado comportamento mímico. Mas no limite é um fenômeno concomitante, um apoio acústico de uma linguagem de gestos ótica e compreensível por si. Paulatinamente se adiciona a estes gestos característicos seu tom correspondente. E, se essa gesticulação procurada pela boca e pela garganta acabava por ser menos expressiva, era também menos cansativa, exigia menos energia que os gestos do corpo ou mesmo somente das mãos*" (Jousse, apud Benjamin, 1935:190).

Benjamin coteja e vê coincidências entre as reflexões de Paget/Jousse e as observações que Bühler realiza, em outro trabalho, acerca do comportamento linguístico de três crianças durante o processo de aquisição da deixis que, de fato, parece fortemente determinada pela emissão de sons dentais.

Com estas explicações, diz Benjamin, "*sai ao encontro da superada teoria onomatopáica, que se poderia denominar de mimética em sentido estrito, outra teoria mimética em sentido amplo*" (Benjamin, 1935:191). Tal teoria nos leva a afirmar que "*a linguagem falada só é uma forma de um instinto animal fundamental: o instinto do movimento expressivo mímico por meio do corpo*" (Benjamin, 1935:192).

As reflexões de Benjamin foram aqui rapidamente resumidas com o objetivo de adotarmos, daqui em diante, a idéia de uma teoria mimética em sentido amplo para poder pensar o problema da origem da linguagem. A intenção não é dar uma solução para tal problema, mas antes, pressupondo uma relação de tensão entre gênese e funcionamneto, chegar a compreender melhor o processo de (re)motivação na maneira como a linguagem funciona hoje. Uma teoria mimética em sentido amplo, portanto, recusa um conceito estreito de onomatopéia - reco-

nhecendo, inclusive, a importância do elemento articulatório - assim como também não aceita um conceito simplista de arbitrariedade. Em tal teoria está pressuposta a idéia de que a linguagem, de alguma forma, busca imitar a realidade, procurando reproduzi-la mimeticamente. Como isto se deu originalmente? Quais são as formas com que isto se revela nas palavras? Como é possível perceber a mimese da linguagem? De que forma participa desse processo o som das palavras? E como reside nisto o dinamismo da linguagem? São estas as questões que, dentro dos limites deste trabalho, procuraremos responder. Para tanto, nos apoiaremos, primeiramente, em Ernest Cassirer, buscando principalmente apontar coincidências, semelhanças entre suas reflexões e os pontos de vista que defendemos com o intuito de torná-los mais claros e detalhá-los.

3.3. - Cassirer e a metáfora radical

Em "Linguagem e mito" (1924), Cassirer vê na maneira peculiar de denotar da linguagem um parentesco estreito entre as formas linguísticas primitivas e o mito. Para o autor, o mito, a arte e a linguagem são vistos como símbolos eles mesmos, no sentido de que cada um deles gera e parteja seu próprio mundo significativo.

Assim, no que diz respeito à linguagem, não se trata de averiguar se a designação das coisas precedeu às das condições e das ações, ou vice-versa, já que foi a própria linguagem que produziu esta distinção. Cassirer procura assim evitar uma espécie de círculo vicioso na explicação que a lógica tradicional dá sobre a formação dos conceitos, explicação essa que, segundo o autor, "*choca a todo linguista que procura aprofundar-se na base espiritual da linguagem*" (Cassirer, 1924:41). Segundo a lógica, o conceito constitui-se quando certo número de obje-

tos semelhantes em determinadas notas características é reunido no pensar; abstraem-se as características heterogêneas e disso surge, na consciência, a idéia geral dessa classe de objetos. Mas, contrapõe o autor, como é possível que existam semelhantes "notas características", antes do fato da denominação? Ou seja, dizer que o conceito é uma abstração não resolve o problema da "origem da linguagem". Para explicá-la "*não importa tanto o 'de onde' dos conceitos linguísticos, mas sim o seu puro 'quê', não a sua origem, mas a revelação da sua peculiaridade*" (Cassirer, 1924:50). O que importa, portanto, é se perceber o modo como a língua denota. Só isso explica, aliás, que a diversidade entre as várias línguas não seja somente uma questão de sons e signos distintos.

É exatamente nesta peculariedade na maneira de denotar que Cassirer vê um parentesco estreito entre as formas linguísticas primitivas e as formas de ideação mítica. Em ambas manifesta-se uma mesma forma de apreensão intelectual, que diverge dos processos daquilo que ele chama de "pensar teórico". Para explicar esta distinção, o autor apóia-se no trabalho de Herman Usener (apud Cassirer, 1924) sobre a formação e plasmação dos conceitos dos deuses que ele persegue pela via das nomenclaturas divinas.

Trata-se de uma investigação histórico-linguístico-religiosa onde se distingue as fases principais do pensar mítico. A mais antiga camada desse pensar caracteriza-se pela criação dos "deuses momentâneos" que não representam qualquer força da natureza, nem um aspecto especial da vida humana, pelo contrário, trata-se de algo puramente momentâneo, de uma excitação instantânea, de um conteúdo mental que emerge fugaz e torna a desaparecer. "*Cada impressão que o homem recebe, cada esperança que o atrai, cada desejo que nele se agita, cada perigo que o ameaça, pode vir a afetá-lo religiosamente, então esse 'deus momentâneo' é experienciado e criado*" (Cassirer, 1924:34). Conforme se repete, a intervalos definidos, dia após dia, ano após ano, a mesma série de atividades às

quais se liga o mesmo e invariável efeito, cada direção particular gera seu correspondente "deus especial", que representa um ponto de passagem necessário que a consciência religiosa deve atravessar para atingir o objetivo último: a conformação dos "deuses pessoais". E a condição necessária para o surgimento desses últimos é um processo histórico-linguístico: cada deus especial é investido de um nome especial, derivado do círculo de atividades que deu origem ao deus.

É nesta forma de plasmação intuitiva do mito - e não na formação dos conceitos teóricos - que está, para Cassirer, a chave que pode abrir a compreensão dos conceitos originários da linguagem: "*É preciso abandonar a idéia de apreensões estáticas advindas da contemplação reflexiva do mundo e nos voltarmos para o processo dinâmico que, do seu próprio interior, o som verbal desencadeia*" (Cassirer, 1924:54, o grifo é meu).

O pensar teórico visa sobretudo libertar os conteúdos dados ao nível sensível ou intuitivo do isolamento que se nos apresentam imediatamente. Associa-os a outros, compara-os entre si, concatena-os numa ordem definida. Procede assim "discursivamente", pois o conteúdo imediato é apenas ponto de partida para o caminho da percepção em suas múltiplas direções até, por fim, chegar a uma concepção sintética, um sistema fechado. Ocorre assim, um alargamento da percepção. O pensar mítico, entretanto, não se coloca livremente diante do conteúdo da percepção a fim de relacioná-lo e compará-lo com outro, mas colocado diante desse conteúdo, é por ele subjugado e aprisionado. O conteúdo momentâneo preenche completamente a consciência de modo que nada existe junto ou fora dele. Ao invés do alargamento da percepção ocorre o seu mais extremo estreitamento. Há um impulso para a concentração: o eu integra-se inteiramente a uma impressão momentânea, a realidade externa não é simplesmente contemplada e percebida, mas acomete o homem repentinamente, gerando uma grande tensão entre o sujeito e seu objeto, o mundo, no momento que a excitação subje-

tiva se objetiva, ao se apresentar perante o homem como um deus ou como um demônio. *"Tão logo ele se ergue acima da necessidade imediata, do medo ou da esperança do instante, transforma-se em um ser independente, que a partir de então, vive segundo sua própria lei, buscando conquistar configuração e duração"* (Cassirer,1924:55). Também a palavra, como um deus ou um demônio, não é para o homem uma criatura por ele próprio criada, *"mas se lhe apresenta como algo existente e significativo por direito próprio, como uma realidade objetiva"* (Cassirer, 1924:55).

A percepção da realidade objetiva seria então captada primeiramente não em conceitos lógicos mas em imagens míticas. É tal fato que confere à linguagem um caráter teleológico, ou seja, só o que é vital, só o que se destaca da série sempre igual das impresões sensíveis, só aquilo que se relaciona com os focos, com os centros do querer e do agir merece ser distinguido com o "selo" da significação que é o som da linguagem. Só assim é possível entender que o que importa não é tanto a semelhança "objetiva" da coisa, mas sim a maneira como os conteúdos são, através da ação, apreendidos. Então, tanto quanto na forma de plasmação mítica, a linguagem reflete, sobretudo, a forma do agir humano.

Estabelecida a conexão entre linguagem e mito e feita a diferenciação do pensar teórico e discursivo, Cassirer agora procura apontar uma raiz comum de onde teriam surgido o mito e a linguagem. Segundo o autor, atua neles a mesma forma de concepção mental que é o pensar metafórico. Mas semelhante emprego da metáfora não se limitaria a realizar uma mera "transposição" de conteúdos significativos de uma imagem para um correlato linguístico (tal como reza o conceito tradicional de metáfora), uma vez que a substituição de um por outro pressupõe, claramente, que ambos já estejam dados de antemão. Esta transposição precisa ser distiguida da metáfora verdadeiramente radical que é a condição da própria criação da classe em que ocorre a passagem . E essa criação não ocorre

arbitrariamente. *"Não é por um ato arbitrário(...) que se determina o nome de uma coisa; não se inventa um complexo fonético qualquer para introduzi-lo como signo de um certo objeto, como se faria com uma moeda. A excitação espiritual provocada por um objeto que se nos apresenta no mundo exterior é, ao mesmo tempo, o empuxo e o meio de denominar. As impressões sensíveis são as que o eu recebe ao encontrar-se com o não-eu e, dentre elas, as mais vivazes tendem por si mesmas à explicação vocal; constituem a base das denominações isoladas às quais procura chegar a fala de um povo."*(Cassirer, 1924:106).

Aqui mais uma vez é possível perceber a diferença entre os conceitos lógicos-discursivos e os conceitos mítico-linguísticos que se expressa não só na sua formação, mas também no resultado. Uma vez que os primeiros são o resultado de um processo de síntese, de reunião do singular com um todo - mas onde este singular não desaparece na soma total e sim defronta-se com a totalidade como algo independente e próprio - reina, no campo de concepção discursiva, uma clareza sempre crescente, fruto daquele alargamenteo da percepção. Já os conceitos mítico-linguísticos revelam uma tendência oposta: toda luz se reúne, se estreita em um único ponto, o ponto focal da significação. Tudo quanto se acha fora deste centro permanece praticamente invisível ou obscurecido. É por isso que não se deve tomar os conceitos linguísticos e míticos por sua extensão e sim por sua intensão, não tanto pela quantidade como pela qualidade. Este princípio é o mesmo que domina o conjunto do pensar mágico, segundo o qual basta alguém apoderar-se de uma parte de um homem (suas vestes, unhas ou excrementos) para conseguir domínio mágico sobre ele. O que isso mostra é que a analogia mágica não é simples analogia, mas identidade real. À luz deste princípio básico da metáfora mítica pode-se agora entender o função metafórica da linguagem e conceber a metáfora não como determinada tendência na linguagem, mas como sua condição constitutiva.

Contudo a linguagem não está vinculada exclusivamente ao pensamento mítico; nela opera, desde as origens, outra força, o poder do logos. "*Se a linguagem deve converter-se em um veículo do pensamento, moldar-se em uma expressão de conceitos e juízos,esta moldagem só pode realizar-se na medida que renuncia cada vez mais à plenitude da intuição (...) Há porém um reino do espírito no qual a palavra não só conserva seu poder figurador original como dentro deste o renova constantemente (...) Esta regeneração efetua-se quando ela se transforma em expressão artística*" (Cassirer, 1924:15). Cassirer se refere aqui à poesia já que, assim como a linguagem, a arte também se mostra, desde o princípio entrelaçada ao mito.

As palavras de Cassirer falam por si só em favor do ponto de vista que estamos defendendo. Há em Cassirer uma clara representação do conceito de tensão entre duas forças opostas que atuam na linguagem: o pensamento mítico e o pensar teórico, que exige a renúncia à plenitude da intuição. Mas esta é uma força que, no que diz respeito à origem, parece ter atuado na linguagem a posteriori e cuja força é constantemente atenuada pela renovação do poder figurador original das palavras. Ora, no nível do funcionamento atual da linguagem, não é possível deixar de ver na descrição deste processo uma semelhança com aquilo que chamamos de forças de desmotivação e remotivação das palavras, que atuam de forma constante e alternada na linguagem.

Não pode passar desapercebida também uma outra coincidência. Segundo o autor, a palavra não é vista pelo homem como algo que por ele próprio foi criada; como um deus ou um demônio, se lhe apresenta como uma realidade objetiva. Não parece haver, portanto, clara distinção entre o nível da realidade e o da linguagem; os dois níveis se confundem, se interpenetram. Residiria aí talvez o fundamento para aquela solução que, segundo Benveniste, o homem comum dá instintivamente para o problema da relação entre a linguagem e a realidade: há entre

as duas adequação completa, o signo encobre e comanda a realidade, ele é esta realidade. Foi buscando também dar ouvidos a este senso comum que, novamente segundo Benveniste, a Linguística não tinha ainda condições de abordar, que postulamos a necessidade de considerar uma relação de tensão entre linguagem e realidade para pensar a idéia de representação.

Mas é principalmente possível ver nas reflexões de Cassirer a confirmação de duas idéias que também defendemos. Em primeiro lugar, a de que não é por um ato arbitrário que se determina o nome de uma coisa e, em segundo lugar, o papel que o som verbal tem neste processo: o de desencadear, no próprio interior da linguagem, um processo dinâmico. Estas são, literalmente, suas palavras. Compare-se com aquelas que usamos algumas páginas atrás: o som realiza na linguagem a duração.

Estas coincidências parecem confirmar claramente algumas intuições acerca da linguagem que foram de fato experimentadas por mim na leitura de Bergson. Mas falta ainda uma confirmação final, uma explicação decisiva que chegue a resumir todas as questões das quais nos ocupamos até aqui; falta ainda um conceito que me permita explicar de que maneira chegamos a perceber semelhanças na linguagem e porque tal maneira está vinculada à esfera da temporalidade e do dinamismo. Tal conceito, eu o obtenho de Benjamin.

3.4. - Benjamin e a linguagem como arquivo de semelhanças

Em "A doutrina das semelhanças" (1933), a atenção de Benjamin recai sobre o que ele denomina de faculdade mimética do homem, que é não só a capacidade, mas também a tendência natural humana para produzir e engendrar semelhanças. Para o autor, os jogos e as brincadeiras infantis, por exemplo, estão im-

pregnados de comportamentos miméticos, que não se limitam à mera imitação de pessoas: a criança não brinca apenas de ser comerciante ou professor, mas também moinho de vento e trem. Qual seria a utilidade de tal adestramento da atitude mimética? - pergunta-se o autor. Sua opinião é a de que para responder a esta questão seria preciso investigar o sentido filogenético do comportamento mimético. Benjamin lembra, entretanto, que para avaliar esse significado para o homem primitivo, não bastaria considerar o sentido contemporâneo do conceito de semelhança, já que o círculo existencial regido pela lei da semelhança era, outrora, muito mais vasto, envolvendo o domínio do micro e do macrocosmo. Já o universo do homem moderno parece conter essas correspondências mágicas em muito menor quantidade.

Como isso pôde ocorrer? - indaga-se Benjamin. Trata-se da extinção da faculdade mimética ou de sua transformação? Falar hoje em semelhanças é sempre relativo, já que não dispomos mais de uma percepção que nos permita, por exemplo, falar de uma semelhança entre uma constelação e um ser humano, como o fazia antigamente a astrologia. Na verdade, ao se falar em semelhanças, não devemos pensar apenas naquelas que são mais visíveis aos nossos olhos, nas semelhanças percebidas conscientemente - como, por exemplo, entre rostos humanos - que, *"em comparação com as incontáveis semelhanças das quais não temos consciência, ou que não são percebidas de todo, são como a ponta de um iceberg"* (Benjamin, 1933:109). Trata-se de buscar as "semelhanças extra-sensíveis", cuja percepção dá-se num instante, num relampejar e, ainda que possam ser recuperadas, não podem ser fixadas. *"Elas se oferecem ao olhar de modo tão efêmero e transitório quanto uma constelação de astros"* (Benjamin, 1933:110). É por isso que sua percepção está vinculada a uma dimensão temporal.

Mas, diz Benjamin , possuímos hoje um cânone que pode nos trazer uma compreensão mais clara do conceito de semelhança extra-sensível: a linguagem.

"Já há muito têm-se admitido uma certa influência da faculdade mimética sobre a linguagem. Mas essa opinião carece de fundamentos sólidos, e não se cogitou nunca seriamente de investigar a significação, e muito menos a história, da faculdade mimética. Sobretudo, tais reflexões ficaram estreitamente vinculadas a esfera mais superficial da semelhança, a sensível. De qualquer modo, os investigadores reconhecem na onomatopéia o papel do comportamento imitativo, a gênese da linguagem. Mas, já que a linguagem, como é óbvio para as pessoas mais perspicazes, não é um sistema convencional de signos, é imperioso recorrer, no esforço de aproximar-se de sua essência, a certas idéias contidas nas teorias onomatopáicas, em sua forma mais crua e primitiva." (Benjamin, 1933:110)

Seria então afirmativa, pergunta-se Benjamin, a resposta à questão contida num ensaio de Leonhard intitulado "A palavra": *"Cada palavra e a língua inteira são onomatopáicas?"* (Leonhard, 1931, apud Benjamin, 1933:111). Só o conceito de semelhança extra-sensível pode nos esclarecer. *"Tal concepção é naturalmente próxima das teorias místicas ou teológicas da linguagem, sem com isso abandonar o âmbito da filologia empírica"* (Benjamin, 1933:111).

O que se vê aqui neste ensaio de Benjamin é a tentativa de compreender o desenvolvimento da linguagem a partir de uma capacidade mimética original, pela qual o homem descobria na natureza analogias e correspondências. Segundo Rouanet (1981), em um artigo posterior a este - "Sobre a faculdade mimética" (1939, apud Rouanet, 1963) - Benjamin chega a detalhar mais sua teoria geral da mimese, estendendo-a a uma variedade de esferas, como a arte e a crítica da cultura. Mas nos dois textos a temática é a mesma. Para o autor, as semelhanças estão objetivamente inscritas na natureza e a elas corresponde a faculdade subjetiva humana de percebê-las: trata-se de um dom mimético, que leva o homem a ter comportamentos imitativos, a partir do que observa. Ontogeneticamente, a faculdade mimética se revela no jogo infantil. Filogeneticamente, o autor vê no uni-

verso do homem primitivo uma onipresença do elemento mimético que o levava a estabelecer correspondências múltiplas entre o micro e o macro cosmos. A hipótese de Benjamin é que esse dom mimético, no decurso da história, migrou para a linguagem. A mimese, portanto, se conserva na linguagem, que não teria sido, na origem, uma forma de comunicação, mas de imitação da natureza. É neste sentido, portanto, que Benjamin não vê a linguagem como um sistema arbitrário de signos, mas como mas uma cópia, vale dizer, uma estrutura mimética, cuja necessidade interna reproduz as relações necessárias existentes no mundo exterior (Rouanet, 1981).

Mas tal tendência humana para produzir e engendrar semelhanças pode realizar-se não só no plano do sensível, daquilo que se percebe nitidamente, mas também no plano extra-sensível. Vejamos mais detalhadamente este ponto que nos interessa de perto. Extra-sensivelmente, o que caracteriza a percepção do semelhante é que ele se dá de forma instantânea: com a rapidez de um relâmpago, as coisas se cruzam na percepção do observador e se revelam como semelhantes, numa conjunção única. É por isso que fazem parte da esfera do extra ou supra-sensível e é por isso também que se vinculam à esfera temporal.

O conceito de semelhanças extra-sensíveis parece-me explicar como chegamos a perceber semelhanças entre o som e o sentido na linguagem, vale dizer, entre as palavras e as coisas; é uma percepção da qual não temos total consciência porque é absolutamente fugaz. Tão fugaz quanto a duração, o puro movimento que o filósofo busca expressar. E aqui o círculo se fecha: Bergson e Benjamin. Ora, o que torna a linguagem capaz de expressar não só conteúdos de índole espacial - como queria Bergson - mas também a própria temporalidade é exatamente o fato de que ela seja um arquivo completo de semelhanças extra-sensíveis, onde a própria sonoridade das palavras capta correspondências e analogias que se revelam de maneira tão transitória e impermanente quanto à

própria instantaneidade do tempo. É exatamente o caráter mimético da linguagem que permite a expressão do dinamismo; o movimento, que nada mais é do que a passagem do tempo, é captado de forma instantânea, extra-sensorialmente, através de correspondências que se estabelecem entre linguagem e realidade. Poderíamos considerar tal característica como o ritmo natural da linguagem, que também integra seu simbolismo e que o filósofo e o escritor podem explorar extra-sensivelmente.

Mas alguém poderia objetar: como é possível perceber este ritmo natural da linguagem na escrita, onde o sonoridade das palavras não está presente? De fato, a intuição que cheguei a experimentar lendo Bergson se deu a partir de um texto escrito. Ouçamos o que tem a dizer Benjamin.

Para o autor, as semelhanças extra-sensíveis atuam não só ao nível da língua oral, mas estendem-se à palavra escrita . Essa semelhança foi, talvez, a que mais tardiamente foi alcançada e, comparativamente, talvez seja a menos sensível de todas. Mas, provavelmente melhor do que as conformações sonoras da linguagem oral, a relação entre imagens escritas das palavras ou letras e seus significados ou pessoa nomeada pode desvendar a essência das semelhanças extra-sensíveis. "*A moderna grafologia ensinou-nos a identificar na escrita manual imagens, ou antes, quebra-cabeças, que o inconsciente do seu autor nelas deposita. É de se supor que a faculdade mimética, assim manifestada na atividade de quem escreve, foi extremamente importante para o ato de escrever nos tempos recuados em que a escrita se originou. A escrita transformou-se assim, ao lado da linguagem oral, num arquivo de semelhanças, de correspondências extra-sensíveis*" (Benjamin, 1933:111). Essa ligação não só entre o falado e o intencionado, mas também entre o escrito e o intencionado, e entre o falado e o escrito dá-se de uma maneira sempre nova, originária e redutível pela semelhança extra-sensível.

À primeira vista, esta parece ser uma hipótese difícil de aceitar, mas examinemos mais detidamente a questão. Em primeiro lugar, quero lembrar ao leitor o

trabalho resenhado no capítulo anterior que chega a concluir pela origem motivada de todos os sistemas de escrita e pelas dificuldades teóricas de se sustentar um fundamento arbitrário na língua. Em segundo lugar, quero colocá-lo a par de investigações que realizei em produções escritas de crianças em idade pré-escolar (Garcia, 1991), a partir das sugestões de Benjamin acerca do caráter mimético da escrita e de suas observações sobre algumas cartilhas antigas destinadas ao ensino das primeiras letras (Benjamin, 1930). Tudo sugeria um novo olhar sobre as primeiras produções escritas infantis. Fundamentada também nas recentes descobertas de Ferreiro & Teberosky (1986) sobre a aquisição da língua escrita, procuro chamar a atenção para a própria materialidade da escrita, mostrando como as crianças pequenas, por exemplo, procuram tirar partido do "biomorfismo" das letras do alfabeto: cada símbolo pode assumir a forma de pessoas, partes do corpo ou objetos de uso corrente. Nessa atividade, as crianças empregam esforços para "reinventar" as letras, através de uma jogo lúdico com o simbolismo do alfabeto. Para Cazade & Compagnon (1987) é impossível ignorar esse simbolismo que se expressa na anatomia das letras e que, não por acaso, é similar à do corpo: as letras tem "pernas" (traços do "m", do "n" e do "u"), tem "caudas" ou "rabos" (traços que descem abaixo da linha), ou ainda "hastes", de conotação fálica, que se opõem às "argolas" ou "barrigas", partes arredondadas e cheias que remetem às curvas e proeminências do corpo feminino. Há estudiosos que consideram que os primeiros pictogramas teriam sido a simples transcrição gráfica de gestos. Do ponto de vista ontogenético, Vigotsky vê também no gesto um embrião de escrita. "*A escrita da criança transita de um simbolismo de primeira ordem, o desenho das coisas, para um simbolismo de segunda ordem, o desenho das palavras. A imagem figurativa seria, no aprendizado, o momento pré-histórico da linguagem escrita. E o gesto, anterior ao desenho de figuras e traços, seria o signo visual que contém a futura escrita (...) os gestos são a escrita no ar, e os signos*

escritos são, frequentemente, simples gestos que foram fixados" (Vigotsky, 1930:121).

De qualquer forma, há que se admitir que a nossa escrita alfabética deriva de uma escrita hieroglífica. Todas as nossas letras eram imagens e não é forçado pensar que "identificamos" tais imagens, percebendo semelhanças extra-sensivelmente. Seguramente as crianças o fazem para tentar aprender e gravar o traçado das letras. As cartilhas "sabem" disso e procuram explorar ao máximo a semelhança da letra "o" com um "olho", por exemplo. O realismo nominal infantil, apontado por Ferreiro (1985), também é uma prova da tendência da criança a buscar uma motivação na escrita.

Encarar, inicialmente, a letra como um desenho da coisa pode ser o olhar infantil que leitores experimentados já não conseguem ter da mesma maneira. Poder-se-ia pensar na extinção dessa tendência, mas, tal como sugere Benjamin, é possível também considerar sua transformação. Embora situada de uma perspectiva diferente daquela a que Benjamin se referia, creio ser possível considerar que, ontogeticamente falando, ocorre também uma transformação da capacidade humana de perceber semelhanças na escrita, ainda que extra-sensivelmente. Essa capacidade deve sofrer transformações impostas pela longa convivência com a convencionalismo das formas, mas não desaparece. Ela pode estar na base da evolução que, segundo Vigotsky (1930), o sistema escrito tem que realizar em estágios mais avançados de aquisição da escrita: os símbolos devem transitar de um simbolismo de segunda ordem para, novamente, um simbolismo de primeira ordem, onde a linguagem oral não desempenha mais a mediação entre a palavra escrita e a idéia, designando diretamente a própria coisa. Ou seja, a linguagem escrita adquire o caráter de simbolismo direto, passando a ser percebida da mesma maneira que a linguagem falada. O significado é, portanto, buscado no próprio traçado da letra e os indivíduos lêem como se olhassem desenhos e, embora

alfabética, a escrita é enxergada ideograficamente. A meu ver, a convenção sobre o traçado das letras faz com que novas relações se estabeleçam, outras semelhanças sejam buscadas, provocando uma espécie de remotivação da escrita que são percebidas extra-sensivelmente. Só a percepção deste aspecto da escrita, permitiria entender um outro tipo de "leitura" que se realiza do texto escrito: a identificação de imagens, ou antes, quebra-cabeças, que o inconsciente do autor deposita no texto (Benjamin, 1933) e que explora significativamente a materialidade da escrita, tanto no que ela tem de gráfico, como no de sonoro, já que os dois aspectos entram em jogo na escrita. É neste sentido, a meu ver, que Benjamin afirma que a semelhança da escrita foi a que mais tardiamente foi alcançada e é, talvez, a menos sensível de todas, ou seja, a mais sutil, a menos perceptível e também, a mais elaborada, a mais transformada.

De qualquer forma, creio ser possível considerar que na escrita há uma "leitura" extra-sensível das formas que, por sua vez, estabelece um jogo com a própria sonoridade das palavras que não desaparece totalmente no texto escrito. Para Laymert Garcia dos Santos (1983), a verdadeira arte da leitura não é passividade, não é restringir-se a entender o significado dos sons, mas sim "ler com os ouvidos", é encontrar a dicção, é render-se aos ritmos da frase; é encontrar, por trás da grafia, a entonação, a escansão, a voz humana. É neste sentido, acredito que Benjamin vê ligações entre o escrito e o intencionado e entre o falado e o escrito. Tudo isso leva Benjamin a crer que "*o dom mimético, outrora fundamento da clarividência, migrou gradativamente, no decorrer dos milênios, para a linguagem e a escrita, nelas produzindo um arquivo completo de semelhanças*" (Benjamin, 1933:112).

Mas, ao lado dessa dimensão da linguagem, desenvolve-se também uma outra. "*Essa dimensão - mágica, se se quiser - da linguagem e da escrita não se desenvolve isoladamente da outra dimensão, a semiótica. Todos os elementos*

miméticos da linguagem constituem uma intenção fundada, isto é, eles só podem vir à luz sobre um fundamento que lhes é estranho, e esse fundamento não é outro que a dimensão semiótica e comunicativa da linguagem" (Benjamin, 1933:112).

É importante aqui examinarmos mais detidamente a questão terminológica. Em primeiro lugar, a algumas páginas atrás, Benjamin afirmou que a linguagem não era um sistema "convencional" de signos. A interpretação que demos a este termo foi a de "isento de motivação natural". Também Rouanet (1981), parafraseando Benjamin nesta passagem, afirma que para o autor a linguagem não é "arbitrária". Trata-se, portanto, da utilização da segunda acepção do termo "arbitrário" que definimos no início deste trabalho: a de "não motivada naturalmente". A própria explicação que Benjamin dá ao termo autoriza esta interpretação: logo em seguida à afirmação sobre a natureza "não-convencional" da linguagem o autor sugere a necessidade de aproximarmo-nos das teorias onomatopaicas que pressupõem uma motivação natural na origem. O que ele nega, portanto, é exatamente a imotivação e não a convenção ou aquilo que normalmente se considera sob o nome de "convenção" e que aqui neste trabalho estamos chamando de "instituição".

Já nesta última passagem, o autor afirma que, ao lado da dimensão "mágica" da linguagem - que é exatamente a que se funda nas semelhanças, na motivação, portanto - desenvolve-se também a dimensão "semiótica" que é fruto de uma "intenção fundada". Trata-se da dimensão "comunicativa" da linguagem que para Benjamin não é a mais importante. Rouanet a chama de dimensão "semântica": "*para Benjamin, a dimensão do sentido, pela qual a linguagem pode ser utilizada como instrumento de comunicação é valiosa sobretudo como substrato que permite a visibilidade da dimensão mimética, pela qual as palavras estabelecem entre si e com o mundo uma rede de correspondências supra-sensíveis*" (Rouanet,

1981:116). O significado das palavras é o substrato no qual emergem o elementos miméticos. Neste sentido é que o autor afirma que tais elementos só podem "vir à luz sobre um fundamento que lhes é estranho". É por isso, talvez, acredito, que a linguagem se nos apresenta como imotivada, embora não o seja na sua essência. Esta dimensão semiótica ou comunicativa ou ainda semântica funda-se sobre uma intenção, ou seja, é proposital, é objeto de uma escolha, de um arbítrio entre os homens que necessitam se comunicar.

Há muitas coincidências que poderiam ser apontadas entre Benjamin e Cassirer, mas a fundamental, a meu ver, a que determina todas as outras, é o fato de que ambos chamam a atenção para uma dimensão mágica na linguagem, que atua juntamente com a dimensão comunicativa. Em Cassirer, esta última corresponde ao que ele denomina de "poder do logos" que atua na linguagem para que ela se converta em veículo do pensamento e possa moldar-se em expressões de conceitos e juízos. Tal moldagem realiza-se na medida em que se "renuncia à plenitude da intuição". Mas esta renúncia não significa desaparecimento, assim como, em Benjamin, não se fala em extinção do dom mimético mas, antes, de sua transformação. Nos dois autores é possível notar uma representação clara da tensão que se estabelece entre as duas forças opostas que atuam na linguagem.

3.5. - Conclusões gerais

É possível considerar que a divergência entre a concepção de linguagem que Bergson revela e a que aparece em Benjamin/Cassirer seja exatamente esta. Para o primeiro, a linguagem é fruto exclusivo da inteligência, faculdade instrumental que se define por sua intenção pragmática; portanto, tendo em vista a cooperação entre os homens, a função primitiva da linguagem seria estabelecer a

comunicação. Para Benjamin a palavra não se destina originalmente à comunicação entre os homens e sim à revelação da essência do real: a comunicação é um estágio de auto-alienação da linguagem, uma degradação instrumental da linguagem adamítica (Rouanet, 1981).

Mas, como chegamos a apontar anteriormente, mesmo em Bergson aparece também, embora de maneira pouco acentuada, a idéia de que, enquanto veículo de expressão, a linguagem pode chegar a traduzir o movimento. A passagem em que o autor se refere à arte da leitura, acentuando a importância do ritmo é, a meu ver, um exemplo disto. Para Bergson ler é apropriar-se da inspiração de quem escreve, é acompanhar o crescendo do pensamento até o ponto musicalmente notado como culminante. Não me parece ocasional ou meramente metafórica a referência à música da linguagem.

De fato, as relações que se estabelecem entre música e linguagem são exemplares para se demonstrar como pela linguagem é possível expressar sensações. Franklin Silva aponta como um dos recursos mais eficazmente utilizados por Bergson para tentar exprimir a duração o uso de metáforas musicais. Segundo o autor, elas parecem funcionar como o melhor "esquema dinâmico" para atingir a multiplicidade qualitativa da duração. De fato, diz o autor, ao longo da obra bergsoniana, os apelos ao exemplo musical são frequentes."*Certamente a multiplicidade tonal e o movimento pelo qual a mudança apresenta-se como contínua e ao mesmo tempo como incessante invenção de qualidade significativa sugere de modo privilegiado a espécie de continuidade descontínua do fluxo temporal*" (Silva, 1991:457). Enquanto expressão da realidade, a música tem o poder de nos introduzir numa metáfora da temporalidade contínua, dando acesso a algo diferente do tempo espacializado : nela o signo está carregado de duração e a composição simbólica utiliza o próprio tempo como fundo expressivo (Silva, 1991).

Ora, parece-me que não é só o fato de que possamos utilizar metáforas conceituais que façam referência à música que permite esse uso, mas isso ocorre exatamente porque é a própria linguagem que contém em si a possibilidade de traduzir-se, transformar-se numa linguagem de sons, tons e ritmos. Em outras palavras, é a própria linguagem que tem a possibilidade de transfigurar-se para transmitir a fluidez e o movimento da realidade. A referência a uma forma de arte, a música, é particularmente adequada para analisarmos a questão.

Como é possível que a música exprima e comunique idéias? Provavelmente por um jogo de sensações que se estabelecem graças a uma espécie de tensão do sentido auditivo. O que é exatamente o som? Segundo José Miguel Wisnick, "*sabemos que o som é onda, que os corpos vibram, que essa vibração se transmite para a atmosfera sob a forma de uma propagação ondulatória, que o nosso ouvido é capaz de captá-la e que o cérebro a interpreta dando-lhe configurações e sentidos. Representar o som como uma onda significa que ele ocorre no tempo sob a forma de uma periodicidade, ou seja, uma ocorrência repetida dentro de uma certa frequência. O som é o produto de uma sequência rapidíssima (e geralmente imperceptível) de impulsões e repousos, de impulsos (...) e de quedas cíclicas desses impulsos, seguidas de sua reiteração.*" (Wisnick, 1989:15)

Ou seja, nossos sentidos são incapazes de perceber a forma como se compõem os sons porque a velocidade das vibrações do ar ultrapassam a nossa faculdade de perceber a divisão do tempo entre elas. É, pois, pela velocidade com que ocorrem as vibrações - velocidade que os sentidos não conseguem apreender - que os sons são percebidos, ou melhor, rapidamente captados, como um jogo de contrastes e de sensações. Assim, a percepção dos sons é a percepção do tempo. Ora, a velocidade da imaginação é tal que ela se aproxima da velocidade do pensamento, quando este deixa de ser discursivo e aponta, intuitivamente,

para o extra-sensível; por isso o pensamento analógico/mimético é dito intuitivo e não discursivo.

Dizer que a linguagem é somente um sistema de signos arbitrários seria o mesmo que dizer que uma música se reduz à sua partitura: notações convencionais cujos significados (a nota musical) e significantes (o som da nota) compõem um sistema que se define pelas oposições. Mas é muito mais do que isso; é todo este aparato posto em movimento, em ação, dinamizado, provocando com isso sensações, idéias, imagens, intuições, sentimentos.

É interessante perceber como a admissão desta possibilidade traz uma nova luz a certas questões. Por exemplo, fica mais fácil ver por que não faz sentido, por exemplo, conceber uma oposição estanque entre linguagem poética e linguagem ordinária. Enquanto resultado da soma do conceito mais o som e mais o gesto, a linguagem não só contém em si a possibilidade de tradução em outras linguagens não-verbais, como também é o modelo expressivo de todas as artes. É porque se engendram a partir dela que as artes - a poesia, a música, a pintura - são uma espécie de cópia dela. Por exemplo, é por conter uma música, que a linguagem pode traduzir-se numa linguagem de sons, tons e modulações; é porque alia tudo isso aos conceitos, que se transfigura em poesia; e ainda, é porque contém uma mímica que a pintura manifesta uma latência na linguagem. Portanto, a linguagem contém em si o princípio de unidade de todas as artes como seu prolongamento.

E como isso pode ocorrer? É também por uma espécie de semelhança, de analogia com a linguagem que se fazem as artes. Aí reside talvez a obscuridade própria deste processo. Há sempre qualquer coisa de obscuro no fato de se afirmar que a poesia exprime melhor certos pensamentos que não teriam expressão adequada na linguagem comum. Ocorre que a poesia é o uso expressivo da mimese da linguagem, ou melhor, o uso mimético da mimese da linguagem. Portanto, é a

mimese como meio de transformação da linguagem - que já é por si mimética - que torna a linguagem o prolongamento de todas as artes.

Se admitirmos por um instante a maneira de ver de alguns teóricos que estabelecem uma diferença clara entre linguagem poética e linguagem ordinária, poderíamos nos perguntar: o que é que ocorre na linguagem que permite que ela se metamorfoseie em poesia? Dito de outro modo, como é possível que as formas estáticas da linguagem venham a expressar o dinamismo? Se atentarmos para o caso da poesia, é possível dizer que nesse caso o que mais importa é que as palavras e frases se traduzam na voz, na eloquência, no jogo da vocalização. Isso marca exatamente a presença do não-verbal, da natureza, portanto, na poesia. A poesia seria uma espécie de linguagem mais "naturalizada", mais colada na realidade, mais motivada.

Esse algo a mais, entretanto, é uma possibilidade que surge, mas que já estava latente na linguagem. Não faz sentido, portanto, dizer que a linguagem é incapaz de exprimir certos pensamentos intraduzíveis, infinitos ou dinâmicos. Ao contrário, por conter um não-verbal que desvela mimeticamente a natureza, ou dito de outra forma, assemelha-se extra-sensivelmete à realidade é que a linguagem permite a máxima capacidade verbal.

Admitir a possibilidade de que a linguagem possa vir a ser objeto de uma transformação que a torne apta a exprimir também as emoções, sensações e o movimento, é admitir também que seria possível estabelecer uma relação de alguma forma positiva entre linguagem e realidade. É exatamente neste sentido que este trabalho procurou encaminhar a questão, pressupondo uma relação de tensão entre linguagem e realidade; uma relação que se funda no comportamento mimético, na capacidade humana de captar semelhanças, ainda que extra-sensivelmente. O som e o gesto, aspectos materialmente audíveis e visíveis da lingua-

gem, são contaminados por parcelas da realidade, provocando constantes processos de remotivação das palavras.

Assim considerada a questão, não é possível ignorar uma motivação natural na linguagem, tanto no que diz respeito à origem, como no que concerne ao seu atual funcionamento. Esta maneira de ver as coisas contraria o dogma da arbitrariedade do signo linguístico, segundo o qual a materialidade da linguagem - o som - é irrelevante; poderia mesmo ser qualquer outra coisa, como chega a afirmar Saussure. A meu ver, o fato de que a linguagem seja feita de sons físicos abre-lhe possibilidades expressivas. Deste ponto de vista, o significante não é o som puro, a matéria bruta, mas aquilo que se define na relação de tensão dentro do sistema. A matéria, portanto, participa do valor; a matéria integra a estrututra, o sistema. Na relação de tensão, os dois pólos são constituídos pela própria tensão, em outras palavras, o que está em tensão é sempre um valor. Mas o valor não é puramente formal, como queria Saussure; também se constitui de propriedades materiais do som.

Ainda no que diz respeito à arbitrariedade, o que a define é a substituição universal: tudo poderia vir no lugar de qualquer coisa. Para Saussure, a língua funciona pela substituição universal. Segundo nossa proposta, haveria graus de substituição: não é sempre que qualquer som pode ser usado no lugar de outro. Prova disso é o fato de há palavras que são mais expressivas e se tornam mais aptas a sobreviver na evolução da língua. Nem sempre é possível dizer que um som poderia ser substituído por qualquer outro; em muitos casos, principalmente se a onomatopéia for entendida em sentido amplo, a substituição só poderia ser feita por um som que tivesse as mesmas propriedades formais.

Um significante incorpora sua história, de maneira a ser insubstituível no presente. Talvez outro significante pudesse significar o mesmo, desde que substitua o primeiro em todos os eventos de sua história. Um som tem capacidades

expressivas e isso é definido não só pelo sistema, mas por suas propriedades naturais e intrínsecas. Nem tudo na matéria da língua é trivial. Só admitindo isso é possível reconhecer que o ritmo, a cadência e a sonoridade se constituam em recursos expressivos da linguagem.

É neste sentido que afirmamos que a motivação natural é diferente da natureza instituída, inventada ou imposta da linguagem. A motivação natural depende da natureza intrínseca do significante e não só da instituição. Em uma palavra: há determinados sentidos que são expressos mais adequadamente por determinados sons. Como o movimento, por exemplo, quando o som faz eco ao sentido.

Antes de finalizar cabe dizer que, apesar das divergências que apontei em relação a Bergson, é a ele que devo grande parte do percurso que realizei neste trabalho. Prefiro não falar em divergências de fato, mas, tal como Amado Alonso (1954) referindo-se a Bergson e Vossler, considerar que somente nos opomos quanto ao lado a que aplicamos o amor aos estudos.

BIBLIOGRAFIA *

ALBANO, E. (1988) - "Fazendo o sentido do som" in Ilha do Desterro, nº 19, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, pp. 11-26.

ALONSO, A. (1932) (org.) - "Introducción a la estilistica romance, Colección de Estudios Estilisticos, Faculdad de Filosofia y Letras, Buenos Aires.

_____ (1945) - "Prólogo a la edición española". F. de Saussure, Curso de Linguistica General, trad. esp., Editorial Losada, Buenos Aires, pp. 7-30.

_____(1954) - Estudios linguísticos, Editorial Gredos, Madrid.

ARROJO, R. & RAJAGOPALAN, K. (1989) - "A noção de literaridade: metáfora primordial" in D.E.L.T.A., vol 5, nº 1, pp. 37-49.

BARTHES, R. & MARTY, E. (1987) - "Oral/Escrito" in Enciclopédia Einaudi, vol. 11, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 32-57.

BASTARDAS, Joan (1989) - "Una anàlise de l'expressivitat léxica feta sobre els mots que signifiquen `besada', in La Corona d'Aragó i les llengues romàniques. Miscel.lània d'homenatje per a Germà Colon. Edits. Güntner Holtus, Georges Lüdi, Michael Metzeltin. Editora Gunter Narr Verlag. Tübingen, Alemanha pp. 349-358.

BENJAMIN, Walter (1933) - "A doutrina das semelhanças", in Obras Escolhidas, Magia e Técnica, Arte e Política, trad. bras., Brasiliense, São Paulo, 1986, pp. 108-113.

_____ (1935) - "El problema de la sociologia del lenguaje", in Imaginacion y Sociedad, trad. esp., Ediciones Taurus, Barcelona, 1980, pp. 159-194.

_____ (1930) - "Chilchleuchlaurra: sobre uma cartilha" in A criança, o brinquedo e a educação, trad. bras., Summus, São Paulo, pp. 103-107.

BENVENISTE, E. (1939) - "Natureza do signo lingüístico" in Problemas de Lingüística Geral, trad. bras., EDUSP, São Paulo, 1976, pp. 53-67.

_____ (1963) - "Saussure após meio século" in Problemas de Linguística Geral, trad. bras., EDUSP, São Paulo, pp.34 -49.

BERGSON, H. (1903) - "Introdução à metafísica" in Os pensadores, trad. bras., Abril Cultural, São Paulo, 1974, pp. 132-159.

BERGSON, H. (1934) - "O pensamento e o movente" in Os pensadores, trad. bras., Abril Cultural, São Paulo, 1974, pp. 221-271.

BLACK, M. (1981) - "Metaphor" in M. Johnson (org.) Philosophical perspectives on metaphor, University of Minnesota Press, Minnesota.

BLICKSTEIN, I. (1981) - "Crátilo e Hermógenes: motivação versus arbitrariedade do signo linguístico" in Estudos de Filologia e Linguística, Edusp/T. A. Queiróz, São Paulo, pp. 27-37.

BOLINGER, D. (1992) - "Sound symbolism". Verbete da International Encyclopedia of Linguistic, vol. 4, editada por William Bright, Oxford University Press, New York/Oxford, pp. 28-30.

BÜHLER, K. (1933) - "La onomatopeya y la función representativa del lenguaje", in K. Bühler et alii Psicologia del lenguaje, trad. esp., Editorial Paidós, Buenos Aires, 1952, pp. 74-87.

CALVET, L. J. (1975) - Saussure: pró e contra, trad. bras., Edtora Cultrix, São Paulo, 1977.

CAMPOS, H. (1977) - "Ideograma, anagrama, diagrama: uma leitura de Fenollosa" in H. Campos (org.) Ideograma: lógica, poesia, linguagem, Cultrix/Edusp, São Paulo, pp. 11-113.

CASSIRER, E. (1924) - Linguagem e mito, trad. bras., Editora Perspectiva, São Paulo, 1972.

CAZADE, E. & COMPAGNON, A. (1987) - "Alfabeto", in Enciclopédia Einaudi, vol. 11, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, pp. 173-182.

CHRISTMANN, H. H. (1974) - Filología idealista y linguistica moderna, trad.esp., Editorial Gredos, 1985, Madrid.

CHOMSKY, N. (1957) - Syntatic structures, Haya, Mouton.

COSERIU,E. (1977) - "A arbitrariedade do signo: sobre a história tardia de um conceito aristotélico", in Tradição e novidade na ciência da linguagem, Presença/Edusp, Rio de Janeiro/São Pauulo, 1980, pp. 15-65.

_____ (1962) - "Determinación y entorno" in Teoría del lenguaje y linguistica general, Biblioteca Románica Hispánica, Editorial Gredos, Madri, pp.298-323.

CULLER, J. (1979) - As idéias de Saussure, trad. bras., Editora Cultrix, São Paulo.

DUCROT, O. (1984) - "Dizível/Indizível", in Enciclopédia Einaudi, vol.2, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, pp. 458-476.

DOSSE, F.(1991) - "O corte saussureano" in História do estruturalismo I. O campo do signo, 1945-1966, trad. bras., Editora Ensaio/Editora da Unicamp, Campinas, São Paulo, pp. 65-73.

FERREIRA, A. B. H. (1975) - Novo dicionário da língua portuguesa, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

FERRERO, E. & TEBEROSKY, A. (1986) - Psicogênese da língua escrita, trad. bras., Artes Médicas, Porto Alegre.

FERRERO, E. (1985) - Reflexões sobre a alfabetização, Editora Cortez, São Paulo.

FLUSSER, V. (1963) - Língua e realidade, Editora Herder, São Paulo.

FÓNAGY, I. (1972) - "Motivação e remotivação", in Linguagem e motivação, trad. bras., Editora Globo, Porto Alegre, 1977, pp. 73-97.

_____ (1970) - "Les bases pulsionelles de la phonation. Les sons" in Revue Française de Psychanalyse, nº 1, Paris, pp. 101-136.

GARCIA, A.L.M. (1991) - "O desenho da escrita" in Revista de Distúrbios da Comunicação, ano 4, vol.2, Centro de Educação, PUC-SP, pp. 185-198.

GARCIA DE DIEGO, V. (1951) - "El simbolismo linguistico", in Leciones de linguistica española, Editorial Gredos, Madrid, pp.63-87.

_____ (1953) - Dicionario de voces naturales, Editorial Aguillar, Madrid.

GARCIA MOUTON, P. (1987) - "Motivación en nombres de animales", in Linguistica Española, Atual, IX, 2, Madrid, 189-196.

GUIRAUD, P. (1980) - A semântica, trad. bras., Editora DIFEL, São Paulo, Rio de Janeiro.

ILARI, R. & OLIVEIRA, R. P. (1991) - "Considerações sobre a gênese e o desenvolvimento de um fato científico: uma leitura semântica de Ludwig Fleck" in Boletim da Abralin , nº 12, pp. 85-110.

ISELLA, D. (1970) - "La critica stilistica" in M. Corti & C. Segre (org.) I metodi attuali della critica in Italia , ERI, Turim, 159 - 177.

JAKOBSON, R. (1965) - "Á procura da essência da linguagem", in Lingüística e Comunicação, trad. bras., Cultrix, São Paulo, 1979, pp. 98-117.

_____ (1976) - Seis lições sobre o som e o sentido, Moraes Editores, São Paulo, 1977.

_____ & WAUGH,L. - (1978) - "El encanto de los sonidos del habla" in La forma sonora de la lengua, trad. esp., Fondo de Cultura Económica, México, 1987, pp. 172-226.

JAMESON, F. (1972) - The prision house of language, Princeton University Press, Princeton.

KLAPHOLZ, M. S. (1982) - Contribuition a l'etude de l'arbitrarité du signe. Tese de doutorado. Université de la Sorbonne, Paris III, Paris.

KOERNER, E.F.K. (1973) - "El concepto de signo linguistico y nociones afines", in Ferdinand de Saussure: Génesis y evolución de su pensamiento en el marco de la linguistica ocidental, trad. esp., Editorial Gredos, Madrid, 1982, pp. 405-447.

KONDER, L. (1989) - Walter Wenjamin: o marxismo da melancolia, Editora Campus, Rio de Janeiro.

LADD, D.R. (1990) - "Intonation: emotion versus grammar". Review article on Bolinger (1989) in Language, vol. 66, nº 4, pp. 806-816.

LAHUD, M. (1977) - "Alguns mistérios da Lingüística", in Almanaque, nº 5, Brasiliense, São Paulo, pp.28-37.

LEMOS, C.T.G. (1991) - "Saber a língua e o saber da língua", Aula Inaugural do Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, mimeo.

_____ (1992) - "Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio" in Substratum, vol. 1, nº1, Universitat Autonoma de Barcelona, Espanha, pp.121-135.

LEVI-STRAUSS, C. (1975) - Antropologia estrutural, Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

LOPES DOS SANTOS, L.H. (1993) - "A essência da proposição e a essência do mundo", ensaio introdutório à Ludwig Wittgenstein, Tractatus Logico-Philosophicus, Edusp, São Paulo.

MAIA, E. (1982) - "A psicolinguística como fonte de renovação epistemológica para a linguística e a psicologia" in Boletim Abralim , 3, pp. 127 - 137.

_____ (1990) - Da fala à linguagem: tocando de ouvido , Editora Martins Fontes, São Paulo.

MARINER BIGORRA, S. (1986) - "Expresividad en los sonidos del lenguaje también en su producción?" in Revista Española de Linguistica, 16, 1. Editorial Gredos, Madrid, pp. 83-98.

OLIVEIRA, R. P. (1991) - As faces do rosto, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.

PAZ, O. (1984) - "O enigma das linguas" in O Estado de São Paulo, 201, São Paulo.

PECHEUX, M. (1969) - L'analyse automatique du discours, Dunod, Paris.

POSSENTI, S. (1988) - Discurso, estilo, subjetividade, Martins Fontes, São Paulo.

ROUANET, S. P. (1981) - "Da telepatia à mímeses" in Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin, Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, pp. 113 - 164.

SANTOS, L. G. (1983) - "Ler com os ouvidos" in Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mario de Andrade, vol. 44, nº 1/4, pp. 17-26.

SAUSSURE, F. de (1916) - Curso de Lingüística Geral, trad. bras., Cultrix, São Paulo, 1982.

SILVA, F.L. (1991) - Bergson: intuição e método filosófico , Tese de livre-docência, Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

STANKIEWICZ, E. (1964) - "Problems of emotive language", in Janua Linguarum: approaches to semiotics, The Hague, Paris, pp. 239-264.

STAROBINSKY, J. (1971) - As palavras sob as palavras, trad. bras., Editora Perspectiva, São Paulo, 1974.

TAYLOR, T. J. (1990) - "Free Will versus Arbitrariness in the History of Linguistic Sign", in Hans Josef Medereche & Konrad Koener (eds) History and Historiography of Linguistics, vol. 1, John Benjamins Publishing Company, Amsterdan/Philadelphia, pp. 79-88.

TODOROV, T. (1972a) - "Introdução à simbólica", in Linguagem e motivação, trad. bras., Editora Globo, Porto Alegre, 1977, pp. 3-50.

_____ (1972b) - "O sentido dos sons", in Linguagem e motivação, trad. bras., Editora Globo, Porto Alegre, 1977, pp. 53-70.

_____ (1970) - "O simbólico na teoria Saussure", in Teorias de símbolo, trad. bras., Martins Fontes, São Paulo, 1977 pp., 283-296.

TOUSSAINT, M. (1983) - Contre l'arbitrarie du signe, Didier Erudition, Paris.

ULMAN, S. (1964) - "La etimologia y la motivación de las palavras", in Lenguaje y estilo, trad. esp. Aguilar, Madrid, 1968, 48-49.

VIGOTSKY, L.S. (1930) - "A pré-história da linguagem escrita" in A formação social da mente, trad. bras., Martins Fontes, São Paulo, 1984.

WIERBICKA, A. (1990) - "Emotivity in language structure", in Semiótica, 80-1/2, pp.161-169.

WISNICK, J. M. (1989) - O som e o sentido, Companhia das Letras/Círculo do Livro, São Paulo.

* Os trechos utilizados em citações no corpo do trabalho retirados de obras originais em língua estrangeira foram traduzidos por mim para a língua portuguesa.